

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2022 a 30/04/2022

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/79

30.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/04/2022-15:16
Publ.: 06/04/2022 -	DCD - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca da instituição do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, com vista à contagem do tempo de serviço dos professores durante a epidemia de coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Começo meu discurso fazendo uma pergunta a este Plenário e a quem está em casa nos assistindo: é justa a decisão da Câmara dos Deputados e do Governo do Presidente Bolsonaro de roubar o tempo de serviço da educação no período da pandemia? E mais: por acaso, os professores e as professoras neste Brasil ficaram em casa de braços cruzados sem fazer absolutamente nada? É óbvio que não. Os professores e as professoras do Brasil durante a pandemia não pararam, dedicaram-se aos estudantes brasileiros. Imaginem uma professora que também é dona de casa e que atendia uma, duas ou até três salas de aula, com 30 alunos em cada sala, se ela teve paz, se ela teve sossego, sequer 1 dia neste período da pandemia.

Ela não teve paz, ela não teve sossego, ela continuou trabalhando, porque além de executar os seus afazeres pessoais em casa - assim foi a vida da maioria das mulheres do Brasil, e a educação é uma categoria majoritariamente feminina -, ao mesmo tempo estava dando atenção aos alunos e às alunas do Brasil.

Quem pagou a conta de luz que veio a mais para a casa da professora ou do professor? Foram eles. Quem pagou a conta de Internet mais

cara para que a professora ou o professor pudesse dar aula durante a pandemia? Foram eles, sem reajuste nenhum de salário. Quem teve que comprar um celular novo, quem teve que comprar um computador novo para dar aulas e atender aos estudantes a distância? Foram as professoras e os professores do Brasil. Portanto, dedicaram-se, e que decisão tomou este Governo? Roubou o tempo de serviço da educação.

Sr. Presidente, como considero essa decisão injusta, faço um apelo para o Plenário desta Casa, a fim de que possamos aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2022, de minha autoria, que devolve para as professoras e os professores o tempo de serviço exercido durante à pandemia de COVID. Que seja feita justiça de fato a essa categoria. Esses servidores passaram o tempo inteiro trabalhando a distância, atendendo aos alunos, aos pais. E, de repente, o Governo e o Parlamento decidem que o trabalho deles não foi válido e retiram o cômputo do tempo de serviço. Não é justo, Presidente.

Não é justo roubar o tempo de serviço da educação. Em nome de todas as mulheres, de todos os homens, das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, faço um apelo para que possamos aprovar o nosso Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2022, e devolver o tempo de serviço dos servidores da educação.

Muito obrigada.

Documento 2/79

30.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/04/2022-15:36
Publ.: DCD 06/04/2022 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Filiação do Deputado Professor Israel Batista aos quadros do PSB. Empenho do partido na formação de chapa competitiva para as eleições vindouras, no Estado da Bahia. Escândalo de corrupção no âmbito da pasta educacional envolvendo pastores evangélicos. Necessidade de discussão do caso pela Câmara dos Deputados. Inocorrência de casos de coronavírus no Estado da Bahia nas últimas 24 horas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meios de comunicação da Casa,

que transmitem nossas manifestações aos brasileiros e às brasileiras de todos os rincões do País, quero saudar, primeiro, nosso Deputado Professor Israel Batista, que se integrou hoje à bancada do PSB nesta Casa. Eu, que especialmente o tenho como companheiro na Comissão de Educação, já vinha, havia alguns meses, insistindo para que ele se incorporasse à luta dos socialistas em todo o Brasil.

Quero também saudar meu partido, o PSB da Bahia, que dirijo como Presidente Regional, pelo esforço hercúleo de organizar uma chapa competitiva para Deputados Estaduais e Deputados Federais, na esperança da nossa militância em viabilizar três Deputados Estaduais e, quem sabe, até dois Deputados Federais.

Portanto, agradeço aos dirigentes e à militância do nosso partido, especialmente aos companheiros Rodrigo Hita, Alisson Gonçalves, Beбето Galvão e aos Deputados Fabíola Mansur e Angelo Almeida, que extraordinariamente ajudaram nossa direção partidária a sair vitoriosa nesta batalha política.

Por enquanto, nossa luta continua para, no processo eleitoral, realmente alcançarmos o êxito desejado.

Sr. Presidente, o Ministério da Educação neste Governo virou sinônimo de escândalo. O último escândalo foi a articulação paralela e corrupta do Ministro com dois pastores. Foram à Comissão no Senado, hoje, Prefeitos que confirmaram que recebiam propostas dos pastores sem cargos públicos, pedindo-lhes propina para a liberação de recursos no MEC.

Segundo relatos, o chamado "gabinete paralelo" pedia quantias entre 15 mil reais e 40 mil reais, sem falar do "pastor ourives", que pediu 1 quilo de ouro.

Sr. Presidente, o Brasil está estarecido com a corrupção que há no Ministério da Educação. A Nação exige que sejam punidos os responsáveis! Houve a denúncia de que o Ministro da Educação mandava fazer e distribuía exemplares da Bíblia com seu retrato e com o retrato dos pastores. Hipócritas! Falsos cristãos! Trata-se de profetas que não correspondem à fé cristã, que se locupletavam do dinheiro público e ainda faziam propaganda pessoal, numa real agressão à Bíblia, o livro maior do povo cristão.

Nós precisamos fazer com que esta Casa discuta este assunto. Esta Casa quer saber o que será feito deste escândalo de corrupção no Ministério da Educação brasileiro, enquanto as universidades e as escolas no Brasil inteiro reivindicam mais verbas para a educação.

O Brasil não pode mais esperar! O País tem que decidir, em outubro,

acabar com este Governo que infelicita a Nação.

Sr. Presidente, quero deixar uma última notícia, mas uma notícia alegre: a Bahia não registrou, nas últimas 24 horas, nenhum caso novo de COVID no nosso Estado.

Muito obrigada.

Documento 3/79

30.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/04/2022-16:20
Publ.: DCD 06/04/2022 -	- GIOVANI CHERINI-PL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância das medidas adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro em proteção às empresas e ao emprego durante a epidemia de coronavírus. Questionamento sobre os efeitos colaterais de vacinas contra a Covid-19.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupei esta tribuna aqui durante toda essa pandemia para fazer alguns questionamentos. Mas, infelizmente, nós fomos podados, nós fomos retirados das redes sociais. Por quê? Porque questionamos: será que a focinheira funciona ou não funciona, será que fechar tudo funciona ou não funciona, será que o tratamento precoce funciona ou não funciona, será que os efeitos colaterais das vacinas serão realmente devastadores ou não? Mas, enquanto isso, graças ao programa do Governo Federal, estima-se que mais de 10 milhões de empresas puderam continuar funcionando durante a pandemia. Graças ao Governo Jair Bolsonaro!

Como Vice-Líder do Governo, quero ressaltar aqui aquilo que a imprensa não divulgou. O Presidente Jair Bolsonaro divulgou nas redes sociais, mas as mídias tradicionais não divulgaram. O mundo foi pego de surpresa, mas o Brasil não parou. O nosso Brasil colocou bilhões de reais para a recuperação de 10 milhões de empresas e gerou muitos empregos através do PRONAMPE, sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, feito por Onyx Lorenzoni, nosso gaúcho, e por nosso Senador Jorginho Mello.

Mais de 700 empregos foram protegidos durante a pandemia, e 92 bilhões de reais de crédito emergencial foram disponibilizados para o

trabalhador. Mais de 100 mil empresas foram beneficiadas. Foi criado o BEM, Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, que viabilizou 20 milhões de acordos trabalhistas, além da desoneração da folha de pagamentos até 2023, beneficiando 17 setores, baixando as alíquotas para 20% sobre a receita bruta. Infelizmente, tudo isso não teve divulgação.

Já imaginaram se o Presidente Bolsonaro não tivesse feito tudo isso? Se ele não tivesse protegido as empresas, não tivesse protegido os empregos, não tivesse dito que fechar tudo era um crime para a sociedade, um crime para a humanidade? E agora estão dizendo que o *lockdown* não funcionou. E quem nos botou como *fake news* agora diz que a focinheira não funcionou. Estão dizendo agora que a vacina tem efeito colateral. Vão me cortar das redes sociais também?

Presidente, 30% dos AVCs e ataques cardíacos entre brasileiros ocorre em função de quê? Ninguém vai dizer que é efeito colateral da vacina. Mas será que não é? Nós temos que apurar isso. O Ministério da Saúde tem que apurar se essas vacinas realmente estão ajudando ou prejudicando a nossa sociedade.

Portanto, parabéns, Presidente Bolsonaro, pela coragem de cuidar bem do Brasil! Nós vamos ajudar aqui na Câmara.

Documento 4/79

30.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/04/2022- CD	18:56
Publ.: DCD - 06/04/2022 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Disseminação cotidiana de fake news pelo chamado gabinete do ódio, instalado no Palácio do Planalto. Não deliberação de denúncias constantes no relatório final da CPI da Covid. Solidariedade à jornalista Miriam Leitão, diante do deboche do Deputado Eduardo Bolsonaro à sua submissão a sessões de tortura durante o regime militar.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, se tem alguém que quer transformar o Brasil no cenário terrível de 1984 é o Governo Bolsonaro. Se ele leu o livro do George Orwell - duvido que tenha lido -, sabe que o nome dos Ministérios era exatamente o contrário do que os Ministérios faziam. Se há um "gabinete do ódio" instalado, é dentro do Palácio do Planalto - instalado, comprovado, que produz e promove mentira de

forma reiterada e sistemática! Produz e promove mentira, induz a população ao erro, mas também produz e promove mentira que custou vidas na pandemia. Isso precisa ser punido. Isso precisa ser responsabilizado.

É muito grave que todas as consequências da CPI da COVID não tenham ido adiante. Aliás, o que está ao nosso alcance é punir aqueles que de forma reiterada publicam *fake news* ou mesmo fazem apologia à violência, como foi a fala escandalosa e criminosa do delinquente Eduardo Bolsonaro.

Quero deixar também a minha solidariedade à Miriam Leitão.

Documento 5/79

30.2022	Sessão	Deliberativa	05/04/2022-19:12
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
06/04/2022 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por 5 sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, sobre a quebra do monopólio estatal da produção de radioisótopos e radiofármacos. Imediata retomada das sessões presenciais pela Câmara dos Deputados.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, colegas Parlamentares, nós queremos, com o requerimento, adiar a votação da matéria, porque desejamos salvar um setor - como há pouco li uma nota aqui - que é representado por diversas entidades de muita credibilidade, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outras. Elas apontam o tamanho do prejuízo que o Brasil vai enfrentar se essa PEC for aprovada.

Mas eu quero voltar a esta tribuna para falar sobre o momento que o Parlamento brasileiro vive, Deputado Padilha. Não é aceitável que continuemos votando aqui matérias altamente estratégicas como esta no chamado sistema remoto. As fábricas estão todas funcionando presencialmente, os transportes funcionam, as escolas estão oferecendo aulas presenciais. E nós constatamos a determinação do povo brasileiro, que foi buscar a vacina, pois 84% da população já se vacinou, contra o Presidente antivacina. Ele fez a campanha que fez

contra as vacinas, mas felizmente o povo brasileiro não embarcou nesse discurso de Bolsonaro.

Agora, minha pergunta é a seguinte: nós vamos continuar com sessões remotas, em que centenas de Deputados nem a palavra usam, porque não há mais o sistema por meio do qual o Parlamentar, Deputado Hildo, podia debater, manifestar suas opiniões? Será que o Parlamento brasileiro vai ser o último setor do Brasil a voltar a atuar presencialmente? Eu não aceito mais a continuidade das sessões remotas. Isso desequilibra a democracia. Isso está sendo mantido para privilegiar a base do Governo, porque é evidente que é muito mais fácil aprovar matérias como esta quando a votação é remota.

Nós temos que voltar para as votações presenciais. Se o Governo quer quebrar monopólios como este, se o Governo quer vender a ELETROBRAS, ele que coloque quórum neste plenário, ele que aceite enfrentar um debate sério. Não há justificativa para o Parlamento continuar funcionando praticamente com uma minoria presente aqui.

Muitos Deputados estão fora do debate. Isso não é razoável, não há justificativa para tanto. Aliás, chegaram a tomar a decisão, que até acho precipitada, de retirar a obrigatoriedade do uso de máscaras. Dentro do plenário, deveria se manter a obrigatoriedade do uso de máscaras. Agora, retira-se a máscara, mas a votação continua remota? Qual é a explicação para isso? Qual é a lógica de a Câmara trabalhar a meio pau? Não! Nós temos que voltar para as sessões presenciais, com quórum, com argumento, com posições contra e a favor.

Documento 6/79

30.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/04/2022- CD 19:24
Publ.: DCD - 06/04/2022 - HEITOR SCHUCH-PSB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 5 sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010, sobre a quebra do monopólio estatal da produção de radioisótopos e radiofármacos.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós temos a compreensão de que esse é um assunto muito sério, muito delicado, pois a saúde pública é fundamental para a população menos abastada deste País. Sem o

SUS nós estaríamos, talvez, em situação muito mais difícil do que estamos hoje. Foi graças ao SUS e à ciência que se tem a vacina, que se enfrentou a pandemia.

O PSB defende o voto "sim". E vamos votar "sim", no sentido de que nós precisamos manter a questão central da saúde pública em mão do público, do Governo. Não podemos deixar que a iniciativa privada tome conta disso. Já tivemos outros tantos exemplos, como foi lembrado há pouco na tribuna, na questão da terceirização dos insumos agrícolas, que agora não temos, e poderíamos lembrar do tempo em que não havia máscara, em que não havia agulhas para as vacinas, entre tantos mais.

O PSB é "sim".

Documento 7/79

30.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-05/04/2022-
	CD	19:28
Publ.: DCD - 06/04/2022 - GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Improcedência de denúncias veiculadas pela imprensa sobre a prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de ônibus escolares. Compromisso do PL com a educação brasileira. Possibilidade de vitória do Presidente Jair Bolsonaro no primeiro turno do pleito eleitoral. Desvio, pelo governo petista, de exorbitantes recursos da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Inauguração pelo Presidente da República de obras públicas no País. Omissão da mídia sobre a assistência do Governo Federal às empresas brasileiras durante a epidemia de coronavírus e a criação do auxílio emergencial. Apoio da população brasileira ao Presidente Jair Bolsonaro. Pré-candidatura do Ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão, ao Senado Federal.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não é surpresa neste País a atuação da imprensa militante. No sábado, o *Jornal Nacional* exibiu matéria cujo tema já havia sido divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi dito que o Presidente Bolsonaro e o Presidente Nacional do nosso partido, Valdemar Costa Neto, tinham participado de compra superfaturada de ônibus. Ônibus foram comprados por 480 mil reais, e custavam 270 mil. Matérias desse tipo têm um único objetivo: desgastar o nome do Presidente Jair Bolsonaro. É o que eles fazem o

tempo todo. Têm vontade de que haja corrupção no Governo. Talvez seja um costume neste País, talvez seja um cacoete de alguns dizer que no Governo há corrupção. Eles não conseguem viver num País em que o Presidente da República e o Governo conseguem realizar uma administração em que não há corruptos nem corrupção.

O que foi feito? O Presidente explicou a questão, e até botaram uma fotografia do Presidente Bolsonaro e do Presidente Valdemar. A tomada de preços estava marcada para hoje, terça-feira, para se verificar qual seria o teto relativo à compra, pelos Municípios, de ônibus com a utilização de recursos do FNDE. Devido a essa denúncia, o Tribunal de Contas da União cancelou essa tomada de preços, já criando uma falsa narrativa para a população brasileira, reforçando uma falsa denúncia, como aquela referente a vacinas, caso em que havia intenção de compra. Intenção já é motivo para denúncia no Tribunal de Contas da União e também para denúncia pela imprensa.

Todo mundo sabe, quando é divulgada pela imprensa uma denúncia contra um político, que já ocorre a condenação, ainda mais com uma oposição competente neste plenário, com os meios de comunicação militantes. Esse é principalmente o caso da Rede Globo. Mas logo vão ver que prevalecerá esta máxima: a montanha pariu um rato. É isso o que vai acontecer. Mais uma *fake news* criaram na televisão. O leilão seria feito hoje. Seriam recebidas as propostas de todas as empresas, da Volkswagen, da GM, da FIAT. Todas iam concorrer e, depois, participar das compras. Os Município usariam os recursos para a compra de ônibus.

O nosso partido, o Partido Liberal, tem compromisso com a educação e sabe da importância de um ônibus escolar para a vida de uma criança, para a vida de uma família. Por isso nós priorizamos, no FNDE, a compra de ônibus para o transporte de nossas crianças.

Ao que mais se assiste hoje, pela televisão, pelos meios de comunicação, é a manifestação dessa vontade de que o Governo Bolsonaro seja corrupto. Eles estavam acostumados com isso, viviam de Lava-Jato o dia inteiro - operação 1 da Lava-Jato, operação 2 da Lava-Jato, operação 3 da Lava-Jato. Operação, operação, operação! Todos os dias havia notícias sobre corrupção. Eu, como Vice-Líder do Governo, com muito orgulho defendo este Governo, porque é um governo que se estrutura melhor a cada dia. O mais interessante é que eles vão ter que nos engolir, como dizia Zagallo, por mais 4 anos, porque estão sentindo que o Presidente Bolsonaro vai ganhar no primeiro turno. É isso o que vai acontecer. Como vão conseguir defender um governo que, só na PETROBRAS, desviou mais de 1 bilhão de dólares? Com essa quantia, seria possível realizar 70 obras de transposição de águas do Rio São Francisco.

Vejam bem, para responder a tudo isso, o Presidente Bolsonaro foi inaugurar obra de transposição do São Francisco. Agora vai a Porto Alegre - terei o privilégio de acompanhá-lo em meu Estado, o Rio Grande do Sul. Vai inaugurar mais uma parte da BR-116, a tão sonhada duplicação do trecho entre Porto Alegre e Pelotas, o Contorno de Pelotas. Vai inaugurar o aeroporto de Passo Fundo. Lutamos muito por esse aeroporto. Em Bagé, vai inaugurar hospital oncológico, vai vistoriar o trabalho que o Exército vem fazendo na Barragem de Arvorezinha. Tive o privilégio de marcar a primeira audiência com o Presidente para levar o Exército para o Município de Bagé.

Aquela narrativa foi mais uma que apresentaram. O caso referente ao Ministério da Educação está sendo apurado. Lá na frente vai ficar demonstrado que essa é mais uma história que lembra a máxima de que a montanha pariu um rato.

Há uma avalanche. Mesmo assim, todas as quintas-feiras, o Presidente faz a *live*, comunica-se com o povo brasileiro. A mídia não deu uma notícia sobre 10 milhões de empresas que ficaram vivas durante a pandemia, graças a programas do Governo Federal; sobre 66 milhões de brasileiros que comeram graças ao Auxílio Emergencial; sobre a nossa agricultura, que não parou e hoje sustenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. De cada cinco pratos de comida, um é produzido no Brasil, com apoio do Ministério da Agricultura. A infraestrutura brasileira não deixou uma obra parada. Havia centenas, milhares de obras paradas no Brasil, porque o que eles sabiam fazer era começar uma obra e não terminá-la. E nós, no Governo, não tivemos nenhum problema em dar continuidade ao que foi começado por outros governos.

Então, mesmo com a mídia militante todos os dias apresentando na televisão narrativas falsas, em busca de corrupção, mesmo com uma oposição aguerrida neste plenário, o Presidente Jair Bolsonaro vai às ruas e é ovacionado pelo povo, é abraçado pelo povo! Em contrapartida, o nosso adversário não consegue sair de casa, não consegue ir ao bar da esquina, não consegue ir ao supermercado porque a população tem boa memória e se lembra do que aconteceu no Brasil durante aqueles períodos.

Nós acreditamos muito em que vamos passar por cima disso com muita competência e, mais uma vez, vamos mostrar que o Governo Jair Bolsonaro é um governo sem corrupção. Todas essas tentativas de desgaste vão acabar servindo para que saíamos vitoriosos no dia 2 de outubro e tenhamos mais 4 anos de governo.

No Rio Grande do Sul, Onyx Lorenzoni é o nosso pré-candidato ao Governo do Estado. O nosso Partido Liberal no Rio Grande está com chapa cheia para Deputado Federal, chapa cheia para Deputado

Estadual. E temos o nosso General Mourão como candidato ao Senado Federal.

Portanto, o que temos de fazer? Mostrar trabalho, não permitir corrupção, não roubar, não deixar roubar, para que o Brasil volte a crescer. Aliás, está crescendo a passos largos, com empregos, com a instalação de empresas. Esta é a resposta: mesmo com pandemia, com enchentes, com seca, o nosso Governo mostra que há crescimento relativo a empresas e a empregos no Brasil.

Viva o Brasil!

Viva o Presidente Jair Bolsonaro!

Documento 8/79

30.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/04/2022- CD	19:40
Publ.: DCD - 06/04/2022 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Escândalo de corrupção no âmbito da pasta educacional, com o envolvimento de pastores evangélicos. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro na compra da vacina Covaxin. Suspensão, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, da compra de ônibus escolares pelo Governo Federal, diante de denúncia de superfaturamento. Autoritarismo do Presidente da República. Deboche do Deputado Eduardo Bolsonaro à submissão da jornalista Miriam Leitão a sessões de tortura durante o regime militar.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria falar sobre a corrupção no Governo Bolsonaro.

Hoje, além dos procedimentos no Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, a pedido do PSB, ordenou a realização de uma inspeção a respeito das irregularidades cometidas no Ministério da Educação e no FNDE.

É impressionante que o Deputado que me antecedeu, governista, bolsonarista, tenha falado de tudo, mas não das denúncias de corrupção no Ministério da Educação. Ele passou por cima disso.

A denúncia traz a notícia de que pastores, especialmente Gilmar Santos e Arilton Moura, faziam a liberação de valores exorbitantes,

cobrando propina, na gestão do então Ministro Milton Ribeiro. São tão graves as denúncias que rapidamente foi determinada a troca do Ministro da Educação. Milton Ribeiro não é mais Ministro.

Não adianta querer esconder o sol com a peneira. Este Governo está marcado pela corrupção.

Quanto à corrupção referente à vacina Covaxin, o pagamento só não se efetivou porque um Deputado desta Casa, juntamente com seu irmão, levou a público a denúncia do esquema que estava montado em torno da compra dessa vacina. Pegaram os larápios com a boca na botija, o que evitou que o povo brasileiro tivesse um prejuízo pela prática da corrupção.

É bom que se diga que três Prefeitos confirmaram hoje que um pastor cobrava propina em dinheiro, em ouro ou até por meio de compra de bíblias. Vejam a que ponto chegamos! Ele estava cobrando propina, repito, em dinheiro, em barra de ouro ou, então, por meio de compra de bíblias. Era essa a condição para liberar recursos do MEC para Prefeitos de diversos Municípios do Brasil, inclusive do meu Estado, o Estado do Maranhão.

É muito grave o que acontece. E existe mais corrupção no MEC, o que foi confirmado hoje, porque o Tribunal de Contas da União suspendeu compra de ônibus escolares devido a superfaturamento. Um ônibus que vale 210 mil reais, Deputado Fontana, eles estavam atribuindo o valor de 480 mil reais. Trata-se de sobrepreço.

Há claramente indícios de desvio. Recursos públicos da educação que deveriam melhorar a vida da população que tem dificuldade de acessar as escolas, sobretudo na zona rural dos Estados e dos Municípios, estavam sendo desviados para outras finalidades.

Mas eles querem esconder tudo isso. Aliás, o Governo da corrupção é também o Governo do autoritarismo. Não foi à toa que Bolsonaro tentou censurar diversas manifestações naquele festival em São Paulo, o Lollapalooza. Não foi à toa que várias manifestações de exaltação ao golpe militar aconteceram agora no dia 31 de março. Foram repudiadas por diversas entidades da sociedade civil.

Não foi à toa que um filho do Presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro, integrante desta Casa, resolveu atacar de maneira covarde, absolutamente covarde, a jornalista Míriam Leitão. Debochou das torturas de que ela foi vítima. Aqui fica a nossa solidariedade à jornalista Míriam Leitão.

É uma postura desumana, é uma postura de um Governo corrupto, de um Governo autoritário. Nós estamos contando cada segundo, cada

minuto para o encerramento deste Governo. O povo não aguenta mais tanta inflação, desemprego e fome.

Nós vamos vencer e virar esta triste página da história do Brasil. É isso o que vai acontecer. No dia 1º de janeiro de 2023, vai ser outra história, com o fim do Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2022-14:32
Publ.: DCD 07/04/2022 -	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apreciação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022, (nº 22, de 2011, na Câmara dos Deputados), a respeito da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 6.812, de 2017, referente à tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa tem a missão de derrubar mais um veto, como já derrubamos muitos. Aliás, esta semana, já está em trâmite, no Senado, a PEC 9/22 - a que votamos na Câmara foi a PEC 22/11 -, que garante aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias as condições de trabalho que merecem. Mas também houve veto do Governo ao reajuste desses agentes, como aconteceu com vários outros vetos. Agora, o Governo Federal, através do Presidente da República, veta a Lei Paulo Gustavo.

Sr. Presidente, a Lei Paulo Gustavo previa o repasse de 3,86 bilhões de reais para injetar na economia do País. E não só isso. O principal é que faz justiça com um setor que, sem dúvida, ainda continua sendo muito prejudicado com o processo de pandemia que vivemos. A cultura foi muito prejudicada - todos sabemos disso -, e esta Casa tem a

obrigação de derrubar esse veto o mais rapidamente possível. Não podemos empurrar para frente, porque perde o turismo, perde a cultura, perde a decência, perde a alma de um país em que a cultura ajuda as pessoas a se reconhecerem nos seus rincões, nos seus espaços, na sua vida, no seu tempo.

Portanto, quero aqui deixar o meu repúdio a mais essa atitude de um Presidente que tira 3,86 bilhões de reais de um contexto tão importante, que é o da cultura.

No mais, Sr. Presidente, eu queria aqui levantar a minha opinião sobre a questão das *fake news*. Esta Casa tem a missão de aprovar o projeto contra as *fake news*, com punição diante da situação que vivemos de *fake news*, que não é só na política, mas é muito da política, da vida das pessoas, da dignidade das famílias. E nós temos a responsabilidade com a comunicação real, verdadeira, que possa, de fato, levar este País a outro destino, que não este das retóricas vazias, das mentiras, da violência e das *fake news*.

"Não" às *fake news*! "Sim" à democracia!

Documento 10/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2022-14:48
Publ.: DCD 07/04/2022 -	- CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encontro do orador com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, para debate da regulamentação da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), pertinente às medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Regozijo com a rejeição, pela bancada do União Brasil, da pré-candidatura do ex-Juiz Federal Sérgio Moro à Presidência da República.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje iremos ao Supremo Tribunal Federal falar com o Ministro Alexandre de Moraes e tratar da judicialização da Lei Assis Carvalho, da qual sou coautor, que visa dar socorro imediato aos pequenos agricultores e às pequenas agricultoras deste País.

Aprovamos a Lei Assis Carvalho 1 no Congresso Nacional, e Bolsonaro vetou-a; aprovamos a Lei Assis Carvalho 2, e o Presidente genocida vetou-a novamente; derrubamos o veto com o esforço da maioria, que sabe como está difícil a vida dos trabalhadores rurais. Queremos que o Governo regulamente urgentemente a Lei Assis Carvalho, porque a agricultura familiar é responsável pela comida à mesa do povo brasileiro.

Os agricultores e as agricultoras começam a lida ao raiar do dia e só param ao pôr do sol. Eles foram atingidos na maioria dos Estados pela seca ou pelas enchentes, como foi o caso do Estado do Tocantins. Eles merecem todo o respeito. Continuaremos firmes na luta até garantirmos que eles sejam respeitados e apoiados por esse Governo irresponsável e cleptocrata.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar sobre a última pesquisa IPESPE sem a presença do juiz parcial, do juiz ladrão Sergio Moro. O que aconteceu? A Direita juntou-se e Lula mais vez está na dianteira, liderando todos os cenários do segundo turno. Com muita alegria, vimos que ao juiz parcial, que tentou acabar com o PT, que tentou acabar com a candidatura do então Presidente Lula, agora querendo arrumar um lugarzinho para ficar folgado, foi negado o direito de se candidatar.

Fora, Sergio Moro! Vai procurar a sua turma!

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 11/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2022-15:00
Publ.: DCD 07/04/2022 -	- ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo).

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, hoje o Presidente Jair Bolsonaro deu um tapa na cara do povo brasileiro. Ao vetar a Lei Paulo Gustavo, ele atingiu o coração da cultura brasileira. Isso é um desrespeito àqueles que fazem a arte do nosso País, aqueles que foram os primeiros atingidos pela pandemia e que ainda não retomaram totalmente suas atividades, aqueles que representam também a nossa luta e a nossa história.

Enquanto no Governo se cobram propinas vinculadas à venda de exemplares da Bíblia, ou se pedem barras de ouro - cobrou-se propina, 1 dólar por dose de vacina, num período em que muitos da população morriam -, o Governo alega que não tem recursos para investir na cultura. Tem dinheiro para os bancos, tem dinheiro para o latifúndio, mas não tem dinheiro para a cultura.

Temos uma grande tarefa: derrubar esse veto. O projeto foi aprovado na Câmara e no Senado. Não podemos admitir que esse veto seja mantido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2022-15:00
Publ.: DCD 07/04/2022 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Solidariedade à jornalista Miriam Leitão e às demais mulheres torturadas durante a ditadura militar. Defesa de punição do Deputado Eduardo Bolsonaro por ofensa à jornalista. Repúdio ao Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Defesa de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência, bem como do mérito do Projeto de Lei nº 6.812, de 2017, referente à tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meios de comunicação da Casa, que transmitem ao Brasil as nossas sessões, quero fazer três breves

registros.

Primeiro, manifesto a minha absoluta solidariedade à jornalista Míriam Leitão e a todas as mulheres torturadas pela ditadura infame do golpe de 1964, defendida pela família Bolsonaro nesta Casa. Que esse Deputado irresponsável possa ser devidamente punido!

Segundo, Sr. Presidente, expresso meu repúdio à decisão do Presidente da República de vetar a Lei Paulo Gustavo. Caberá a esta Casa, com dignidade, derrubar esse veto e garantir aos milhares de artistas brasileiros o direito de continuar trabalhando neste período, de pós-pandemia ou ainda de pandemia.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que fui membro do Grupo de Trabalho que analisou o PL 2.630/20. Sou também Relatora da CPMI das Fake News. Nós vamos votar aqui a urgência do PL 2.630, que trata desse assunto. Não podemos nos deixar enganar quanto a essa questão. Se, no momento em que instalamos a CPMI, uma parte da população deixou-se envolver, achando que se tratava de uma discussão sobre terceiro turno eleitoral, hoje ninguém mais tem dúvida, porque, durante a pandemia, caiu a máscara daqueles produtores de *fake news*, daqueles que atentaram contra a vida do povo ao divulgarem *fake news* contra a vacina, daqueles que diziam que centenas de caixões em Manaus estavam vazios, sem corpos, porque a pandemia não matava.

É uma necessidade desta Câmara aprovar esse projeto - o Relator é o Deputado Orlando Silva - para dar transparência a esse processo nas redes sociais e não deixar que esta Casa proteja aqueles que, utilizando-se do cargo de Deputado Federal ou de outro cargo público, criam ou divulgam *fake news* contra a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 13/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2022-15:04
Publ.: DCD 07/04/2022 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de combate à disseminação de fake news. Razões do posicionamento dos bolsonaristas contrário à aprovação do Projeto de Lei nº



6.812, de 2017, referente à tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente Charles Fernandes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que acompanha os debates da Câmara Federal, eu também quero, Deputada Lídice da Mata, falar sobre este desafio da democracia brasileira e da democracia global: combater as redes de elaboração e divulgação de mentiras, de construção de pós-verdades e de construção de uma cultura de ódio, de intolerância, de divisão dentro das sociedades. Na minha avaliação, a questão das *fake news* é certamente um dos maiores desafios que a nossa geração tem para enfrentar, Deputado Daniel Coelho, para preservar a democracia no nosso País e também em âmbito global.

Nós sabemos que milhares de brasileiros e brasileiras morreram porque acreditaram em notícias falsas, Deputado Heitor Schuch. Dizia-se que a vacina era um veneno, que a vacina fazia mal, que a vacina causaria mutações. E pessoas, de forma ingênua, deixaram de se vacinar, acreditaram em Bolsonaro e em diversos dos seus seguidores que disseminavam mentiras dia e noite. Com isso, houve casos graves de COVID. Muitas pessoas foram a óbito.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu não sou a favor de que se estenda a imunidade parlamentar a membro de Casa Legislativa quando ele se manifesta em redes sociais. Não sou mesmo! Pretendo votar contra esse item quando a matéria vier a plenário. Agora, dizer que não devemos regular as *fake news*, Deputada Erika Kokay, dizer que liberdade de expressão significa que cada um diz o que quer, cada um posta o que quer em rede social, cada um alimenta as redes de ódio e intolerância e as máquinas de destruição de pessoas, Deputado Chico d'Angelo, as máquinas de destruição de reputações, as máquinas de ataque a Parlamentares, a Ministros do Supremo ou a cidadãos comuns? A grande verdade é a seguinte: há um grupo de bolsonaristas nesta Casa que é contra esse projeto de lei porque quer manter o "gabinete do ódio" funcionando a mil por hora.

A esses grupos minoritários dentro da Casa, a esses grupos bolsonaristas que querem manter as redes de *fake news*, que querem manter a construção dessas pós-verdades, que querem manter o "gabinete do ódio", gerando esse nível divisão que enfrentamos no nosso País, a todos esses eu digo: o Brasil não pode deixar de votar uma lei que avança no combate às *fake news*. Não será perfeita, mas será melhor do que o que temos hoje.

32.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 06/04/2022-15:20

Publ.: DCD
07/04/2022 -

- SIDNEY LEITE-PSD -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Declaração de voto pela rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Defesa de exclusão da Zona Franca de Manaus da proposta de redução da alíquota do IPI apresentada pelo Governo Federal.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui prestar a minha solidariedade a todo o setor cultural brasileiro, em especial do meu Estado Amazonas, setor esse que foi o primeiro a sofrer com a pandemia e ainda não retomou na sua integralidade suas atividades. O veto do Governo, com certeza, será derrubado por este Parlamento. A propósito, voto pela derrubada do veto por apoio a todo o setor artístico e cultural do nosso País.

O Governo editou um decreto que reduz o IPI. No modelo Zona Franca de Manaus, nós não precisamos dessa redução, porque o IPI já está contemplado pelo incentivo fiscal desde a sua criação. Mas isso afeta diretamente as empresas e por conseguinte os empregos que esse polo modelo gera no nosso País. O polo industrial da Zona Franca de Manaus foi responsável em 2021 por um faturamento em torno de 160 bilhões de reais. Faturamento esse que anula aquele discurso de quem diz que a Zona Franca vive um paraíso fiscal. Muito pelo contrário, a Zona Franca de Manaus produz faturamento de bilhões em receita. Tanto é que Manaus sozinha, isolada, é disparada o maior faturamento de tributos federais do Norte do Brasil. Mas, infelizmente, este Governo, Deputado Zé Neto, não está preocupado com a geração de emprego e com os desempregados do País. Se não vejamos, a partir do momento que o polo de duas rodas, por exemplo, gera 20 mil empregos diretos, no polo industrial da Zona Franca de Manaus, com a redução do IPI, nós vamos importar emprego da China e não vamos mais produzir motocicletas no Brasil. Ressalto que o faturamento do polo industrial da Zona Franca de Manas foi de 30 bilhões de reais.

Eu venho aqui a esta tribuna para fazer um apelo para que esta Casa

se mobilize no sentido de que nós possamos reverter e manter a excepcionalidade do polo industrial da Zona Franca de Manaus, que não só garante empregos, é um polo consolidado, que demonstra a sua clareza no que diz respeito à sua competitividade, ao seu faturamento e à geração de emprego e renda. Se não fosse só isso, ele é responsável por manter a floresta em pé no Estado do Amazonas, maior Estado da Federação, que tem 97% da sua cobertura vegetal em pé, incluindo as áreas urbanas das cidades, inclusive da cidade de Manaus. Esse é o modelo de êxito que dá oportunidade de emprego, de renda, não só a quem está na cidade de Manaus, mas na Amazônia Ocidental.

Por isso, eu venho aqui, Sr. Presidente, para que nós possamos nos mobilizar e reverter essa questão do IPI no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, que não fará nenhuma diferença para o Governo, haja vista que na Zona Franca de Manaus já há, por si só, o incentivo fiscal. Então, não haverá diferença de receita, ou perda de receita, de forma direta para o Governo, mas indireta haverá.

Solicito, Sr. Presidente, que a minha fala seja divulgada pelos meios de comunicação da Casa.

Documento 15/79

32.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2022- CD	15:52
Publ.: DCD - 07/04/2022 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio às ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Importância da unidade escolar instalada no Assentamento Capela, no Município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul. Distribuição, pelo MST, de toneladas de alimentos às famílias vulneráveis durante a epidemia de coronavírus. Exclusão do Brasil do Mapa da Fome nos governos petistas. Recrudescimento da pobreza e da miséria do País.

O SR. MARCON (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho dois discursos para fazer aqui.

Eu não sou covarde. Tenho orgulho da minha história. Não tenho vergonha da minha militância. Fui acampado, moro num assentamento e sou ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eu tenho orgulho das ações que o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra fez até hoje.

Quero dizer a quem quer falar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que vá lavar a boca com soda! Lave a boca com soda!

Eu posso dar o exemplo do assentamento onde moro, no Município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. No Assentamento Capela, residem cem famílias. Quando nós chegamos, Presidente, há 28 anos, havia uma escola fechada. Hoje, não só os filhos dos assentados, mas também a vizinhança vão àquela escola.

Eu gostaria de fazer aqui um relato sobre a produção. Eu poderia fazer isso, mas quero falar sobre esses últimos 2 anos. O povo brasileiro padeceu demais com a pandemia, com a fome crescendo, com a miséria crescendo, com a crise aumentando. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ajudou a matar a fome de milhares de pessoas neste País. Milhares de toneladas de alimentos produzidos foram distribuídos em muitas cidades para muitas famílias em muitos lugares.

Agora, muitos colegas Deputados têm medo do diálogo, têm medo da conversa, têm medo do Lula. Quando o Lula era Presidente, Sr. Deputado, nós estávamos fora do Mapa da Fome. Agora, a miséria está aumentando. Lá em Porto Alegre, em muitas cidades gaúchas e em muitas cidades do Brasil, há gente em tudo que é canto pedindo dinheiro para comprar comida, para comprar remédio, para pagar a luz e a água.

Srs. Deputados, eu nunca falei aqui de movimento nenhum, de movimento A, de movimento B, porque cada um vai lutar pela vida, pela dignidade, pela cidadania do povo onde quiser. Eu tenho orgulho da minha história. Não sou covarde! Tenho orgulho daqueles que produzem para matar a fome de quem não tem comida. É o que faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Viva o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra! Viva o Lula!
Viva a democracia!

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 16/79

32.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 06/04/2022-15:52

Publ.: DCD
07/04/2022 -

JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

Sumário

Repúdio à nota técnica do Governo Federal de justificativa do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Apelo aos Parlamentares por sua rejeição. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a cultura brasileira.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago, neste momento, a esta tribuna o comunicado do Presidente da República que justifica o veto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, que ficou conhecido como Lei Paulo Gustavo.

Ele vetou integralmente a Lei Paulo Gustavo. Pasmem, Sras. e Srs. Parlamentares! O que diz a nota técnica do Governo Federal sobre a lei?

Diz que a lei aprovada contraria a regra de ouro e contraria os preceitos constitucionais da Lei Complementar nº 101, de 2000, ou seja, o princípio da transparência e os demais princípios que conformaram a Lei Complementar nº 101, de 2000.

E diz mais, Sras. e Srs. Parlamentares! Diz que a tal lei aprovada pelo Congresso Nacional não se enquadra no conceito de despesa irrelevante. Do ponto de vista de quem compreende a cultura como setor vital para sustentação do projeto de desenvolvimento nacional, isso é uma agressão aos trabalhadores da cultura, isso é uma medida cruel e irresponsável de um Governo que não tem qualquer compromisso com o Brasil e muito menos com a cultura brasileira.

Como se não bastasse a extinção do Ministério da Cultura; como se não bastassem as peripécias deste Governo irresponsável fiscalmente; como se não bastasse um Ministro da Economia que não sabe o que quer e não apresenta nada do ponto de vista de enfrentamento da crise econômica, o Governo vem agora e diz que um projeto que nós aprovamos por unanimidade nesta Casa - mais de 440 votos foram favoráveis - não tem relevância nenhuma, não serve e não atende o princípio da transparência, que conforma a Lei Complementar nº 101.

O que nós negociamos aqui não vale mais nada. A relação deste Governo com o Congresso é de total desrespeito. Nós negociamos. Eu negocieei esse projeto com o Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, aqui. Nós negociamos com a Liderança do Governo no

Senado. A Liderança do Governo no Senado foi responsável pela relatoria inicial no Senado Federal. O autor foi o Senador Paulo Rocha. Não vale mais nada o que se negocia aqui! Não vale mais nada a palavra! Não valem mais nada os acordos que se fazem aqui dentro! Tudo isso não vale mais nada.

O que este Governo irresponsável e cruel fez com a cultura brasileira é algo que esta Casa não pode aceitar silenciosamente. Esse veto precisa ser derrubado. É preciso incluí-lo na sessão próxima do Congresso Nacional, Líder Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, porque nós não podemos aceitá-lo. A sociedade brasileira tem que se mobilizar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Peço que conclua, nobre Deputado, por favor.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Vou concluir, Sr. Presidente.

A sociedade brasileira, o mundo da cultura, os trabalhadores da cultura, os artistas, todos precisam se mobilizar para que derrubemos esse veto cruel e irresponsável de um Governo que não tem qualquer compromisso com o Estado de bem-estar social.

É um desrespeito à cultura. É um desrespeito a nós Parlamentares. É um desrespeito à Liderança do Governo, que negociou conosco, e não valeu nada.

Derrubar o veto é o que nós temos que fazer.

Documento 17/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/04/2022-16:16
Publ.: DCD 07/04/2022 -	PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Mobilização dos Parlamentares pela sua rejeição. Reação dos bolsonaristas contra a iniciativa do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de incentivo, à militância petista, de realização de pressões junto aos Parlamentares e seus familiares, em suas residências, para

não votação de propostas dissonantes com os interesses do povo brasileiro e do País. Pronunciamento de Deputada a respeito da ocupação de supermercado por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Elevação dos preços de combustíveis, alimentos, materiais de construção e insumos agrícolas. Apoio à recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o primeiro tema, sobre o qual não tenho como não me manifestar, é a minha indignação com o veto do Presidente à Lei Paulo Gustavo, veto integral a um projeto de lei destinado a um setor estratégico para a cidadania brasileira, o mais duramente atingido e prejudicado nesse período de pandemia.

Nossa bancada foi responsável, por meio da Liderança da Deputada Benedita da Silva, pela Lei Aldir Blanc, com a autoria de toda a bancada e de tantos Parlamentares daqui. Agora há novamente uma proposição do Parlamento brasileiro, de autoria do Senador Paulo Rocha, a Lei Paulo Gustavo. Lamentavelmente, o Presidente da República, com essa atitude, diz: "*Profissionais da cultura brasileira, vocês são irrelevantes*". Essa foi uma das justificativas do veto.

Vamos mobilizar Santa Catarina e o Brasil inteiro para pressionar todos os Deputados Federais e Senadores para derrubarem o veto e colocarem a cultura e o apoio aos profissionais da cultura como uma das prioridades deste País.

Pela derrubada do veto à Lei Paulo Gustavo!

O segundo ponto sobre o qual não posso deixar de me manifestar são os discursos dos bolsonaristas aqui quanto a uma fala do Presidente Lula acerca do direito legítimo das pessoas de pressionarem os Parlamentares para não votarem tanto retrocesso nesta Casa.

Uma Deputada estava preocupada com a ocupação dos supermercados. S.Exa. não se dá conta de que a pauta principal desta Casa deveria ser o sofrimento do povo brasileiro quando vai ao supermercado. Ninguém precisará apoiar a ocupação de supermercados, quando há fome, miséria, carestia, inflação, juro alto e política econômica suicida deste Governo.

Quando se chega a um posto de gasolina, é um susto. Quando se chega ao supermercado, a maior parte dos que vão comprar tem que devolver parte da mercadoria, porque não fecha a conta. Quando se vai a uma loja de material de construção, comprar material para construir a casa própria, é um susto. Também é um susto para os agricultores quando chegam a uma agropecuária, com o preço dos

insumos, dos fertilizantes.

É isso que Bolsonaro esconde. Os Parlamentares bolsonaristas querem fazer discurso aqui para esconder a pauta principal, como disse o nosso Líder Reginaldo Lopes, em relação aos milicianos e à violência, ao ódio e à intolerância deles.

Nós defendemos a democracia, a solidariedade, um País mais justo, mais solidário, mais igual. É por isso que o nervosismo toma conta: porque se está retomando a esperança de reconstruir este País com o maior Líder popular da América Latina e deste País, o melhor Presidente que este País já teve.

Volta, Lula! Volta a governar este País!

Documento 18/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2022-16:32
Publ.: DCD 07/04/2022 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Cerceamento à liberdade de imprensa pelo Presidente Jair Bolsonaro. Morte de milhares de brasileiros em decorrência de fake news divulgadas pelo Presidente da República contra a vacina da Covid-19. Circulação de vídeo a respeito da oferta, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de cargos no Palácio do Planalto para execução do miliciano Adriano Magalhães da Nóbrega.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - É impressionante como a verdade tem sido tão renegada e tão açotada e como esses que transformaram a mentira e o ódio em metodologia política querem continuar açotando, torcendo, colocando a verdade no pelourinho! Aliás, o negacionismo deste Governo não é só o negacionismo pontual; ele nega os fatos.

Esse Governo vem aqui vociferar, dizer que é preciso se defender a liberdade de imprensa, mas, na verdade, nunca houve tantos ataques à liberdade de imprensa como nesse Governo a partir do Presidente da República. Na verdade, ele não quer a liberdade; ele quer o direito de continuar enganando o povo brasileiro; ele quer continuar tendo o direito de atacar as instituições.

É preciso haver limites! O Estado Democrático de Direito e a República têm princípios que têm que ser respeitados, mas, quando se nega a própria realidade - "*A tua verdade não corresponde aos fatos e a tua piscina está cheia de ratos*", dizia Cazuza - e se constrói a mentira para tentar substituir os fatos, dentro dela só cabe quem pensa e age da mesma forma. É a exclusão do outro, quando o outro não é o próprio espelho.

E vem esse Governo dizer que é mordaça estabelecer que não é permitido mentir! A mentira mata! Quantas pessoas morreram em decorrência de toda a discussão feita pelo Presidente da República contra as vacinas, impondo-se à população medicamentos que não tinham eficácia para combater a COVID-19? A mentira mata! Mata! A mentira mata a liberdade, mas mata fisicamente também. Mata literal e metaforicamente, diria eu.

Mas esse Governo não vem aqui dizer por que circula na imprensa um diálogo sobre troca de cargos no Palácio do Planalto para que se matasse Adriano, aquele que estava envolvido com as milícias de um Governo miliciano. Esse é um Governo de jagunços! É um Governo que açoita e não admite o contraditório! Esse Governo não vem aqui falar do superfaturamento dos ônibus escolares, não vem aqui dizer que houve um sobrepreço de 732 milhões, nem vem aqui dizer por que o Presidente vetou a Lei Paulo Gustavo.

É óbvio que o arbítrio, que o autoritarismo... "*Ah! eles sentem com vontade de sacar armas*" - já diziam os nazistas -, "*quando se fala em cultura e quando se fala em livros.*"

Chega de mentira! Esta Casa, sim, tem que dar respostas, para que nós não tenhamos esse palanque tecido com o ódio, esse palanque tecido com as mentiras!

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Por favor, conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Esse Governo está desesperado. Lula disse que era preciso, sim, procurar os Parlamentares. Mas esses que estão no Palácio do Planalto são os que pregam a morte e as armas. Lula prega o amor à vida e vai ser o novo Presidente da República.

07/04/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações aos militantes e defensores da cultura no Estado da Bahia e no País. Prejuízos causados aos trabalhadores brasileiros pela reforma previdenciária. Reajuste nos preços de combustíveis, do gás de cozinha e dos componentes da cesta básica. Queda do poder aquisitivo do salário mínimo. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo).

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Obrigado, General.

Peço a V.Exa., Presidente, a publicação do meu pronunciamento nos Anais da Casa e a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Quero registrar a minha posição de apoio e solidariedade a todas e todos os que fazem cultura no Brasil, em especial na Bahia, no Sertão baiano, no Recôncavo Baiano, na Capital e nas grandes cidades.

Aprovamos aqui a destinação de 2,8 bilhões para o setor cultural, através da Lei Paulo Gustavo, uma homenagem a um grande artista, um grande humorista, mas, principalmente, uma homenagem aos homens e mulheres que fazem cultura por todo o Brasil.

O Presidente da República, no entanto, vetou a proposição. Sempre atacando os interesse do povo, fez também reforma da Previdência, achatou o salário mínimo, aumentou o preço do botijão de gás, do *diesel*, da gasolina, da cesta básica.

Vamos derrubar o veto à lei Paulo Gustavo, em apoio à cultura!

Obrigado, Presidente.

Documento 20/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2022-16:40
Publ.: DCD	- MARCELO RAMOS-PSD -AM	



07/04/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Necessidade de abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de negociações com a Índia para a importação de amendoim do Brasil. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Recebimento, pelo Relator Orlando Silva, de sugestões para aprimoramento do texto do Projeto de Lei nº 6.812, de 2017, referente à tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores.

O SR. MARCELO RAMOS (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil tem uma significativa produção de amendoim, e o amendoim é elemento importante da exportação do agro no nosso País.

O meu Estado do Amazonas não produz amendoim. Mas eu não tenho responsabilidade só com o Amazonas; eu tenho responsabilidade com o Brasil. Mais de 90% da produção de amendoim no Brasil está no Estado de São Paulo.

Eu quero trazer a esta Casa um problema grave, porque 48% da exportação de amendoim do Brasil está concentrada no eixo Rússia-Ucrânia: 12% do amendoim produzido no Brasil é exportado para a Ucrânia; e 46% do amendoim produzido no Brasil é exportado para a Rússia. Com a guerra, nós temos toda essa exportação paralisada em navios que saíram do Brasil e aqui nas centrais de armazenamento. É preciso que o Ministério das Relações Exteriores intervenha para que encontremos saídas para essa exportação.

Os exportadores já buscam alternativas. Para a Ucrânia, a exportação tem sido feita tendo como porto intermediário o Porto de Constança, na Romênia, e de lá, o transporte é rodoviário até a Ucrânia. E para a Rússia, a exportação é feita por meio de portos alternativos que estão fora da área de guerra. Mas é preciso um esforço do Itamaraty para negociações que abram essas fronteiras e também para permitir que a Índia, a maior consumidora de amendoim do mundo, importe o amendoim brasileiro, pelo menos neste momento de crise das exportações feitas para a Rússia e a Ucrânia. Isso é fundamental para a nossa balança comercial e também para a geração de centenas de empregos para os brasileiros. Esse era o meu primeiro apelo.

Dito isso, eu quero tratar aqui rapidamente de dois temas. O primeiro deles é a Lei Paulo Gustavo, que o Presidente vetou. Nós vamos trabalhar para pautar essa matéria imediatamente no Congresso Nacional e também para a derrubada do veto.

O segundo é o tema do PL das Fake News, relatado pelo Deputado Orlando Silva. Eu vejo muita gente falar, Deputado Daniel Almeida, em ler o livro *1984*, e eu quero propor também que se leia o livro *Os Engenheiros do Caos*, de Giuliano da Empoli, que trata como as *fake news* influenciam no resultado das eleições e no resultado das decisões da população.

E digo isso, Sr. Presidente, porque fui um dos críticos do texto inicial do Deputado Orlando Silva, mas vejo no Deputado Orlando Silva absoluta abertura para a construção de um texto que verdadeiramente seja um instrumento de combate às *fake news*. Ou então alguém precisa ir à tribuna e dizer a verdade, dizer que está aqui nesta tribuna defendendo o direito de mentir na Internet. E eu tenho certeza de que ninguém aqui pretende isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 21/79

32.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/04/2022- CD	16:48
Publ.: DCD - 07/04/2022 - ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Elevação dos preços de combustíveis e de alimentos. Maior atenção do Presidente Jair Bolsonaro para com as camadas menos favorecidas.

O SR. ANDRÉ JANONES (AVANTE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu venho aqui hoje a esta tribuna denunciar a todo o povo brasileiro que nos acompanha neste momento que, na noite de ontem, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, mais uma vez, como fez incontáveis vezes durante o exercício do seu mandato, vetou um projeto de lei aprovado por esta Casa que tinha como objetivo principal colocar dinheiro na mão dos mais pobres deste País, de quem precisa, de quem, de fato,

foi afetado pela pandemia do coronavírus no nosso País.

E ele fez isso ao vetar a Lei Paulo Gustavo.

Aí alguém pode me dizer: "*Ora, Janones, você está mal informado. Essa lei previa destinar recursos apenas para a cultura*". Não! Essa é a narrativa criminosa sustentada por Jair Bolsonaro, que busca, desde o início do seu mandato até o dia de hoje, criminalizar a cultura no nosso País, criminalizar a classe artística.

Precisamos aqui deixar de maneira clara, para o povo brasileiro, quem faz e quem consome cultura no nosso País. Quem faz cultura no nosso País não é só a estrela principal de um espetáculo que está lá em cima do palco; quem faz cultura no nosso País é o pipoqueiro, é o vendedor de ingresso, é a camareira, é o vigilante, são todos os trabalhadores envolvidos na produção artística do nosso País. E quem consome cultura no nosso País não é só a elite financeira, não é só a elite intelectual. A pandemia mostrou claramente isso, mostrou a importância das atividades artísticas e culturais, inclusive para a saúde mental do brasileiro. Se não fosse pelas *lives* dos cantores, pelos filmes, pela Netflix, por aquele pouco que nos fez manter o acesso à cultura, os efeitos danosos para a saúde mental do nosso povo teriam sido ainda maiores.

Então, está na hora de começarmos a desmistificar, a descriminalizar a atividade cultural no nosso País, derrubando o veto na próxima sessão plenária do Congresso Nacional, derrubando o veto do Presidente Jair Bolsonaro, que - repito - impede que o dinheiro chegue à mão dos trabalhadores do nosso País. Bolsonaro diz aqui, em suas razões de veto, que estava vetando o projeto porque ele apresenta contrariedade ao interesse público.

O que contraria o interesse público, Presidente Bolsonaro, é um pacote de arroz a 25 reais; contraria o interesse público o litro de gasolina custar 8 reais; contraria o interesse público V.Exa. ter anunciado um empréstimo de mil reais para os mais pobres, para quem está com o nome negativado, e essas pessoas não estarem conseguindo acesso a esse crédito.

Para finalizar, quero dar-lhe uma dica, Presidente. Sei que o V.Exa. não é muito afeito a livros, mas estude sobre o que é economia criativa, sobre o que o setor de eventos, o setor artístico traz para o País em termos de renda e de geração de empregos. E faço um último pedido: que V.Exa. tenha, pela primeira vez, sensibilidade com os mais pobres deste País, que estão muito mais preocupados com a necessidade de colocar comida na mesa do que com o debate ideológico que V.Exa. propõe para desviar a atenção do nosso povo.

Muito obrigado a todos.

Um grande abraço.

Documento 22/79

32.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 06/04/2022-17:08
Publ.: DCD 07/04/2022 -	MARCELO CALERO-PSD -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos membros do PSD pela receptividade concedida ao orador, ao ensejo da sua filiação aos quadros do partido. Saudação ao Deputado Pedro Paulo. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo).

O SR. MARCELO CALERO (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pelas boas-vindas. Agradeço a acolhida que o PSD me deu e a todo o grupo político do Prefeito Eduardo Paes, nosso Presidente estadual.

Eu queria fazer uma saudação especial ao Deputado Pedro Paulo, nosso Secretário de Fazenda e Planejamento até semana passada, com que eu tive a honra de ombrear no Governo Municipal, que fez um trabalho revolucionário reabilitando as finanças do Rio de Janeiro, que haviam sido destroçadas pelo Governo anterior. Da mesma forma, sob a liderança do Prefeito Eduardo Paes, nós procuramos dar uma nova tônica à gestão municipal do Rio.

Mas o que me traz aqui hoje, Presidente, é um assunto de extrema importância: o veto que o Presidente Jair Bolsonaro deu à Lei Paulo Gustavo. Todos nós sabemos da importância da Lei Paulo Gustavo para a cultura, um segmento que é vetor de desenvolvimento econômico e social do Brasil, além do aspecto da nossa identidade. A cultura tem a sua dimensão imagética, simbólica, é a identidade nacional e, por isso, precisa ser permanentemente valorizada. Sem falar nos milhares de empregos, na geração de renda e até nos impostos que ela gera.

Esse veto foi dado à Lei Paulo Gustavo com uma justificativa peculiar:

ela seria contrária ao interesse público. Ora o que é interesse público? Seriam as rachadinhas? Seria o orçamento secreto? Seriam os gastos milionários no cartão corporativo? Eu fico me perguntando o que pode ser de maior interesse público do que prover Estados e Municípios da condição de investir na cultura local.

Esses recursos, Presidente, vão chegar - porque nós vamos derrubar o veto, nós vamos trabalhar pela derrubada do veto - de forma capilar no Brasil inteiro, de novo, por meio dos investimentos que Estados e Municípios farão nas culturas locais, nas manifestações locais. Eu queria lembrar que o projeto da Lei Paulo Gustavo foi amplamente favorecido tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. No Senado, foi aprovado por quase unanimidade e, aqui, na Câmara dos Deputados, recebeu um apoio maciço.

Portanto, Sr. Presidente, é urgente que as forças políticas do Brasil se mobilizem, engajem-se nessa luta junto com a sociedade civil, para que nós possamos derrubar o veto do Bolsonaro à Lei Paulo Gustavo. Eu espero sinceramente que a cultura volte a ser posicionada no lugar de destaque que ela merece, Presidente. Eu, como ex-Ministro da Cultura, tive a honra de fazer a gestão nacional da cultura no Brasil e, por isso, sei da relevância que o setor tem, novamente, não apenas do ponto de vista da identidade nacional, mas também, sobretudo, eu diria, do ponto de vista de vetor do desenvolvimento econômico e social, geração de emprego, geração de renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 23/79

32.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/04/2022- CD 17:24
Publ.: DCD - 07/04/2022 - JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 6.812, de 2.017, sobre a tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade por mais de 650 mil mortes decorrentes da Covid-19, em face da divulgação de fake news sobre a vacina contra a doença. Transcurso do 60º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Dom Macedo Costa, no Estado da Bahia. Relato da visita do orador ao Município de Amargosa. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 6.812, de 2.017, sobre a tipificação criminal da divulgação/compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores; e da

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, acerca da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação, nos exercícios de 2020 e 2021, de percentuais mínimos no setor educacional em face da epidemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu queria reforçar o que disseram os colegas que me antecederam, que cobraram a votação do projeto de enfrentamento das *fake news*. Gostaria de lembrar inclusive a grande responsabilidade das *fake news* nas mais de 650 mil mortes neste País.

Bolsonaro mentiu escancaradamente dizendo que quem se vacinasse viraria jacaré, que quem se vacinasse iria sofrer consequências e efeitos colaterais. Fez propagandas contra vacina, Deputado Afonso. E propagandas contra vacina têm que ser criminalizadas. Isso é um atentado contra a vida e a saúde das pessoas.

Nós não podemos permitir que continue prosperando a mentira. Muitas vezes, a mentira mata! A mentira matou no Brasil durante a pandemia. A mentira matou a democracia quando fez com que Bolsonaro fosse eleito com base em mentiras, em fraudes. E a mentira ataca as políticas públicas mais importantes deste País.

Eu quero aproveitar a oportunidade para mandar os parabéns ao Município de Dom Macedo Costa, Presidente Charles, nosso colega baiano. Estive lá segunda-feira.

Pelos 60 anos do Município de Dom Macedo Costa, quero parabenizar o Prefeito Guito, agente comunitário de saúde, nosso colega na área da saúde; o Vice-Prefeito Senhorzinho; os Vereadores; toda a equipe do Governo Municipal e toda a população do Município. Esse é um Município relativamente jovem e pequeno, em relação ao tamanho da população, mas tem uma administração das mais positivas entre as gestões municipais atuais.

Parabenizo também o Prefeito Júlio Pinheiro, do Município de Amargosa. Nós estivemos lá, não para comemorar o aniversário da cidade, mas para comemorar uma série de feitos da administração municipal, com inaugurações e assinatura de ordens de serviço. Lá vai ser pavimentada uma grande área e o acesso ao Urbis II, um dos maiores bairros da cidade. Haverá ainda a entrega de equipamentos na área da saúde, entrega de investimentos e novos projetos importantes para aquele Município, o Município de Amargosa. Quero parabenizar o Prefeito Júlio Pinheiro, o Vice-Prefeito Getúlio e toda a equipe do

Governo Municipal.

E, aproveitando a presença aqui agora do Presidente Arthur Lira, peço que coloquemos na pauta hoje o importante projeto de enfrentamento das *fake news*. Já tivemos a instalação da Comissão Especial, já tivemos diversos debates. O projeto está maduro, o projeto é necessário, então é imprescindível que o projeto seja pautado. Nós precisamos viabilizar essa votação, Presidente Arthur Lira, assim como a da PEC 13/21, que foi aprovada hoje na Comissão Especial e que vai trazer um grande resultado para a educação. Por um lado, essa PEC deixa de penalizar os gestores que não cumpriram o investimento mínimo na educação durante a pandemia e, por outro lado, faz com que o que não foi gasto durante a pandemia tenha de ser aplicado nos próximos 2 anos. Então, no fim dos 4 anos de mandato, os Prefeitos e as Prefeitas terão cumprido o investimento mínimo necessário na educação. Eles vão, com um aporte suplementar nos próximos 2 anos, viabilizar o suporte necessário ao setor, para que se recupere pelo menos parcialmente as perdas que nós tivemos na formação e na educação dos nossos jovens, dos nossos estudantes.

Peço que seja registrado no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Obrigado.

Documento 24/79

32.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-06/04/2022- 19:36
Publ.: DCD - 07/04/2022 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo).

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a nossa indignação com a decisão do Presidente da República, o Sr. Bolsonaro, que vetou, de maneira absurda, a Lei Paulo Gustavo. A lei visa incentivar e apoiar os artistas, os fazedores de cultura no Brasil inteiro, causando enorme prejuízo a um segmento brutalmente atingido pela pandemia. Sabemos que ainda hoje enfrentam as cruéis sequelas de toda essa pandemia

que paralisou o Brasil e o mundo, e precisam desse apoio para se recuperar.

Deixo aqui registrada a nossa indignação e a nossa solidariedade a todos os artistas, a todos os fazedores de cultura.

Lá no Maranhão há o bumba meu boi, o tambor de crioulo, a capoeira, a cacuriá, há muitas manifestações artísticas, não só na Capital São Luís, mas em todo o Maranhão, que serão prejudicadas.

Por essa razão, Sr. Presidente, deixamos registrado o nosso repúdio a essa decisão. Nós não vamos nos calar. Este Plenário e a sociedade irão se mobilizar e reagir contra essa decisão absurda! O Congresso Nacional vai derrubar esse veto do Bolsonaro, que só sabe remar contra o povo brasileiro. Mas o tempo dele está se encerrando, e, se Deus quiser, vamos dar a volta por cima.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 25/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/04/2022-09:08
Publ.: DCD 08/04/2022 -	- JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de cumprimento, pelos Governadores e Prefeitos Municipais, do disposto na Lei Complementar nº 191, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Apresentação de requerimento de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, referente à instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui fazer um alerta a todos os Prefeitos lá do meu Estado do Rio de Janeiro, mas também todos os Prefeitos das cidades de todos os Estados do nosso Brasil.

Aqui, em Brasília, estou conversando com diversos Deputados, e todos nós estamos muito preocupados com o seguinte fato: nós legislarmos nesta Casa, e, quando a lei chega lá para os Prefeitos cumprirem, para os Governadores cumprirem, eles não a cumprem. Então, nós

precisamos, de repente, rever a forma como legislamos aqui em Brasília, talvez com a criação de novos dispositivos para que as leis que criamos aqui sejam cumpridas.

Por exemplo, Presidente, nós legislamos há pouco tempo e já foi sancionada uma lei federal, a Lei Complementar nº 191, de 2022, inclusive ela foi sancionada no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, e, até agora, nós não estamos vendo os Prefeitos e os Governadores sinalizarem o cumprimento dessa lei.

A lei diz que todos os servidores da saúde e da segurança pública do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios receberão, retroativos a janeiro deste ano, aqueles valores que foram maleficamente congelados pela Lei Complementar nº 173, de 2020, a maldita Lei 173, que acabou com os servidores públicos do nosso Brasil.

Então, aqui fica a nossa palavra de que, lá no Estado do Rio de Janeiro - e creio que os demais Deputados o farão também em seus Estados -, nós iniciaremos uma luta incansável. Já enviamos ofício a todos os Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, estamos aguardando as respostas, porque, com essas respostas, formaremos base e conceito até mesmo para as devidas ações que devemos realizar como fiscais da lei, em conformidade com a nossa atividade parlamentar.

Presidente, peço-lhe a prorrogação do tempo, porque eu preciso informar que já dei entrada no requerimento para que seja pautada a matéria que trata do piso salarial nacional da enfermagem. Nós passamos por uma pandemia em que muitos morreram, médicos morreram, enfermeiros morreram, e morreram porque cuidaram do nosso povo.

Presidente, esse piso salarial nacional da enfermagem é algo que vai trazer uma sensação de dignidade para toda essa classe. Está feito aqui o requerimento de inclusão na pauta, porque o de urgência nós já votamos.

Deputado Arthur Lira, não se demore mais, vamos pautar o piso salarial nacional da enfermagem, isso é muito importante para essa classe profissional e para todos os brasileiros.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Reunião de membros do Núcleo Agrário do PT com Ministros do Supremo Tribunal Federal, para debate da aplicação da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas; das consequências da eventual aprovação do Projeto de Lei nº 191, de 2020 sobre a exploração de recursos minerais, orgânicos e hídricos em territórios dos povos originários; da regulamentação da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e da prorrogação da suspensão de ações de despejo e reintegração de posse nas áreas rural e urbana. Apoio à pré-candidatura de Paulo Mourão ao Governo do Estado de Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Rosângela Gomes, Sras. e Srs. Deputados, estivemos três vezes no Supremo Tribunal Federal nesta semana.

Na terça-feira, estivemos com o Ministro Gilmar Mendes, acompanhados de lideranças indígenas, para tratar de processos em andamento no Supremo Tribunal Federal, principalmente com relação ao marco temporal, às demarcações das reservas indígenas e aos ataques que eles já estão prevendo decorrentes do Projeto de Lei nº 191, de 2020, que trata justamente da mineração nas terras indígenas.

As lideranças disseram ao Ministro Gilmar que todas as ações e todos os projetos referentes a essa matéria que forem aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado, ou seja, no Congresso Nacional, serão judicializados.

Na quarta-feira, estivemos com o Ministro Alexandre de Moraes para falar sobre a regulamentação da Lei Assis Carvalho.

Sra. Presidente, a Lei Assis Carvalho é a salvação da agricultura familiar. Aprovamos essa lei uma vez, mas ela foi vetada. Aprovamos pela segunda vez, e novamente foi vetada pelo Presidente. Depois nós derrubamos o veto, em dezembro do ano passado. No entanto, essa matéria ainda não foi regulamentada.

Fomos falar com o Ministro Alexandre de Moraes para avisar que o Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação na Justiça justamente para exigir que seja regulamentada a Lei Assis Carvalho.

Por último, estivemos com o Ministro Barroso justamente para falar sobre a prorrogação da proibição de despejos neste País. Foi

prorrogada até 30 de junho a proibição de despejos no Brasil, em razão da COVID-19.

Acompanhados dos Deputados do Núcleo Agrário do PT, nós fomos falar com o Ministro Barroso e lhe pedir que olhe para os trabalhadores rurais, os acampados, os homens e as mulheres que estão na luta por um pedaço de chão para plantar e para colher. Foi com muita alegria que acompanhamos os Deputados do Núcleo Agrário do PT na visita ao Supremo Tribunal Federal para pedir socorro principalmente quanto aos despejos que podem acontecer no meu Estado do Tocantins.

Sra. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse lembrada no programa *A Voz do Brasil*.

Por fim, quero dizer que o Estado do Tocantins é um Estado novo. Nós estamos em uma luta, em uma caminhada, com o nosso companheiro Paulo Mourão, pré-candidato ao Governo do Estado, com o apoio do Presidente Lula, com o apoio da nossa Presidente Gleisi Hoffmann e com muita força política no Tocantins. Paulo Mourão irá para o segundo turno. É o mais forte e o mais preparado pré-candidato ao Governo do Estado do Tocantins.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 27/79

33.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2022- CD 09:28
Publ.: DCD - 08/04/2022 - JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES
	DISCURSO

Sumário

Realização do Acampamento Terra Livre, movimento dos povos indígenas em defesa dos seus direitos constitucionais, em Brasília, Distrito Federal. Solidariedade aos povos originários, diante da tentativa do Governo Jair Bolsonaro de exploração de recursos minerais em seus territórios. Congratulações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pelo lançamento da Campanha da Fraternidade de 2022 sob o tema Fraternidade e Educação. Expectativa do povo brasileiro quanto à recondução do ex-Presidente Luiz Inácio da Silva ao poder. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo).

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para parabenizar todas as organizações indígenas do Brasil.

Parabenizo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, o Conselho Indigenista Missionário - CIMI e todas as organizações indígenas pela grande mobilização que está ocorrendo na nossa Capital, Brasília, nesses dias.

Ontem participamos de uma grande caminhada. Esse acampamento se estenderá por vários dias. Reconhecer, respeitar e garantir a pauta dos povos indígenas é uma obrigação constitucional.

Manifesto nossa solidariedade a todos os povos indígenas, pois lamentavelmente temos um Governo perverso, um Governo que quer liberar a mineração para a destruição das terras indígenas, um Governo que está destruindo todas as políticas indígenas em nosso País.

Manifesto nossa solidariedade e o nosso compromisso com o povo xokó, do Estado de Sergipe, e com todos os povos que se encontram no Acampamento Terra Livre, em mobilização aqui em Brasília.

Sra. Presidenta, trago três pronunciamentos para serem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

No primeiro, eu parabenizo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 2022, cujo tema é *Fraternidade e Educação*.

Trouxe também um pronunciamento para ser divulgado no programa *A Voz do Brasil* sobre a esperança do povo brasileiro, Deputado Célio Moura, com a possibilidade de o Presidente Lula voltar a governar este País, que não é de ódio, não é de preconceito, não é da maldade. Este País, que tem um povo trabalhador e tem muitas riquezas, pode dar ao povo brasileiro o direito de ser feliz.

Por isso, eu quero dar parabéns ao Presidente Lula, que tem feito atos em todo o Brasil, tem dado entrevistas e tem mostrado a sua história de grande estadista, de homem honrado.

No último pronunciamento, eu manifesto o nosso repúdio ao veto à Lei Paulo Gustavo pelo Presidente Bolsonaro. Isso é vergonhoso. Pela cultura brasileira, o Congresso Nacional fez justiça e aprovou uma lei muito importante, e essa lei foi vetada. Espero que o Presidente do Congresso convoque uma sessão para derrubarmos o veto.

Peço que meus discursos sejam divulgados no programa *A Voz do*

Brasil e nos demais meios de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 28/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/04/2022-09:52
Publ.: DCD 08/04/2022 -	-ROSANGELA REPUBLICANOS -RJ	GOMES	(PRESIDENTE)-
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE	

Sumário

Transcurso do Dia Nacional da Saúde. Homenagem da Presidência os profissionais da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Obrigada, Deputado Dr. Zacharias Calil. V.Exa. faz uma defesa e homenagem muito justa nesta data tão especial, o Dia Mundial da Saúde, não só aos médicos, mas também aos enfermeiros, aos fisioterapeutas, aos técnicos de enfermagem, ao pessoal que trabalha na administração, aos maqueiros, aos motoristas de ambulância, ao pessoal do estoque, à direção dos hospitais, durante esse período de muita dificuldade e luta na área de saúde, também de sobrecarga com a pandemia, que não é um problema do Brasil, mas um problema mundial.

Esta pandemia, infelizmente, além de ter deixado marca muito negativa no mundo inteiro, ceifando várias vidas, trouxe uma sobrecarga de trabalho para os profissionais da saúde, que são os maiores heróis do mundo hoje, em virtude do trabalho prestado nos últimos 2 anos com relação ao combate à pandemia.

Eu sofri muito com a pandemia, sofri muito com a COVID, quase perdi a minha irmã, e sei da dedicação, da luta do corpo técnico, dos enfermeiros, dos auxiliares, dos médicos, que trataram do meu familiar, assim como fizeram com os familiares de todos no Brasil.

Rendemos a nossa rica e sincera homenagem a todos os agentes de saúde do nosso País. Que Deus lhes dê força e sabedoria, ainda mais a eles, e aos seus familiares.

Obrigada pela justa homenagem.

Tem a palavra a Deputada Joenia Wapichana.

Documento 29/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/04/2022-09:56
Publ.: DCD 08/04/2022 -	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comemoração do Dia Nacional de Saúde. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, sobre a regulamentação da profissão do Agente Indígena de Saúde - AIS e do Agente Indígena de Saneamento - AISAN, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SasiSUS. Saudações aos profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, e aos participantes no Acampamento Terra Livre 2022, movimento indígena realizado no Distrito Federal. Vulnerabilidade dos povos originários. Pedido à Casa de suspensão do trâmite do Projeto de Lei nº 191, de 2020, a respeito da exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidente, quero cumprimentá-la por estar na Presidência. É muito importante que mulheres assumam a Presidência nesta Casa. Expresso minha admiração e a parabenizo por estar aí nos representando, nós Parlamentares mulheres na política do Brasil.

Quero também cumprimentar todos os profissionais da área da saúde pelo Dia Mundial da Saúde. São muito importantes os profissionais que vêm enfrentando o desafio da pandemia. Lembro os profissionais indígenas, muitos dos quais não têm sua categoria reconhecida.

Inclusive, Sra. Presidente, desde o ano passado tenho requerido à Presidência que paute o Projeto de Lei nº 3.514, de 2019, que tem como objetivo regulamentar a profissão dos agentes indígenas de saúde. Eles, que estão lá nas comunidades indígenas, enfrentam, no dia a dia, todos os tipos de doenças, inclusive a COVID. Participaram dessa luta nos últimos tempos.

Quero cumprimentar os profissionais do SUS e manifestar minha admiração por eles. Tiveram esse grande desempenho. Profissionais aguerridos, hoje enfrentam o desafio relacionado às suas condições de trabalho.



Sra. Presidente, eu pedi para falar desta tribuna para saudar todos os meus parentes indígenas que estão participando do Acampamento Terra Livre de 2022. Eles se encontram aqui em Brasília, onde estão acampados desde o dia 4 de abril, falando sobre a importância dos povos indígenas do Brasil e a superimportância de seus direitos serem consolidados, respeitados, exercidos, principalmente o direito territorial. É um grande desafio fazer com que suas terras fiquem livres de invasão, de exploração ilegal, de desmatamento. Madeiras de terras indígenas são extraídas de forma totalmente devastadora, de forma criminosa, e são vendidas. Existe ainda a questão dos garimpos ilegais em terras indígenas. Matam crianças, mulheres e, principalmente, matam a cultura dos povos indígenas.

As lideranças que se encontram aqui em Brasília, que fizeram ontem manifestação pacífica nas ruas, vindo em direção a esta Casa, aos três Poderes, Deputada Erika Kokay, têm a intenção de mostrar que os povos indígenas estão em extrema vulnerabilidade no País. É preciso encarar essa realidade e não fazer, em relação às terras indígenas, planos que não sejam em defesa dos direitos dos povos indígenas. É fácil fazer plano administrativo quando se quer surrupiar, roubar as terras dos povos indígenas; difícil é incluir os indígenas como cidadãos e cidadãs brasileiras, como detentores de direitos. Nesse caso, é difícil... Apresento este desafio a todos neste ano eleitoral: vejam os povos indígenas como detentores de direitos e não como uma ameaça à economia, como uma ameaça a qualquer direito. São detentores de direitos e brasileiros originários.

Quero agora, Sra. Presidente, afirmar que é superimportante que esta Casa paralise o andamento do Projeto de Lei nº 191, de 2020. Esse projeto representa a destruição não só de vidas indígenas mas também do meio ambiente. A defesa do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas favorecem também a sociedade não indígena.

Sra. Presidente, os povos indígenas estão em Brasília para reafirmar os seus direitos e pedir um basta à violência que estão sofrendo. Lembro que outros ATLS acontecem em outros Estados, como no meu Estado de Roraima.

Quero saudar os meus parentes uapixanas, macuxis, ingaricós, ianomâmis, iecuanas, uaiuais e todos os povos indígenas que estão no Estado de Roraima também se manifestando por seus direitos coletivos.

Eu peço que esta fala, Sra. Presidente, seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 30/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/04/2022-10:00
Publ.: DCD 08/04/2022 -	- TIAGO DIMAS-PODE -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela respectiva Comissão Especial, do parecer apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em decorrência da epidemia de coronavírus. Apelo à Casa de aprovação da propositura.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente.

Estamos próximos de dar um importante sinal em defesa do municipalismo. Ontem tivemos a satisfação de aprovar, por unanimidade, na Comissão Especial, o nosso parecer referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, que vai assegurar que os recursos não investidos na educação, em seu percentual mínimo de 25%, nos Estados e nos Municípios, em 2020 e 2021, em decorrência do que a pandemia ocasionou, possam ser investidos ao longo de 2022 e 2023. Além disso, estabelece um item que é essencial, uma segurança constitucional, para que os gestores que tiveram tanta dificuldade em meio a esta pandemia não sofram as consequências de punibilidade em razão do não cumprimento desse percentual mínimo.

Essa PEC está pronta para ser votada em plenário. Os requerimentos de quebra de interstício já foram apresentados. Eu faço um apelo a esta Casa, conforme discutimos ontem, para que essa PEC seja votada hoje e possa ser promulgada por ocasião da Marcha dos Prefeitos, que vai ocorrer dentro de algumas semanas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 31/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/04/2022-10:00
Publ.: DCD 08/04/2022 -	- JOSÉ RICARDO-PT -AM	



Sumário

Apoio ao Acampamento Terra Livre, movimento indígena realizado no Distrito Federal. Saudações aos índios do Estado do Amazonas participantes no evento. Inconveniência de aprovação do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, orgânicos e hídricos em terras indígenas. Subscrição de carta aberta a favor do arquivamento da proposição. Criação, pelo PT, da Setorial dos Povos Indígenas. Transcurso do Dia do Jornalista. Falecimento de profissionais da imprensa em decorrência da Covid-19. Papel desenvolvido pela mídia no enfrentamento às fake news. Lançamento do Selo de Jornalismo Profissional, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Rosangela Gomes, saúdo V.Exa. e os demais colegas Parlamentares.

Também quero manifestar o nosso apoio ao Acampamento Terra Livre, organizado pela APIB, pelo CIMI e tantas outras entidades da sociedade civil. Vemos que muitos indígenas e lideranças, Brasil afora, têm dificuldade de vir participar desse ato.

Queria saudar, então, a todos os indígenas do Estado do Amazonas que, apesar de tudo, estão aqui - muitos jovens também estão aqui - participando desse debate e denunciando todo esse pacote de maldades, um pacote em que há projetos de destruição do meio ambiente e da vida dos povos indígenas, além dos PLs sobre agrotóxicos, grilagem de terras públicas e indígenas, flexibilização do licenciamento ambiental, fim das demarcações.

Há vários projetos, mas a principal denúncia se refere ao PL 191/20, que prevê mineração em terras indígenas. Não há justificativa plausível para esse projeto, até porque as reservas de potássio, em sua maior parte, estão fora de terras indígenas. Portanto, não há necessidade de se insistir nesse projeto.

Eu também subscrevi a carta aberta que foi entregue pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas para que esta Casa arquite esse projeto.

Sra. Presidenta, quero agora parabenizar o Partido dos Trabalhadores, que organizou a Setorial dos Povos Indígenas do PT, que ontem teve uma reunião muito importante, em que houve muita participação, a presença de representantes indígenas e líderes indígenas de todo o

Brasil. Debateu-se a pauta de lutas, mas também foi lembrada a importância das eleições deste ano. Há necessidade de se escolher não só um Presidente que olhe para os indígenas, mas também Parlamentares que defendam a pauta dos direitos indígenas, Parlamentares indígenas e não indígenas que possam participar dessa luta. Parabéns a todos! Vamos estar junto nessa caminhada.

Por fim, Sra. Presidenta, quero parabenizar os jornalistas do nosso País. Hoje é o Dia do Jornalista. Esses profissionais são importantes, são essenciais no combate à desinformação, às *fake news*, que lamentavelmente existem no Brasil.

Jornalistas perderam a vida nesta pandemia. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, mais de 90 profissionais faleceram em decorrência da COVID. Manifesto minha solidariedade.

Temos necessidade de enfrentar as *fake news*. A imprensa, a informação democrática, o papel dos jornalistas, tudo isso é fundamental na sociedade neste momento político.

Quero parabenizar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Amazonas, por intermédio do seu Presidente, o jornalista Wilson Reis, que está lançando o Selo de Jornalismo Profissional, em parceria com outras entidades. Esse é um instrumento para combater *fake news*, a desinformação, e até mesmo auxiliar as empresas credenciadas, *blogs*, profissionais, portais que atuam no jornalismo.

Parabéns a todos os profissionais do Brasil, aos da Câmara, aos meus colegas que trabalham na nossa equipe de jornalistas, muito aguerrida, a do nosso mandato. Vamos continuar valorizando esses profissionais para que eles prossigam informando, levando informações verdadeiras para a população brasileira.

Sra. Presidenta, gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 32/79

33.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-07/04/2022- 10:24
Publ.: DCD - 08/04/2022 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a cultura. Exortação à juventude brasileira para participação na política.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui me manifestar contrariamente ao veto do Presidente da República, Jair Bolsonaro, à Lei Paulo Gustavo, aprovada nesta Casa, que propõe a destinação de recursos para ajudar o setor cultural do nosso País. Estão previstos 3,8 bilhões de reais, para ajudar esse setor importante do nosso País, da economia, na geração de renda e de oportunidades, e que foi muito afetado nesse período da pandemia, de quase 2 anos - de 2 anos, na verdade.

Nós tivemos a Lei Aldir Blanc, que foi muito importante - eu votei a favor, lutamos - para que artistas, profissionais, trabalhadores da área da cultura, arte e lazer, tivessem um auxílio, um apoio.

A Lei Paulo Gustavo, portanto, destinaria recursos aos Estados e Municípios para ajudar os vários segmentos culturais e eventos que neste momento precisam ser retomados para gerar emprego e trabalho. É urgente que esse veto entre na pauta e que lutemos para derrubá-lo. O meu voto é para derrubar esse veto. Na verdade, isso traduz o que o Governo atual entende em relação à cultura: não se interessa por ela nem a valoriza. A prova é que extinguíram o Ministério da Cultura e até hoje não tivemos mais nenhum apoio significativo por parte do Governo.

Sra. Presidente, quero deixar aqui uma mensagem para os jovens do nosso País. Este ano é de eleição, e é importante os jovens participarem da política, votarem e serem eleitores. A partir de 16 anos já é possível tirar o título eleitoral. O processo é bastante simples. O cadastro eleitoral para os novos eleitores é por meio da Internet. O prazo é até o dia 4 de maio. É necessário o jovem estar na política, porque ele muitas vezes faz a grande diferença na eleição, na participação, nas decisões, nos encaminhamentos, nas pautas fundamentais, necessárias.

Os jovens são os mais atacados hoje com essa política de morte, que corta recursos da educação, do esporte e da cultura. É necessário o jovem estar na participação política, votando, elegendo, lutando para que haja pessoas que apoiem políticas que gerem vida e oportunidades de trabalho.

Vimos que, até o mês de fevereiro deste ano, o registro de novos eleitores nessa pasta foi muito reduzido. Depois de muitos artistas e personalidades públicas se envolverem com campanhas, aumentou o número de cadastros de eleitores jovens de 16 anos a 17 anos, mas o número ainda está abaixo do da eleição de 2018. Há 6 milhões de jovens entre 16 anos e 17 anos no Brasil, mas somente 17,5% deles estão habilitados para as eleições. Até o dia 4 de maio ainda há tempo de se fazer o registro por meio do sistema *on-line* do TSE. Isso é fundamental.

Eu lembro aqui as palavras do Papa Francisco, que diz...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Por favor, Deputado, peço que conclua, vai começar a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Obrigado, Sra. Presidente, pela tolerância.

Vou lembrar as palavras do Papa Francisco na Encíclica Fratelli Tutti, sobre a fraternidade e a amizade social: "*Convido mais uma vez a revalorizar a política, que 'é uma sublime vocação', é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum*".

Portanto, os jovens na política é fundamental.

Obrigado.

Gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 33/79

33.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2022- CD	11:44
Publ.: DCD - 08/04/2022 - TIAGO DIMAS-PODE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju, Estado de Sergipe. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020

e 2021, em decorrência da epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero apenas registrar a presença, em plenário, do Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Hoje nós estamos na defesa da PEC 13/21, uma pauta importantíssima, fundamental, que vai dar a segurança de que os gestores municipais e estaduais precisam. Eles vivenciaram muitas dificuldades ao longo de toda a pandemia, e muitos Municípios, em virtude de tudo o que a pandemia causou, não conseguiram cumprir com o mínimo dos 25% da educação.

Hoje nós temos mais de 8 bilhões paralisados nas contas. É exatamente esta proposta que vai fazer com que nem os Municípios nem os gestores sejam penalizados, de modo a conseguirem obter os recursos, não terem o nome sujo, inadimplente, e garantirem a aplicação desses recursos ao longo dos próximos anos dentro da própria educação.

Sra. Presidente, mais uma vez, agradeço ao Prefeito a presença. Ele representa muito bem os Prefeitos do nosso País, que estão na ponta fazendo acontecer as políticas públicas. Mais uma vez, este Parlamento vai dar a demonstração de municipalismo e de apoio aos gestores municipais.

Prefeito e Presidente Edvaldo, seja sempre bem-vindo a esta Casa, a Casa do Povo!

Muito obrigado.

Documento 34/79

33.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/04/2022-
	CD	11:48
Publ.: DCD - 08/04/2022 -	CARLOS HENRIQUE GAGUIM-UNIÃO -TO	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em decorrência da epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (UNIÃO - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, também quero deixar registrado nosso apoio à PEC 13, em nome do nosso Presidente da ATM de Tocantins, o Sr. Diogo, que representa todos os nossos Prefeitos de Tocantins. O Prefeito Diogo vem fazendo um excelente trabalho, assim como a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que é da educação e tão bem tem defendido esta pauta ao Presidente da República.

Esta PEC é para que nossos gestores não fiquem penalizados com essa ação, com esse índice. Nós esperamos aprovar na segunda-feira este que é um projeto muito importante, relatado pelo Deputado Tiago Dimas, de Tocantins.

Muito obrigado.

Documento 35/79

33.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2022- CD	13:44
Publ.: DCD - 08/04/2022 - TIAGO DIMAS-PODE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de votação e aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a isenção de gestores públicos da responsabilidade por não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Serei rápido, Sra. Presidente.

Nós tínhamos hoje aqui na pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, um texto que foi construído há bastante tempo e foi muito bem discutido no Senado, um texto que dá aos gestores municipais a segurança de que precisam e assegura, quanto à aplicação dos recursos mínimos que não foram investidos em 2020 e 2021, que isso seja feito ao longo de 2022 e 2023.

Construímos um acordo aqui em plenário hoje, prorrogando a votação da matéria, através do PSOL, que apresentou requerimentos de obstrução e se comprometeu a discuti-los, até porque nós temos gestores do próprio partido que enfrentaram essas dificuldades no

Município, como é o caso, conforme informado pela Consultoria da nossa Casa, do Prefeito Edmilson, de Belém.

Fica, então, o compromisso - e passo esse recado para os Prefeitos que estão atentos nos acompanhando pela *TV Câmara*, na expectativa dessa votação - de que a votação ocorrerá na segunda-feira, uma vez que, em virtude do feriado, nós teremos a antecipação de sessões aqui. Então, fica esse compromisso aqui firmado.

O Presidente Arthur Lira, no primeiro momento, ontem, quando soube da aprovação unânime da PEC na Comissão Especial, inseriu a matéria na Ordem do Dia do Plenário. Ela está na pauta de hoje, mas, em virtude desse acordo, Sra. Presidente, fica registrado e formalizado que na segunda-feira atenderemos essa expectativa dos gestores municipais, votando e aprovando essa matéria, encaminhando-a para a promulgação, para que ela seja promulgada o quanto antes, e tudo em um momento muito oportuno, próximo o período da Marcha dos Prefeitos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 36/79

33.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	07/04/2022-14:12
Publ.: DCD 08/04/2022 -	JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2022 com o tema Fraternidade e Educação, e sob o lema Fala com sabedoria, ensina com amor. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia ações emergenciais voltadas ao setor cultural (Projeto Paulo Gustavo). Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Confiança na recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Apoio à Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 6.670, de 2016, sobre a criação da Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos - PNAR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uso esta tribuna para tratar de um tema muito importante para o momento em que o País se encontra e fazer um chamamento importante a toda a sociedade brasileira. Refiro-me à Campanha da Fraternidade, movimento pelo qual a Igreja Católica convida todos e todas a repartirem o pão com os necessitados, fortificando os caminhos da vida para os que mais necessitam.

Neste ano, a Campanha da Fraternidade tem o tema *Fraternidade e Educação* e o lema *Fala com sabedoria, ensina com amor*.

Esta é a terceira vez que a Igreja Católica no Brasil vai aprofundar o tema da educação em uma Campanha da Fraternidade, e desta vez com a reflexão impulsionada pelo Pacto Educativo Global, convocado pelo Papa Francisco, que tanto e cada vez mais tem se comprometido com as causas do povo, não só dos católicos, mas também de todos e todas que em sua vida usam a fraternidade e o amor como manifestações em suas ações.

A Campanha da Fraternidade convida todos e todas a promoverem diálogos a partir da realidade educativa do Brasil, à luz da fé cristã, propondo caminhos em favor do humanismo integral e solidário, e a refletirem sobre o papel da família, da comunidade e da sociedade no processo educativo, promovendo a dignidade humana, a experiência do Transcendente, a cultura do encontro e o cuidado com a Casa Comum.

No Brasil de hoje, onde a educação pública é cada vez mais desvalorizada, com professores sendo desrespeitados em seus direitos, com a juventude mais pobre sendo negligenciada e levada a uma situação de desesperança, é muito importante que a Igreja Católica nos chame a atenção para a necessidade de um ensino inclusivo, integral, humano e solidário.

É preciso mudar este País e promover um processo de reconstrução e transformação. Para isso precisamos que a juventude seja novamente motivada a acreditar em um novo governo que reponha o nosso País na linha do desenvolvimento sustentável, inclusivo, justo e fraterno.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, uso esta tribuna também para denunciar mais um veto do Presidente Bolsonaro a um

projeto de grande importância para a nossa sociedade.

O Presidente Bolsonaro, do Partido Liberal, vetou o projeto de lei batizado de Lei Paulo Gustavo, que previa destinação de R\$ 3,86 bilhões em recursos federais a Estados e Municípios para o setor cultural, por conta dos efeitos da pandemia da COVID-19. Essa é mais uma ação de Bolsonaro contra os setores da sociedade que sofreram com os efeitos mais cruéis da pandemia, seja pelo efeito direto da doença, seja pelos efeitos indiretos do desemprego e, no caso dos artistas, da falta público para as suas apresentações.

Aprovado pelo Senado em novembro de 2021, a proposta, de autoria do Senador Paulo Rocha, do PT do Pará, veio para a Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano, quando foi aprovada com modificações. De volta ao Senado, a matéria foi novamente aprovada e enviada à sanção presidencial, mas lá se concluiu pela oposição de veto ao projeto.

De acordo com a proposta, os recursos para assistir o setor cultural virão do Fundo Nacional de Cultura - FNC. O texto estabelece que R\$ 2,797 bilhões serão destinados exclusivamente a ações voltadas ao setor audiovisual, no apoio a produções audiovisuais, salas de cinema, cineclubes, mostras e festivais de cinema. E um total de R\$ 1,065 bilhão deverá ser aplicado no desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, com cursos, produções e/ou manifestações culturais, ou no desenvolvimento de espaços artísticos e culturais.

Como aconteceu com a Lei Assis Carvalho, que atende as demandas da agricultura familiar, o veto agora vem contra uma categoria que tem na sua atuação o meio de sustento das famílias e que também leva alegria, entretenimento e reflexão para o público que assiste às suas apresentações nos mais diversos meios de divulgação. E esse setor ficou prejudicado pela pandemia, tanto no auge de sua incidência, na forma mais grave, quanto neste momento em que se está buscando a rearticulação das apresentações, em meio a algum risco de reincidência da doença. Também foi gerado um forte passivo pela falta de ingresso de recursos no setor.

Esta é, na verdade, uma face deste Governo: atender de forma imediata os setores ligados ao agronegócio e à área financeira e deixar outros setores da sociedade, principalmente os mais frágeis, à mercê da própria sorte.

Vamos lutar pela derrubada dos vetos no Congresso Nacional e nos associar aos movimentos culturais nacionais para que, assim que o projeto virar lei, haja a sua imediata aplicação.



Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos cada vez mais próximos de mudar este Governo, que usa de todos os meios para negar direitos ao povo e proteger a sua família em razão dos atos de corrupção em se encontra envolvida. Há rachadinhas inexplicáveis - a cobrança de dinheiro de pessoas contratadas em gabinetes dele e dos filhos, um crime de peculato -; há envolvimento em gabinetes do mal que orientavam a cobrança de propinas na compra de vacinas contra a COVID-19; há uso da máquina pública para distribuição de mentiras pela Internet, afora as denúncias de corrupção em Ministérios, como nos da Saúde, do Meio Ambiente e da Educação, para ficar só neste campo.

Com certeza, Lula trará de volta a centralidade e a racionalidade ao processo político brasileiro e mundial, contaminado por essa extrema-direita negacionista, anticientífica, obtusa, predadora do meio ambiente, antidemocrática e anticivilizatória. Lula representa o resgate do processo político na melhor concepção da palavra, ou seja, a busca da retomada do Brasil como liderança da política latino-americana, com influência no G20, e de retomada da participação no BRICS.

Lula será um Presidente que respeitará a autodeterminação dos povos, o diálogo, o respeito integral aos direitos humanos e à democracia, a justiça social e a construção de um mundo sustentável para as próximas gerações. Além disso, cuidará do povo no caminho da superação da fome e das desigualdades, como já fez em outros mandatos. Lula fará o povo retomar a alegria e a esperança de viver. Lula fará o orçamento voltar a atender o povo, e não a interesses escusos de alguns setores. Lula será nosso Presidente!

Sr. Presidente, aproveito ainda o transcurso do Dia Mundial da Saúde para parabenizar a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, neste marco de 11 anos da sua criação.

Depois que esta Casa aprovou a liberação total dos agrotóxicos, estamos trabalhando, inclusive como Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara, para que esse projeto não caminhe no Senado Federal, ao tempo em que solicitamos ao Presidente Artur Lira que coloque em votação nesta Casa o projeto que trata da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNARA. Paralelamente, mantemos a nossa disposição de lutar pelo direito à saúde e, mais do que nunca, reafirmamos a nossa posição firme em defesa da vida, pois a vida está acima do lucro das grandes empresas do agronegócio.

O uso de veneno na agricultura leva à morte os trabalhadores que manipulam os produtos e causa várias doenças, inclusive muitas formas de cânceres, naqueles que consomem os alimentos contaminados por ele.

A nossa luta é por uma agroecologia que traga vida para as pessoas e para a natureza.

Documento 37/79

34.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	11/04/2022-17:16
Publ.: DCD 12/04/2022 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática de corrupção e falcaturas pelo Governo Jair Bolsonaro. Contradição entre a recusa do Governo brasileiro à aquisição de vacinas da farmacêutica Pfizer e à compra, pelas Forças Armadas brasileiras, de viagra da empresa multinacional. Insensibilidade do Governo Federal diante do quadro de desemprego e fome reinante no País. Utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da máquina pública em benefício de líderes políticos/religiosos e dos seus interesses pessoais.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, de fato, este é o Governo da corrupção, das falcaturas e das mamatas - exatamente o contrário do que ele tem dito até hoje. Repito: este é o Governo da corrupção, das falcaturas e das mamatas!

Vamos aos fatos. Basta lembrarmos que o Governo brasileiro deixou de responder, ou seja, ignorou 101 *e-mails* da Pfizer para a compra de vacinas.

O que nós estamos vendo agora? Nós estamos vendo que as Forças Armadas autorizaram a compra de 35 mil comprimidos da mesma Pfizer, que é fabricante do Viagra. O fato é que eles se recusam a responder a *e-mails* para comprar vacinas, mas se apressam em comprar Viagra.

Vamos pensar nas prioridades deste Governo. Depois de o Governo gastar milhões na compra de leite condensado, filé-mignon, salmão, picanha, vinho, cerveja, agora as Forças Armadas estão autorizando a comprar comprimidos para disfunção erétil. Mas não é só isso. O Governo das falcaturas agora está sendo denunciado porque abandona milhares de escolas e autoriza a construção de mais de 2 mil

escolas, ou seja, ele não termina as obras interrompidas e anuncia, eleitoralmente, a construção de novas. Nós sabemos que isso é apenas anúncio eleitoral.

Este Governo está afundando nosso País. Este Governo não cuida da geração de empregos, não cuida do combate à fome em que se encontram as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social. De outro lado, é um Governo que, no MEC, por exemplo, está sendo denunciado em virtude da influência de líderes religiosos para favorecer aliados políticos. Isso nada mais é do que o uso da máquina pública em favor de interesses pessoais, de líderes políticos e religiosos, contra nossa Constituição.

Portanto, este é, de fato, o Governo das falcatruas, da corrupção e das mamatas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 38/79

34.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	11/04/2022-17:44
Publ.: DCD 12/04/2022 -	- AELTON FREITAS-PP -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Comemoração do Dia do Prefeito. Apelo à Casa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. AELTON FREITAS (PP - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 11 de abril de 2022, comemoramos o Dia do Prefeito. E os Prefeitos, nossos companheiros que enfrentam dificuldades e assumem grandes responsabilidades em defesa das suas cidades, são incansáveis gestores municipais que se empenham na busca de melhorias sociais, mesmo diante de tamanhos desafios e adversidades.

Ficam aqui os nossos parabéns e os nossos cumprimentos, porque não é fácil ser Prefeito perante tantos desafios.

E eu trago aqui, Sr. Presidente, um tema que nós temos na pauta, um tema de grande relevância, que estamos aguardando para votar neste plenário: a Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021. A PEC 13 prevê a liberação de recursos para os Estados e os Municípios. Em 2020 e 2021, devido à pandemia, Prefeitos não cumpriram o mínimo previsto na Constituição de investimentos na educação. Na sua maioria, eles não conseguiram alcançar os 25% obrigatórios. Nós sabemos das dificuldades atravessadas no período, frente à pandemia, e da excepcionalidade da situação. Por isso, nós devemos aprovar esta PEC e garantir a recuperação desses 8 bilhões de reais para a educação, que serão aplicados exclusivamente na educação até 2023, com o pleno retorno das aulas presenciais.

Era o que eu tinha a pedir aos nobres pares e a esta Mesa, Sr. Presidente: que nós coloquemos esta PEC em votação o quanto antes e que façamos isso acontecer, porque é mais do que justo. Era o que eu tinha a dizer e a pedir a V.Exa. e aos nobres pares.

Deixo aqui o meu abraço a todos!

Documento 39/79

34.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 11/04/2022-17:44
Publ.: 12/04/2022 -	DCD - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente da República por mais de 650 mil mortes ocorridas no Brasil pela Covid-19. Prática de corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Impedimento, pelo Governo Federal, da abertura de CPI para investigação de escândalo de corrupção na pasta educacional. Rejeição do Presidente da República pela maioria da população brasileira. Abandono das comunidades indígenas e do povo brasileiro pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apreço do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à democracia e às famílias brasileiras.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até mudei um pouco a minha fala, porque eu ia homenagear a 18ª edição do Acampamento Terra Livre, e o farei em

outro momento da sessão de hoje.

Sr. Presidente, quem defende a família brasileira não pode defender este Governo que aí está. Este é o Governo que, se não patrocinou, omitiu-se e retirou das famílias brasileiras mais de 650 mil pessoas mortas pela COVID-19. Omitiu-se! Brincou com a vida!

Quem defende a família não pode defender esse Governo da fome, que nega comida para as famílias brasileiras, que nega salário para as famílias brasileiras, que nega vacina, que nega tudo. É, sobretudo, um Governo corrupto, porque impede a instalação da CPI para que se investiguem os escândalos do MEC. Quem do Brasil não está assistindo aos pastores no MEC? Tanto é assim, que o Ministro foi demitido, foi afastado, sem que tenha sido dada qualquer justificativa. Portanto, aqueles que defendem esse Governo são cúmplices ou, no mínimo, fazem parte dessa crueldade, dessa vergonha para o Brasil, que é o Governo Bolsonaro.

É por isso que é tão rejeitado, rejeitado por mais de 60% das famílias brasileiras, Deputado Leo de Brito. As famílias brasileiras não querem um Presidente que nega a sua própria família, que zomba das famílias brasileiras e que fica fazendo proselitismo em nome da fé, como se ele tivesse alguma fé ou exercitasse alguma ação de Governo que preservasse a vida, a fé e a esperança dos brasileiros e brasileiras.

Esse Governo é um Governo cruel, que abandona os índios, que invade as terras demarcadas dos índios, que não garante o mínimo de direitos para as famílias brasileiras. Como defender a família, defendendo um Governo desse tipo? Esse Governo é genocida, ele é cruel, é antivida, é o Governo da morte. Está aí o exemplo da pandemia. O mundo está chocado com o final desse Governo: o desemprego, a nossa soberania desconstruída, a educação pública desconstruída. Da saúde nem se fala, Sr. Presidente!

Nós podemos fazer qualquer debate aqui nesta Casa, mas V.Exas. sabem o quanto o ex-Presidente ama a família. Ama tanto as famílias brasileiras e a sua família, que foi o Presidente que mais retirou famílias da miséria e da fome neste Brasil. Perdeu até 1 neto, tem 5 filhos.

E esses bolsonaristas genocidas que governam o Brasil, que não têm compromisso nenhum com a vida, com a democracia e com os direitos do povo, ficam acusando o ex-Presidente Lula. Se as famílias brasileiras não gostassem do Lula, ele não teria mais de 40% das intenções de voto. Se gostam, se amam, se consideram, é porque todos sabem, é porque as famílias brasileiras sabem que o pai de família Luiz Inácio governou e vai continuar governando o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 40/79

34.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 11/04/2022-18:00
Publ.: DCD 12/04/2022 -	- CARLOS HENRIQUE GAGUIM-UNIÃO -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus. Saudações aos gestores municipais tocantinenses.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (UNIÃO - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna hoje em virtude da importante Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a PEC 13, que todos estamos ansiosos para aprovar. Essa PEC fará com que Prefeitos e Governadores não assumam as responsabilidades da pandemia da COVID-19, ocorrida em 2020 e 2021. A responsabilidade financeira que estão querendo imputar aos nossos Prefeitos é inadmissível!

Estamos todos empenhados nesse sentido, tanto na Comissão Especial quanto no plenário.

Quero agradecer a todos os Parlamentares o apoio. Tenho certeza de que a votação dessa matéria vai ser maciça por parte de todos nós Parlamentares, que convivemos dia a dia com os Prefeitos, homens e mulheres que tanto lutam pelo seu Município. Quero deixar aqui um abraço especial a todos os Prefeitos do Tocantins. Contem com o Deputado Carlos Henrique Gaguim!

Presidente da Associação Tocantinense de Municípios - ATM, Diogo Borges, esse jovem que vem lutando, desde o ano passado, reivindicando a aprovação dessa PEC, e os quase 40 Prefeitos que representamos, hoje, se Deus quiser, vamos votá-la. Depois ela será encaminhada para o Senado Federal.

Vamos fazer com que os Prefeitos não sejam penalizados em decorrência da pandemia, quando deixaram de Investir, pois não era

possível fazer investimentos.

Destaco também a atuação do Prefeito da cidade de Guaíba, que esteve aqui com o Ministro Onyx, Marcelo Maranata, um jovem Prefeito que representa tão bem os Prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul.

Em nome do Rio Grande do Sul, do meu Tocantins, quero aqui deixar o meu apoio para que essa PEC seja votada o mais rápido possível, para tirar essa angústia de todos os Prefeitos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação das minhas palavras no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Meu abraço fraterno a todos os queridos Prefeitos do Estado do Tocantins.

Muito obrigado.

Documento 41/79

34.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	11/04/2022-18:16
Publ.: DCD 12/04/2022 -	- ADRIANA VENTURA-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.998, de 2020, sobre a regulamentação da telemedicina no País. Apoio dos partidos políticos à proposição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Obrigada, Presidente.

Caros colegas, subo a esta tribuna hoje para dizer que estou muito feliz porque iremos regulamentar a telemedicina e a telessaúde no Brasil.

Como sabemos, a Lei nº 13.989, sancionada em abril de 2020, vale durante o período da pandemia. Entretanto, estamos na iminência da queda do período da pandemia e do surgimento de um vácuo jurídico que irá gerar uma insegurança enorme para todos os profissionais de saúde e também para os pacientes.



Desse modo, o Projeto de Lei nº 1.998, de 2020, vai regulamentar a telemedicina e a telessaúde de forma definitiva. Isso é muito bom. A Comissão Especial de Saúde, a Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 e a Frente Parlamentar Mista da Telessaúde realizaram muitas audiências, muitos seminários para debater o tema. Mostraram inclusive como é feita essa abordagem no Sistema Único de Saúde, isto é, como a telemedicina e a telessaúde vêm sendo utilizadas no Sistema Único de Saúde, o qual tem o papel de democratizar o acesso à saúde, que é um direito de todo cidadão brasileiro. Existem inúmeros exemplos bem-sucedidos que podem inclusive ser replicados para outras unidades básicas. Em Cristalina, por exemplo, há uma Unidade Básica de Saúde que faz atendimento em telemedicina do começo ao fim. Os exames saem em minutos, os pacientes fazem consulta com médico especialista em outro Estado. É isto o que precisamos fazer: democratizar o acesso à saúde. Não podemos continuar deixando a nossa população anos e anos em filas de espera, seja para realizar uma consulta, seja para realizar um exame. Então, já está na hora de usarmos toda a tecnologia a favor da população brasileira.

Não há o que o resistir e também não temos como voltar atrás. Felizmente, os partidos estão apoiando, sim. Há muitos coautores de ideologias de direita e de esquerda, porque aqui estamos falando da saúde da população brasileira.

Sr. Presidente, eu também gostaria de deixar registrado aqui que isso foi feito por meio de uma construção nas inúmeras audiências, nos inúmeros seminários que fizemos. Muitos especialistas vieram falar, muitos conselhos, muitas associações médicas, associações dos profissionais de saúde - estamos falando da saúde como um todo - falaram, contribuíram. E o Relator que foi designado pelo Presidente Arthur Lira para ser Relator de plenário, o Deputado Pedro Vilela, continuou esse trabalho de ouvir as associações, os conselhos. Então nós precisamos realmente agora aprovar a telemedicina, a telessaúde de forma definitiva no Brasil, para que, enfim, possamos melhorar o cuidado, melhorar o atendimento e melhorar o acesso à saúde da nossa população.

Então, eu agradeço a todos os Parlamentares que contribuíram para a aprovação da Lei da Telemedicina durante a pandemia. Também agradeço o apoio, as inúmeras colaborações e pedidos de coautoria que recebemos.

Vamos aguardar a aprovação.

Obrigada, Sr. Presidente.

34.2022 Sessão Deliberativa 11/04/2022-20:00
Extraordinária - CD

Publ.: DCD - TIAGO DIMAS-PODE -TO
12/04/2022 -

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por cinco sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus. Pedido aos Parlamentares de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Sem revisão do orador.) - Contra o requerimento de adiamento, acho que essa é uma matéria que foi bastante discutida. Eu acho que temos fundamentos mais do que necessários.

Não estamos abrindo nenhum tipo de precedente, porque a pandemia é o único precedente que nós temos para que haja essa enorme discrepância na não execução de todos os recursos que deveriam ter ido para a educação.

Então, eu estou muito convicto, muito convicto mesmo, Presidente, de que esse é o principal argumento, e ele justifica comprovadamente, com base nos números que podemos ver do crescimento exponencial da quantidade de Municípios que não conseguiu cumprir, em virtude da pandemia. Os gestores públicos municipais, na sua grande maioria e, praticamente, na totalidade, historicamente, menos de 1% deixava de cumprir esses 25%. Então, eles são responsáveis e querem, sim, ver o futuro da educação, querem, sim, ver uma educação cada vez melhor.

Portanto, nós estamos aqui votando uma proposta em razão do que a pandemia impôs. E, mais uma vez, eu peço o apoio dos colegas para que possamos avançar nessa votação na noite de hoje mesmo, inclusive nos dois turnos.

Muito obrigado.

Sumário

Apoio do PT à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Esta matéria, de fato, é muito importante para a vida do nosso povo, o povo brasileiro. Nós estamos falando de investimentos públicos na área da educação, e o Brasil tem uma dívida histórica com a educação e com as nossas crianças.

É bom lembrar que o FUNDEB foi uma conquista do Presidente Lula, em 2008. Nós considerávamos que a educação básica neste País abrangia a faixa etária de 7 a 14 anos, com o chamado FUNDEF, e houve a ousadia de pensar, então, a educação de zero a 17 anos.

E o Governo do Presidente Lula fez uma verdadeira revolução no sistema educacional brasileiro, porque o esforço da inclusão é republicano.

No Brasil a pré-escola, que atende a crianças de 4 a 5 anos, não era universalizada, e nunca foram levados a sério no País a primeira infância e os investimentos nos primeiros anos de vida dos nossos meninos. Os investimentos eram sempre vinculados à área da assistência social. Isso não é pouca coisa. Avançamos: praticamente universalizamos a pré-escola e hoje temos o desafio de atingir, até 2024, no mínimo 50% das crianças de zero a 3 anos, atendendo à chamada primeira infância.

Ao contrário daqueles que defendem que a educação tem muitos recursos, comparando o Brasil com outros países, em especial com os da OCDE, nós sabemos que o investimento *per capita* em educação, aqui, ainda conta com um valor muito inferior ao que aplicam países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

O Parlamento acerta a partir do momento em que propõe uma emenda constitucional que abre essa excepcionalidade. Esse debate, quando se iniciou, era para garantir uma anistia àqueles gestores que não tinham investido o mínimo constitucional de 25%. Isso, de fato, seria



um péssimo precedente em relação à nossa Constituição Federal. No debate, nós conseguimos construir uma convergência para preservar os recursos da área da educação, para preservar os investimentos. Já através desta emenda constitucional, nós estamos repondo os recursos que não foram aplicados durante os anos de 2020 e 2021 e fazendo a correção - isso é fundamental -, sem romper a regra, sem romper o que determina a emenda constitucional que trata do FUNDEB, e garantindo, também, a aplicação de 70% dos recursos advindos dessa reposição na valorização da carreira, porque é impossível pensar uma educação de qualidade sem garantir uma carreira, sem garantir o piso salarial para os nossos educadores.

É bom lembrar que muitos Prefeitos e Prefeitas, Governadores e Governadoras do País não estão cumprindo a lei que regulamentou o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público. A sua aplicação foi suspensa no ano de 2021 e houve um reajuste de 33% no valor do piso. É lamentável que o Governo Federal não tenha cumprido a sua parte, que seria dar uma compensação financeira a alguns Estados e Municípios, a fim de garantir a sustentabilidade do pagamento desse piso. Nós precisamos garantir isso. Há Municípios menores, há Municípios que têm muitos distritos e baixa arrecadação e que oferecem educação de qualidade, mas enfrentam dificuldades para a aplicação da Lei do Piso Salarial.

Mas o mais importante é que nós vamos conseguir repor esses recursos, respeitando a lei do novo FUNDEB, valorizando a carreira e também permitindo que esses recursos melhorem a infraestrutura educacional pelo País afora. Nós ainda precisamos melhorar muito a infraestrutura, do ponto de vista das construções, mas também da tecnologia da informação. É fundamental conectar nossos ambientes educacionais com o século 21, com a tecnologia da informação.

E também temos aí o desafio enorme de fazer um reforço escolar e buscar a escola de tempo integral. Eu acho que a qualidade da educação, quando é garantida a todos e todas na modalidade integral, em especial quando é integrada com uma formação técnica profissionalizante, tem resultados extraordinários. Posso dar o exemplo dos institutos federais, no que diz respeito a desempenho e a qualidade de ensino. No Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA, nós temos essas instituições e esse modelo integrado de escola integral como a quarta melhor educação do planeta Terra.

Quando se garante infraestrutura adequada, ambientes educacionais todos preparados com laboratórios, mais carreira do professor, da professora, do educador valorizada e também vários equipamentos que permitam o uso da tecnologia da informação, temos uma escola de excelência. Portanto, nós precisamos, sim, aprovar essa proposta de

emenda à Constituição, para repor esses recursos para a educação básica e garantir que possamos, em 2022 e 2023, recuperar o tempo perdido.

Nós vamos ter muitas dificuldades de enfrentar a evasão escolar. É uma dura realidade: a evasão escolar se ampliou. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, aproximadamente 35% dos nossos jovens não estudam e não trabalham. Então, nós precisamos ter programas que nos permitam apoiar esses alunos, como a bolsa permanência, no caso do ensino médio, e apoio na lógica da assistência estudantil, para enfrentarmos esse dilema e eliminarmos a evasão escolar.

Portanto, o nosso partido encaminha "sim", pela aprovação dessa proposta de emenda à Constituição.

Documento 44/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD 20:40	
Publ.: DCD - 12/04/2022 - DRA. SORAYA MANATO-PTB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da aplicação no alunato brasileiro de recursos preconizados na Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Deputada Adriana Ventura, nós aqui estamos votando esta PEC em benefício dos alunos. Nós não podemos penalizar os alunos brasileiros mais ainda do que já foram penalizados nessa pandemia. Nós temos que pensar na evasão escolar, que foi muito grande, e na regressão intelectual desses alunos nesses 2 anos sem aula. Nós vamos precisar muito desse dinheiro para tentar recuperar esse tempo perdido, contratando professores extras para dar aulas de reforço, o que não está acontecendo, e contratando estagiários para acompanhar as nossas crianças com deficiência, que estão sem aula, porque eles não foram contratados. Eu estou falando do meu Estado do Espírito Santo. Infelizmente, é uma vergonha o que acontece lá.

Então, desta PEC, esses 15 bilhões de reais vão para os alunos.

Documento 45/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD	20:44
Publ.: DCD - 12/04/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Denúncia de corrupção no âmbito do Ministério da Educação. Redução dos recursos orçamentários destinados à pasta educacional. Importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É verdade. Ele sabe que a educação liberta, por isso tem uma postura tão contrária à educação. Nós estamos vendo, de forma muito inusitada, que se busca trocar educação por barras de ouro que vão parar no bolso de alguns pastores. Houve um Ministério da Educação paralelo, clandestino, atuando em troca de propinas. Há 3.500 creches inacabadas no Governo Bolsonaro, em virtude da diminuição dos recursos na educação. Nós temos convicção de que, quanto mais valorizados estão os educadores e educadoras, melhor a educação se desenvolve.

Portanto, é preciso aqui fazer uma homenagem aos educadores e educadoras que enfrentaram todas as dificuldades, para que os efeitos da pandemia sobre os alunos fossem mitigados.

Nesta proposição, estão sendo mantidos os recursos, está sendo mantido o piso salarial, estão sendo mantidos os 70% do FUNDEB para educadores e educadoras. A proposição preserva e impõe, como disse, os próprios recursos, ou seja, não se penaliza o Prefeito e se abre mão dos recursos. Não, aqui se preservam os recursos. São recursos fundamentais em um governo que quer armas e não livros. E um governo que quer armas e não livros deve ser retirado.

Documento 46/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD	21:40
Publ.: DCD - 12/04/2022 - BACELAR-PV -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da vinculação de recursos ao setor educacional. Congratulações ao Deputado Tiago Dimas, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. BACELAR (PV - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, como não defender a vinculação de recursos para a educação num país em que 28% das escolas públicas não têm acesso a abastecimento de água? Como não defender a vinculação de recursos para a educação num país em que 49% das escolas públicas não têm acesso a sistema de esgotamento sanitário? É um caos a condição das nossas unidades escolares.

Quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Deputado Tiago Dimas, o Relator, pelo esforço em construir essa proposta, pela abertura que teve ao conversar com as diversas bancadas. Infelizmente não conseguimos ajustar o valor.

Por fim, registro esta bela coincidência, Presidente Adriana Ventura. V.Exa., que está presidindo esta sessão, também é uma defensora da educação. Parabéns!

Documento 47/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD 21:56	
Publ.: DCD - 12/04/2022 - PROFESSOR ALCIDES-PL -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Prefeito. Congratulações aos gestores municipais pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. PROFESSOR ALCIDES (PL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos os nossos colegas Deputados e Deputadas! Boa noite, Presidente!

Eu gostaria de parabenizar todos os nossos gestores municipais, os mais de 5 mil Prefeitos de todo o País, pelo seu dia. Quero parabenizá-los também pela aprovação desta PEC que vai, sem dúvida alguma, dar um fôlego para todos eles.

Era o que tinha a dizer, Presidente. Muito obrigado.

Documento 48/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD 22:12
Publ.: DCD - 12/04/2022 - BENES LEOCÁDIO-UNIÃO -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	APARTE DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus. Transcurso do Dia do Prefeito. Importância da Emenda Constitucional nº 108, de 2020, sobre a alteração da Carta Magna para estabelecimento dos critérios de distribuição da cota municipal do ICMS, com vista ao disciplinamento da disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, à tratativa do planejamento na ordem social e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Defesa de cumprimento pelos governantes do disposto na Lei nº 11.738, de 2008, relativa à instituição do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Expectativa de sanção do Projeto de Lei nº 10.880, de 2018, sobre a destinação, ao pagamento salarial dos profissionais do magistério público, de recursos não utilizados do FUNDEB.

O SR. BENES LEOCÁDIO (UNIÃO - RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que hoje à noite podemos aqui comemorar a aprovação desta PEC, a PEC 13, que vem realmente reforçar a condição daqueles Municípios e Estados da Federação brasileira que não conseguiram cumprir com a sua meta constitucional de aplicação dos 25% na educação. Mas hoje conseguimos restabelecer essa possibilidade, dizendo a todos os nobres pares, membros deste Parlamento, que estamos cumprindo com o nosso dever, com a nossa obrigação.

Quero também agradecer a todos aqueles que nos ajudaram na Comissão Especial a construir um relatório dentro de um tempo célere.

Aqui parabenizo o meu amigo e colega Deputado Tiago Dimas, que foi

o Relator da matéria e construiu com muita habilidade essa solução para que chegássemos hoje à noite na votação do primeiro e segundo turnos desta PEC.

Com certeza, todas as entidades municipalistas do Brasil, a partir da nossa Confederação Nacional de Municípios - CNM, a Frente Nacional dos Prefeitos, a Associação Brasileira de Municípios - ABM e todos nós membros desta Câmara dos Deputados demos as nossas mãos, as nossas vozes e os nossos votos para que encerrássemos essa matéria com a expectativa que tinham todos os gestores e gestoras do Brasil, coincidentemente no seu dia, o Dia do Prefeito, o dia 11 de abril. Quero parabenizar todos aqueles que contribuíram com esse desfecho.

Também quero registrar a grande vitória que esta legislatura está dando à educação brasileira, até porque muitos questionam qual é o papel de um Deputado, de uma Deputada, de um Senador, dos membros do nosso Congresso Nacional. E trago aqui como lembrança àqueles que duvidaram, discordaram ou levantaram a hipótese de que a educação não está sendo reconhecida ou vista por nós que fazemos este Congresso Nacional a aprovação da PEC 15 ou Emenda Constitucional nº 108, de 2020, promulgada pelo Congresso Nacional, que modificou ou tornou permanente o nosso FUNDEB, que leva recursos para a educação básica, para Estados e Municípios cumprirem com os investimentos nessa área tão importante e fundamental.

Eu tenho certeza de que aqueles que conhecem a matéria - no passado, o Governo brasileiro investia cerca de 10% de contrapartida como complementação da União para a educação básica - viram que nós transformamos, modificamos, com a aprovação da PEC 15, esses investimentos para chegarem a até 23% no ano de 2026. Progressivamente, nós estamos tendo mais recursos na educação. Com isso, estamos possibilitando não só a infraestrutura, mas também a condição para o pagamento de salários, o cumprimento da Lei do Piso, a Lei nº 11.738, de 2008. Alguns até esperavam que o Governo brasileiro fosse modificar ou desrespeitar aquilo que estava posto, porque era considerada a média do custo aluno/ano, e foi mantida essa política. Hoje nós vemos os Estados e os Municípios cumprirem o seu dever, a sua obrigação.

E nós, como representantes do movimento municipalista brasileiro, parabenizamos todos aqueles que conseguiram cumprir... Desejamos àqueles que ainda estão em negociação, em discussão, que possam chegar a um bom termo e também cumprir com essa medida, com essa legislação, que é a Lei nº 11.738, de 2008, que prevê o piso salarial profissional nacional do magistério.

Outro ponto importante a que todos nós devemos ficar atentos é que



amanhã é o último dia para que o Executivo federal possa sancionar ou vetar o PL 10.880/18, que prevê exatamente que os recursos oriundos das ações judiciais do FUNDEF, de 1998 a 2007, e também do FUNDEB, de 2007 a 2020, possam ser utilizados para o pagamento de profissionais da educação que atuavam à época de seus vínculos empregatícios, para que eles recebam esses recursos em forma de pagamento para a quitação do débito das obrigações oriundas dos precatórios. Esse foi um entendimento construído pelo nosso Presidente Arthur Lira quando da votação da PEC dos Precatórios e por todos aqueles que conhecem essa matéria, a sua importância. A PEC vincula esses recursos, que são bilhões de reais.

Chamo a atenção aqui para o meu Estado, o Rio Grande do Norte, que recebeu no ano passado 280 milhões de reais. Agora, 60% desses recursos deverão ser compartilhados ou redistribuídos entre os profissionais da educação, não só os professores, mas também todos aqueles que atuavam de forma ou efetiva, ou temporária, ou de prestação de serviço, e que poderão, sim, estar recebendo, este ano de 2022, mais recursos como membros do magistério brasileiro e também dos Estados e Municípios. O Rio Grande do Norte, como já registrei, terá cerca de 160 milhões de reais para repassar aos seus professores e profissionais da educação.

Então, comemoro essas três matérias. Nós aqui, como Deputados e Deputadas, cumprimos com o nosso dever, com a nossa obrigação de chegarmos agora em 2022 e compararmos que a Legislatura 2019-2023 está sendo, sim, produtiva, com resultados, com modificações, com alterações na legislação brasileira que vêm realmente garantir mais recursos para a nossa educação.

Trago aqui esse registro para comemorar com todos os nossos pares, Deputados e Deputadas, de esquerda, de direita, de centro, de oposição, de situação, e dizer que me sinto honrado por estar aqui cumprindo o meu dever como membro desta Casa, como Deputado de primeiro mandato, apesar de já ter vivido experiência no Executivo por alguns mandatos. Enxergo que não é só atribuição, mas também obrigação a questão de discutirmos, apresentarmos, debatermos e melhorarmos a legislação brasileira por meio dos nossos mandatos, dos nossos votos e opiniões, como aqui fizemos hoje.

Deixo aqui os meus agradecimentos e também o chamamento para que fiquemos atentos à sanção ou não desse PL 10.880/18, que, com certeza, fará uma diferença extraordinária para aqueles que vivem lá na ponta, atuando, dedicadamente, para melhorar os índices do IDEB e da nossa educação básica brasileira.

Tenho certeza de que, se formos fazer uma avaliação, um comparativo com qualquer outra legislatura, nós vamos chegar ao consenso de que

essa legislatura tem, sim, feito a diferença e aprovado matérias importantes para um setor vital que é a educação do nosso País. Nenhuma outra política pública funciona se não tivermos o alicerce, a base, o início, desde a educação infantil ao fundamental, ao ensino médio, ao ensino superior.

Portanto, parabéns a todos que fazem a Câmara dos Deputados, que fazem o Congresso Nacional, por tantas vitórias que hoje registramos com a aprovação da PEC 13, em primeiro e em segundo turno por esta Casa!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 49/79

34.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022- CD	22:20
Publ.: DCD - 12/04/2022 - DRA. SORAYA MANATO-PTB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, obrigada.

Eu quero parabenizar a Câmara dos Deputados por ter aprovado essa PEC em dois turnos. Ela vai ser de grande importância para o nosso País, para a educação do nosso País. Como eu já falei, os grandes beneficiados com essa PEC são os nossos estudantes. Eles já passaram por grande retrocesso nessa pandemia, e agora nós temos que investir pesado para tentar recuperar essa perda.

Parabéns, Prefeitos! Façam bom proveito desse dinheiro, porque as nossas crianças, a educação do nosso Brasil merece! É de suma importância darmos dignidade aos nossos brasileiros.

Muito obrigada.

Documento 50/79

34.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/04/2022-
CD 22:24

Publ.: DCD - 12/04/2022 - TIAGO DIMAS-PODE -TO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira, aos Parlamentares e outros pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, a respeito da isenção de gestores públicos da responsabilidade pela não aplicação de percentuais mínimos no setor educacional, nos exercícios de 2020 e 2021, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, é uma grande satisfação representar os tocaninenses hoje na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, e alcançar um importante marco para o nosso mandato.

Sem dúvida alguma, a Constituição é a nossa Carta Magna. Dar a nossa parcela de contribuição e saber que há um significativo dedo do nosso trabalho, da nossa atuação na nossa Carta Magna, para mim é muito gratificante. Eu tenho buscado honrar os tocaninenses e espero que esteja alcançando isso por meio da nossa atuação também nessa parte legislativa.

Quero fazer alguns agradecimentos àqueles que permitiram que pudéssemos chegar a este momento.

Agradeço aos tocaninenses de modo geral, ao nosso Presidente Arthur Lira, que desde o primeiro momento me confiou essa missão de relatar a matéria na Comissão Especial e já garantiu, logo na sequência da votação unânime que tivemos lá, que ela fosse pautada aqui em Plenário. Então, agradeço a ele, a todos os servidores da Secretaria-Geral da Mesa pelo grande e importante avanço que tivemos aqui.

Agradeço ao Deputado Benes Leocádio, que foi o nosso Presidente lá na Comissão Especial. Ele fez um trabalho extraordinário e conduziu de uma forma fantástica aquele grupo de trabalho para que pudéssemos avançar.

E aí tivemos o trabalho do Deputado Pinheirinho, junto com sua assessoria. Quero agradecer a eles, porque tivemos aqui a aprovação dos requerimentos de quebra de interstícios, e eles nos ajudaram na articulação para coleta e realização da validação desses

requerimentos. Isso foi muito importante.

Também agradeço ao Deputado Zé Neto.

Agradeço ao Deputado Silvio Costa Filho, que foi o Relator na CCJ, onde fez um grande trabalho, é um grande municipalista.

Agradeço ao Deputado Pedro Uczai, ao Deputado Fábio Mitidieri, ao Deputado Jorge Solla, à Senadora Soraya Thronicke, enfim, a todos que vêm ajudando.

Agora, aqui no plenário, quero agradecer também às Deputadas Sorayas, tanto a Santos quanto a Manato, que nos ajudaram nessa condução.

Agradeço-lhe, Deputada Adriana Ventura, por estar à frente dos trabalhos neste momento da aprovação da PEC. V.Exa. é uma grande defensora da educação, e a sua Presidência nos honra muito.

Quero agradecer também à consultoria da Casa, por meio do Paulo de Sena e do Ricardo, que são referências nacionais, ajudaram-nos muito na construção e na obtenção das informações para consolidação deste relatório e nos deram a segurança de que estávamos fazendo o correto, fazendo o certo; assim como quero agradecer à minha assessoria direta, em nome do Levi Resende, que muito me honra e me orgulha; ele também é um tocantinense e tem me ajudado muito na área legislativa.

Enfim, agradeço à Frente Nacional de Prefeitos, por meio do Presidente Edvaldo Nogueira, lá de Aracaju, e do Sebastião Melo, de Porto Alegre, que demonstraram sua preocupação com essa questão dos impedimentos, que principalmente os maiores Municípios vêm tendo, em relação à obtenção de financiamentos e empréstimos, que são essenciais para o desenvolvimento e a melhoria dos investimentos nas maiores cidades.

Essa proposta vai assegurar e dar garantia a eles para que não sejam punidos nem tenham restrições na hora de obterem esses financiamentos.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. mais um tempo para poder encerrar a minha fala.

Quero agradecer à ABM, a Associação Brasileira de Municípios, à CNM e, de modo muito especial, à ATM, a Associação Tocantinense de Municípios, por meio do Presidente Diogo Borges, que é o Prefeito de Talismã, do nosso querido Tocantins, e do Prefeito da minha querida cidade de Araguaína, Wagner Rodrigues, que me trouxeram

essa demanda e essa preocupação e me apresentaram a necessidade de levar adiante as articulações dessa PEC. Então, foi com base nessa atuação direta deles que eu resolvi ir adiante nessas discussões.

Eu fico muito feliz de poder ser o Relator e dar a nossa parcela de contribuição. Eu não tenho a menor dúvida de que estamos aqui assegurando a liberdade e a segurança que os gestores municipais precisam - eles que enfrentaram tantas dificuldades ao longo dessa pandemia - e também a garantia da aplicação dos recursos na educação. São mais de 9 bilhões assegurados por meio dessa proposta de emenda à Constituição, que agora passa adiante para ser promulgada.

Muito obrigado pela oportunidade, deferência e paciência na condução dos trabalhos, Presidente.

Mais uma vez agradeço aos tocantinenses.

Documento 51/79

35.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/04/2022- CD	16:12
Publ.: DCD - 13/04/2022 - JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e ao Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, de cumprimento da Lei Complementar nº 191, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Defesa de extensão dos benefícios da Lei Complementar nº 191, de 2022, às demais áreas do serviço público.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os servidores públicos estão extremamente preocupados com a lei federal que foi sancionada pelo Presidente da República no dia 8 de março deste ano, a Lei Complementar nº 191, de 2022. Essa lei obriga os Prefeitos de todo o Brasil, os Governadores e o próprio Governo Federal a efetuar o pagamento dos anuênios, triênios, quinquênios, progressões, promoções, tudo aquilo que foi congelado por aquela maldita Lei Complementar nº 173, de 2020. Essa lei descongela o tempo, com efeitos retroativos de janeiro deste ano para cá. O problema é que os servidores públicos estão ansiosos para verem os Prefeitos, por exemplo, cumprirem essa lei.

Quero parabenizar o Governador Cláudio Castro, do meu Estado do Rio de Janeiro, com quem estive ontem, que está debruçado sobre o tema, para que todas essas leis sejam cumpridas.

E quero dizer também que levei esse assunto ao Prefeito Eduardo Paes, da cidade do Rio de Janeiro, onde tenho a minha residência. Tenho acesso ao Prefeito para conversas constantes, e ele prontamente disse que na próxima reunião, o que será em breve, vai mostrar todos os apontamentos e posicionamentos da Prefeitura do Rio de Janeiro em relação aos pagamentos da saúde e da segurança pública.

Presidente, essa lei infelizmente atende apenas os servidores da saúde e da segurança pública dos Municípios, dos Estados e da União. Seria muito bom que ela atendesse todos os servidores públicos, porque todos são merecedores. Nós estamos trabalhando isso no Congresso Nacional todos os dias.

Quero anunciar aos mais de 140 mil servidores do Município do Rio de Janeiro que o Prefeito Eduardo Paes nos atendeu, escutou o clamor pela necessidade de que haja esse posicionamento da Prefeitura. Já estamos agendando o próximo encontro. Eu quero aqui poder anunciar o momento em que vai fazer esse pagamento e como será feito. Também enviei ofício a todos os Prefeitos das cidades do nosso Estado do Rio de Janeiro, para que eles respondam e se posicionem. Nós vamos acompanhar de perto, fiscalizando a aplicação da lei federal que aprovamos no Congresso. Todos eles precisam responder sobre o posicionamento que vão adotar. Ao Governador Cláudio Castro e o Prefeito Eduardo Paes eu o fiz presencialmente. E eles estão se posicionando e se inclinam a colaborar com os servidores, assim como nós regemos nesta Casa.

Parabenizo todos que nos acompanham. Vamos continuar nessa luta até o fim, para que os servidores públicos sejam dignificados.

Presidente, peço que autorize a divulgação da minha fala nos veículos de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 52/79

35.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/04/2022-19:04
Publ.: DCD 13/04/2022 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO	

Sumário

Importância do estímulo dos dirigentes escolares ao retorno do alunato à sala de aula pós-pandemia.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, quase 80% das escolas municipais do País fazem busca ativa para reintegrar alunos que não voltaram às aulas presenciais. O dado divulgado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em parceria com o Fundo das Nações Unidas, está relacionado à pandemia e é extremamente preocupante. O último levantamento do IBGE destaca que o número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou 171%.

Mais de 240 mil meninos e meninas de 6 a 14 anos não estavam matriculados no segundo trimestre de 2021, cerca de 154 mil a mais que em 2019. O número de matrículas de crianças entre 6 e 10 anos também diminuiu entre os anos de 2019 e 2020.

É fato que, por conta da pandemia, as escolas no Brasil ficaram fechadas por mais tempo, na comparação com outros países, mas há causas mais complexas para a evasão escolar. Muitos menores estão analfabetos e com vergonha de voltar para a escola, outros perderam o vínculo, e uma grande parcela enfrentou sofrimento dentro de casa nesses últimos 2 anos, como violência, abandono e desnutrição.

O momento não é de atribuir culpa. É hora de resgatar. Esses alunos precisam voltar às aulas. Cabe aos dirigentes das escolas o trabalho cansativo mas extremamente dignificante de recuperar cada um deles e restabelecer a integração, assim como estimular novas matrículas.

O retrato atual da educação vai além. Em São Paulo, os alunos do ensino médio tiveram em 2021 o pior desempenho da história. Os resultados são do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado, uma prova a qual os alunos são submetidos. O quadro, que já não era bom, ficou pior. Não podemos permitir que a pandemia deixe mais esse fardo para as nossas

crianças e adolescentes, especialmente os mais pobres.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 53/79

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/04/2022-17:24
Publ.: DCD 19/04/2022 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministério da Saúde de detalhamento do plano técnico/normativo, a respeito do fim do estado de emergência na saúde pública. Apelo ao Colégio de Líderes de votação de proposições relativas aos direitos permanentes dos trabalhadores de empresas virtuais, lotados no setor de entrega de alimentos e mercadorias.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago uma preocupação ligada ao anúncio feito pelo Ministro da Saúde de que o Governo Federal decretará o fim do estado de emergência na saúde pública.

Qual é a preocupação, diante disso? A preocupação é que muitas normas durante o período da pandemia foram editadas condicionadas temporalmente à vigência do estado de emergência, de modo que o Ministério da Saúde precisa ter muito cuidado e muito escrúpulo técnico para calibrar a questão relacionada aos efeitos normativos decorrentes do decreto que estabelecerá o fim do estado de emergência.

Eu dou como exemplo, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.665, de autoria do Deputado Ivan Valente, aprovado por esta Casa, quase por unanimidade, e no Senado, que se tornou lei. O projeto garante direitos elementares, básicos, fundamentais para os entregadores de aplicativos, categoria que esteve na linha de frente durante a pandemia, nas ruas, entregando produtos, bens e serviços para a população.

Este projeto de lei, que se tornou lei e começou a vigorar há não mais que 95 dias, estabelece que seus efeitos perdurarão até o fim do

estado de emergência.

Portanto, Sr. Presidente, a preocupação que aqui externo é no sentido de que, se o decreto que estabelecerá o fim do estado de emergência produzir efeitos imediatamente, muitos entregadores de aplicativos, eu diria a totalidade daqueles que, de forma autônoma, prestam serviços a empresas de aplicativos, estarão órfãos de direitos, estarão à margem da lei. Assim, quem ditará a favor ou não dos direitos deles será o Poder Judiciário.

Diante disso, faço dois apelos. O primeiro dirijo ao Ministério da Saúde, para categorizar de forma escrupulosa, no plano técnico, o tempo dos efeitos desta questão relacionada ao fim da pandemia; o segundo, ao Colégio de Líderes da Casa, pois existem projetos de lei que garantem, de forma permanente, os direitos desta categoria de entregadores, e já é chegada a hora de votarmos, se não ficaremos na dependência do Executivo, que não deve legislar para este fim, e do Judiciário, que também não pode ou não deve legislar no plano genérico, apenas neste caso concreto.

Eis o motivo da minha preocupação, ao tempo em que lembro que esta bandeira dos entregadores de aplicativos nós a sustentamos, em São Paulo, com nosso combativo Deputado Ricardo Izar, sempre atento a esta questão social, uma questão de trabalho relacionada com os entregadores de aplicativos, para que estes não fiquem à margem de uma proteção legal e normativa.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja reverberado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 54/79

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/04/2022-18:04
Publ.: DCD 19/04/2022 -	- GUIGA PEIXOTO-UNIÃO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Informação à Esquerda sobre a ocorrência de recorde na inflação em países estrangeiros. Invasão de cidade no Estado do Paraná por grupo armado. Necessidade de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 732, de 2022, acerca da punição dos crimes do novo cangaço; e do Projeto de Lei nº 733, de 2022,

relativo à alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, e 3.689, de 1941, com vista à garantia de maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de segurança pública. Realização em São Paulo de celebrações religiosas, ao ensejo do transcurso dos 107 anos do genocídio armênio. Descontentamento com a exposição realizada nas dependências da Casa, ao ensejo do centenário de fundação de partido da Esquerda. Indignação com a agressão praticada contra funcionária das lojas Havan no transporte coletivo urbano, Município de Jundiaí, Estado de São Paulo. Regozijo com o retorno do Esporte Clube São Bento ao Campeonato Paulista de Futebol da Primeira Divisão.

O SR. GUIGA PEIXOTO (UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, caros pares desta Casa, quero começar o meu discurso dizendo que acho que a Esquerda não consegue ler notícias internacionais, não tem acesso a notícias internacionais. Quero dizer para vocês que a inflação na Argentina, que é governada pela ala esquerda, está batendo recorde - recorde! Nos Estados Unidos, ela também está batendo recorde. É a maior inflação dos Estados Unidos nos últimos 40 anos. Então, inflação não é só aqui no Brasil, gente! Vocês não lembram que nós estamos numa pandemia? Vocês não lembram que uma guerra está ocorrendo entre Rússia e Ucrânia?

Há uma coisa que está me preocupando muito e que esta Casa tem a obrigação de adiantar o mais rápido possível: os projetos de leis que estão tramitando na Casa sobre o novo cangaço. Em mais uma cidade no Paraná, ocorreu um bárbaro crime. Eles invadem a cidade e a trancam. É o novo cangaço acontecendo.

Também não posso deixar de citar aqui que, no dia 24 de abril, nós teremos, em São Paulo, missas, seja na igreja católica apostólica, seja na igreja evangélica, pelo trágico genocídio armênio, que está completando 107 anos. Mais de 1 milhão de pessoas foram mortas nesse trágico genocídio.

Eu fiquei triste ao ver aqui, na entrada, tudo em vermelho em comemoração aos 100 anos de um partido. Eu quero deixar claro para todos que as cores principais do Brasil são verde e amarelo. E aquela moça, em Jundiaí, foi barbaramente agredida num ônibus só porque estava de verde. Ela ia trabalhar numa empresa que gera empregos, a grande Havan, e foi agredida barbaramente porque estava de verde. Vejam que absurdo!

E essa moça que a agrediu foi candidata pelo PT. Aqui fica, então, o meu repúdio a isso.

Agora vêm as coisas boas do meu pronunciamento. Quero falar da minha felicidade porque o Esporte Clube São Bento, nosso time, na

região de Sorocaba, está voltando à elite do futebol paulista.

Queria parabenizar todos os torcedores do São Bento, em especial a torcida Falcão Azul, do meu irmão Wellington Fernandes; a Presidência do São Bento, na pessoa do nosso amigo Almir; e todos os jogadores do São Bento, os guerreiros daquele time.

Parabéns ao São Bento, que voltou à série principal do Campeonato Paulista, à elite do futebol, lugar do qual nunca deveria ter saído!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 55/79

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/04/2022-19:00
Publ.: DCD 19/04/2022 -	OTONI DE PAULA-MDB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ilações extraídas do estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, pelo Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre e pela Sociedade Brasileira de Valorização das Especialidades Médicas - SOBEMED, a respeito da evolução da Covid-19 no Brasil.

O SR. OTONI DE PAULA (MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, subo a esta tribuna para dar voz a um estudo feito pela Universidade Federal de Pernambuco, pelo Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre e pela Sociedade Brasileira de Valorização das Especialidades Médicas - SOBEMED.

Amigos Deputados e povo brasileiro, o estudo buscou produzir uma visão objetiva e abrangente acerca da evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil, a partir dos dados oficiais acerca de casos, mortes, distanciamento social, prevalência de variantes, vacinação e especificidades locais, bem como uma ampla revisão da literatura científica acerca dos impactos de políticas de máscara.

Os achados obtidos a partir do presente estudo trazem os seguintes resultados - atenção, Brasil: segundo o estudo, a adoção de medidas restritivas das pessoas em geral na sociedade não contribuiu para mitigar a progressão da pandemia, antes intensificando a transmissão viral. Ainda segundo esse estudo da Universidade de Pernambuco,

caso as medidas restritivas à circulação de pessoas não tivessem sido adotadas no Brasil, provavelmente - atenção - não teria havido aumento da transmissão viral e a emergência de variantes mais perigosas, de modo que o total de mortes seria menos de 78%, ou seja, 78% menor do que efetivamente ocorrido.

Segundo a imunidade de rebanho, qual a conclusão do estudo? A conclusão é que o Brasil passou, sim, por um período de imunidade de rebanho que levou a uma queda na quantidade de óbitos diários e, conseqüentemente, ao relaxamento de medidas restritivas na circulação de pessoas.

O estudo também fala sobre o uso de hidroxicloroquina, dizendo que o uso não aumentou a quantidade de mortes por COVID, antes estando associada a uma queda mais acelerada do número de óbitos, sendo particularmente importante para mitigar a mortalidade da variante Gama.

O estudo fala ainda sobre as máscaras. As melhores evidências e argumentos científicos apontam para uma ineficácia da política do uso generalizado de máscaras contra a COVID a custos sociais e ambientais.

Sr. Presidente, infelizmente, a politização da pandemia gerou mais mortes do que nós pensávamos.

Eu quero parabenizar a Universidade de Pernambuco por esse estudo esclarecedor, que mostra, Sr. Presidente, que mais uma vez subiram em sepulcros, transformando mortos em palanque eleitoral. O estudo feito pela Universidade de Pernambuco mostra mais uma vez que o Presidente Bolsonaro tem razão. O "fecha tudo" matou mais gente do que se nós estivéssemos com a liberdade plena neste País.

Documento 56/79

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/04/2022-20:00
Publ.: DCD 19/04/2022 -	BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crise econômica reinante no País e no mundo, agravada pela pandemia de coronavírus e pela guerra Federação Russa/Ucrânia. Imobilismo do Presidente Jair Bolsonaro diante da elevação dos índices inflacionários, do desemprego,

da insegurança alimentar e da fome no Brasil. Corrupção e mentiras como marcas do Governo Jair Bolsonaro. Ações adotadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para reversão da crise econômica.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta Adriana.

Saúdo os colegas Parlamentares.

Todos estão acompanhando que a crise econômica existe no Brasil e no mundo. Ela foi agravada pela pandemia e foi agravada ainda mais pela guerra na Ucrânia. Mas é importante destacar que outros países sofrem com o desemprego, mas no Brasil o desemprego explodiu mais do que em outros países.

É verdade que nos outros países há o crescimento da inflação, mas não como no Brasil, onde a inflação atingiu patamares altíssimos.

É verdade que outros países também têm problemas de miserabilidade, de dificuldade de alimentação. Mas metade da população do Brasil está com insegurança alimentar, e 19 milhões não têm o que comer.

Então, a crise chegou, mas chegou mais acentuadamente no Brasil. E por que isso? Porque no Brasil não há Governo para o povo brasileiro. Bolsonaro abandonou o Brasil.

A pergunta que se deve fazer no Congresso é: qual foi a medida concreta que Bolsonaro tomou, seus Ministros e seu Governo, para amenizar o impacto do desemprego? Qual foi a medida? Qual foi a ação? Que medida concreta o Bolsonaro tomou para resolver o problema da fome? O Brasil no Governo Bolsonaro voltou à fila do osso. O que Bolsonaro fez? O que Bolsonaro fez para resolver o problema da economia e da inflação, a dificuldade da agricultura, para ajudar quem sofreu tanto com a seca ou com as enchentes no País? Nada.

Agora nós estamos tomados por um verdadeiro festival de corrupção no País. E para não aparecer mais corrupção, que é a característica deste Governo, ele coloca sob sigilo de 100 anos as suas falcatruas. E quando a Justiça atua para proibir as *fakes*, as mentiras dele, ele critica.

Eu quero dar um exemplo. Em 2008, Presidenta, também havia dificuldade de alimentação no mundo. O Governo do Presidente Lula tomou iniciativas concretas e criou o Programa Mais Alimentos.

Eu quero, Presidenta, pedir 30 segundos para poder concluir o raciocínio.

O Lula naquele momento criou um programa no meio da crise para ajudar a agricultura a ter menos penosidade no trabalho, produzir alimentos e, ao mesmo tempo, com o Programa Mais Alimentos, fez com que as nossas fábricas e indústrias pudessem produzir, que o comércio pudesse vender e que emprego fosse gerado no Brasil.

Mas para que o Brasil volte a essa condição de alguém preocupado como o Lula naquela época, nós precisamos dar fim a este Governo Bolsonaro, que nada faz para o Brasil e apenas aumenta as dificuldades do nosso povo.

Esse é o grande...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 57/79

37.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/04/2022- CD	22:20
Publ.: DCD - 19/04/2022 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.077, de 2021, sobre a instituição do Programa Internet Brasil, e às Emendas de nºs 1 a 92, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito permissão para ir diretamente ao voto. *(Pausa.)*

"II - Voto do Relator.

II.1 - Da admissibilidade.

II.1.1 - Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que a segue, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela necessidade de fornecer, de forma não onerosa, meios adequados de conexão à Internet para alunos de escola pública, tendo em vista potenciais situações que demandem a utilização de aulas remotas, como aconteceu no caso da pandemia da COVID-19.

II.1.2 - Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos que todas são constitucionais.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MPV 1.077/21, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica (...).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na MPV e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1.3 - Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, à Lei do Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária da União.

II.2 - Do Mérito.

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria,



uma vez que a pandemia de COVID-19 continua a impactar a sociedade brasileira nos âmbitos econômico e epidemiológico, o que demanda uma política pública que possibilite o acesso à Internet em banda larga móvel com foco nos alunos da rede pública de ensino.

Sendo assim, as medidas estabelecidas no texto da MPV 1.077/21 contemplam ações para enfrentar a pandemia de COVID-19, com prioridade para a população mais vulnerável, que foi a mais atingida pela queda na atividade econômica ocasionada pelas ações de distanciamento social.

Esse segmento da população demanda a continuidade de ações, como o apoio para o acesso à Internet em banda larga, hoje um serviço essencial, como forma de proteção social para os alunos e suas famílias.

Sendo assim, o programa possibilitará o acesso a ferramentas de educação, informação e emprego a distância para famílias economicamente mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Conforme os dados da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, extraídos da edição de 2019 da pesquisa TIC Domicílios, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (...), dentre os usuários da Internet, 47% procuraram informações relacionadas a saúde, 21% procuraram emprego ou enviaram currículos, 12% fizeram cursos a distância, 40% estudaram pela Internet e 33% trabalharam.

Esses dados revelam como o acesso à Internet é fundamental para que os cidadãos realizem atividades de busca de informação, serviços financeiros, capacitação profissional, educação e trabalho.

Assim, a falta de acesso à Internet pode prejudicar não somente a promoção do ensino a distância, mas também a obtenção de informações sobre o enfrentamento à pandemia, o acesso ao próprio auxílio emergencial e a outras políticas públicas.

Nesse contexto, o programa irá disponibilizar acesso à Internet em banda larga móvel inicialmente aos estudantes do ensino básico da rede pública de ensino de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A opção pela Internet móvel decorre de sua abrangência em 94% dos domicílios particulares permanentes e em 81% da população com 10 anos ou mais de idade, segundo a PNAD (...).

Consideramos adequado ainda que, embora sua urgência decorra da pandemia de COVID-19, trata-se de uma política pública que deve ser mantida em anos subsequentes, de modo a propiciar o acesso à

Internet diretamente aos cidadãos em situação de mais vulnerabilidade, sendo convergente com os objetivos do Programa Conecta Brasil do Plano Plurianual 2020-2023.

Com relação às emendas apresentadas, consideramos importante a inclusão, de forma explícita, no rol dos beneficiados, dos alunos de escolas indígenas e quilombolas. Desse modo, propomos a aprovação da Emenda nº 5 e, parcialmente, das Emendas nºs 4, 10, 15, 17, 22, 33, 50, 51, 56, 69, 78 e 83. Na mesma linha, aceitamos a sugestão contida na Emenda nº 6, que inclui também, entre os beneficiados, os alunos das escolas especiais sem fins lucrativos.

Contribuição importante foi estabelecida pela Emenda nº 11, que permite a ampliação do rol das entidades que podem ser objeto de convênio para além das empresas privadas, incluindo entidades da administração pública direta e indireta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em relação às demais emendas, tendo vista a concisão do programa composto pelo Governo e a necessidade de flexibilidade para sua implementação, concluímos pela rejeição dessas alterações. (...)

(...)

II.3 - Conclusão do voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.077, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, e quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 3 a 19, 21 a 29, 31 a 44, 46 a 54 e 56 a 92;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1, 2, 20, 30, 45 e 55;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, e, total ou

parcialmente, das Emendas nº 4, 5, 6, 10, 15, 17, 22, 33, 50, 51, 56, 69, 78 e 83, nos termos do projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas."

É esse o parecer, Sr. Presidente.

Documento 58/79

37.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/04/2022-23:40
Publ.: DCD 19/04/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Anúncio pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de decretação do fim do estado de emergência em saúde pública decorrente da Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como foi anunciado ontem pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, nos próximos dias o Ministério da Saúde vai editar um ato normativo com as regras para decretar o fim da situação de emergência para a COVID-19 no Brasil.

O estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, também chamado ESPIN, é considerado o nível máximo de risco da doença no Brasil.

Ele entrou em vigor em fevereiro de 2020, poucos dias depois de a Organização Mundial da Saúde declarar emergência internacional de saúde pública.

A norma permitiu que o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais tomassem uma série de medidas, como o uso obrigatório de máscaras e a autorização emergencial para vacinas.

A medida sanitária foi criada para diminuir a burocracia para

contratações temporárias de profissionais de saúde, aquisição de bens e contratação de serviços. Com ela, ficou prevista a dispensa de licitação e a autorizada à importação de produtos sem registro na ANVISA.

Hoje, com a melhora do cenário epidemiológico, com a ampla cobertura vacinal da população e com a capacidade de assistência do SUS, temos condições de anunciar o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Segundo o Ministro Marcelo Queiroga, a portaria será publicada até o fim desta semana e deve passar a vigorar em 30 dias. De acordo com o Ministro, a ideia é oferecer aos Estados e Municípios previsibilidade para conseguirem ajustar os atos normativos, a fim de darem continuidade às políticas públicas.

Com o fim da emergência, nenhuma transferência de recurso extraordinário será suspensa. Aquelas que não tiveram a conclusão ficam válidas até que sejam finalizadas.

Ótimo começar a semana com boas notícias!

Forte abraço!

Documento 59/79

39.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/04/2022-14:08
Publ.: DCD 20/04/2022 -	MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República, pela bancada do PT, de Representação contra o Presidente Jair Bolsonaro pela não regulamentação da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Homenagem à Rádio Máxima, sediada no Município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra.

Presidente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna hoje para dizer que, nesta semana, nossa bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou à Procuradoria-Geral da República uma representação contra o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, mito para alguns e, para a maioria do povo brasileiro, um pesadelo.

Ele e Paulo Guedes, Ministro da Fazenda, não executaram a Lei Assis Carvalho 2. Este projeto foi aprovado duas vezes nesta Casa, mas sempre vetado. Na última vez, o veto foi derrubado. É lei, mas o Governo não cumpre. Dinheiro para andar de moto e para comprar picanha para os caras do Exército existe. Dinheiro para os amigos do Presidente existe, mas não há dinheiro para nossos agricultores familiares. Aqui se trata de um pequeno recurso, cerca de 3 mil, para manter a alimentação e para investir. O valor é de 10 mil reais, com juro zero e com 10 anos para pagar. Trata-se de um recurso baixo, para ajudar não apenas nossos agricultores do Rio Grande do Sul, mas também os agricultores do Brasil, em virtude da seca e das enchentes que aconteceram.

Não há mais comida para o povo brasileiro, ainda que fosse possível comprar. O problema é que esse Governo faz o povo passar fome, não concede recurso a quem poderia produzir. Esse Governo não dá recurso para o agricultor produzir. A seca nos três Estados do Sul e em Mato Grosso foi muito intensa neste ano. A seca foi muito intensa principalmente no Rio Grande do Sul.

Sra. Presidente, eu queria fazer outro discurso, agora em homenagem à *Rádio Máxima*, da minha querida cidade de Ronda Alta. Ela é uma rádio FM, na frequência 107.5. Foi liberada na época da Presidenta Dilma, uma rádio democrática, que todos podem usar e ouvir. Não há censura política por questões partidárias, nem por cor, nem por religião, nem por condição social.

Meus parabéns ao Diretor Eduardo Colussi e a todos aqueles e aquelas que trabalham e ajudam a *Rádio Máxima* a informar o povo da nossa região e a torná-lo feliz por ouvi-la.

Nossas homenagens à *Rádio Máxima* da nossa querida terra de Ronda Alta e da nossa região, já que eu sou da região!

Vida longa à *Rádio Máxima*!

Meus parabéns àqueles que, todos os dias, se levantam de manhã e sintonizam, pelas redes sociais, na *Rádio Máxima* de Ronda Alta, na frequência 107.5.

Sra. Presidente, eu gostaria que meus pronunciamentos fossem divulgados pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 60/79

39.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/04/2022-14:36
Publ.: DCD 20/04/2022 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República, pela bancada do PT, de Representação contra o Presidente Jair Bolsonaro pela não regulamentação da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a agricultura brasileira. Expectativa de recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje eu quero falar na condição de agricultor familiar que sou e de Coordenador do Núcleo Agrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Eu quero informar que esta semana o nosso partido entrará com uma ação judicial exigindo o pagamento para os agricultores e as agricultoras familiares deste País do auxílio da Lei Assis de Carvalho, que foi aprovada na Câmara e no Senado, mas foi vetada pelo Presidente da República. No entanto, o Congresso derrubou o veto. A lei está promulgada, mas mesmo assim o Bolsonaro não paga!

Eu tenho recebido reclamações da agricultura familiar do nosso Pará e do nosso Brasil: os assentamentos de reforma agrária estão abandonados; não há recurso para habitação; não há recurso para a construção de casas; não há recursos para as estradas dos assentamentos.

Pessoal, não vamos criar ilusão! Não esperem nada desse Governo Bolsonaro, porque ele acabou com o Ministério da Pesca, acabou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O INCRA não tem dinheiro para nada! O que houve com a regularização fundiária? Eles

terceirizaram para as Prefeituras no tal do Titula Brasil e não dão nem 1 real para as Prefeituras executarem a regularização fundiária. É desse governo que nós estamos falando.

Vamos falar de esperança. Esse pesadelo vai passar. Vamos pensar num novo governo, com o Presidente Lula criando políticas e programas para a agricultura familiar brasileira. Não estamos falando em hipóteses. Foi o melhor período da história da agricultura familiar deste País quando o Lula e quando a Dilma governaram. Essa agricultura familiar merece apoio, é ela que produz alimento para o povo brasileiro se alimentar, é ela que produz alimento para chegar às feiras nos Municípios, é ela que produz alimento para as famílias e é ela que merece políticas e programas que venham a apoiá-la.

Presidente, exigimos o pagamento do auxílio da Lei Assis Carvalho. Se não pagarem por bem, terão que pagar por mal. Eu peço apoio aos demais partidos e às demais bancadas, com os quais construímos juntos essa lei; com os quais juntos aprovamos essa lei; e com os quais derrubamos juntos o veto, a fim de que exijam o pagamento do recurso para a agricultura familiar.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 61/79

39.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/04/2022- CD	17:36
Publ.: DCD - 20/04/2022 - AFONSO MOTTA-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a exclusão de professores, quilombolas e indígenas do texto da Medida Provisória nº 1.077, de 2021, sobre a instituição do Programa Internet Brasil.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT continua inconformado. Depois de termos praticamente conseguido consenso quanto à aprovação do Programa Internet Brasil, mesmo reconhecendo que já vem de longe esta matéria, que já tínhamos aprovado, que foi vetada e que agora o Presidente de certa maneira ressuscita, não podemos compreender

como pode haver a exclusão dos professores, dos indígenas, dos quilombolas, sob argumento econômico, sob argumento fiscal, de novo sem oferecer alternativas tecnológicas. Já tínhamos chegado a um acordo sobre a Internet. A proposta, aqui, é de ampliação.

Temos uma diferença radical com relação ao Governo. Para nós, a socialização da educação é inerente à atividade educacional. Isso os Ministros do Governo não têm demonstrado, as posições do Governo não têm demonstrado.

Socialização significa inclusão, significa possibilidade de participação das famílias, significa chegada da educação aos lares dos estudantes, principalmente dos secundaristas, aos lares daqueles que mais precisam que a educação os alcance. E é isso que o Governo não deseja. Insurge-se, portanto, contra este destaque, tão importante para qualificarmos ainda mais o Programa Internet Brasil.

Obrigado.

Documento 62/79

39.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/04/2022-21:16
Publ.: DCD 20/04/2022 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Atribuição à pandemia de coronavírus, às mudanças climáticas e à guerra Federação Russa/Ucrânia, como os principais fatores da elevação dos preços de alimentos no Brasil e no mundo. Necessidade da adoção de medidas governamentais de redução dos índices inflacionários, bem como da pobreza e da extrema pobreza no País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara:



A inflação que corrói salários e compromete o orçamento doméstico torna-se ainda mais vilã quando atinge de forma drástica a alimentação, principalmente dos mais pobres, em todo o mundo. De acordo com a série histórica do Fundo Monetário Internacional, produzida a partir de 1990, a comida tem o maior preço em 100 anos. Este patamar só é menor que o registrado na Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918.

Os dados traduzem o fim do ciclo de acesso mais fácil aos alimentos. O índice global de preços das Nações Unidas chegou a atingir o maior nível em 61 anos. A alta supera o índice referente ao período da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945, e da primeira crise do petróleo no mundo, entre 1973 e 1974.

No Brasil, a população vem enfrentando uma dura inflação, que tem reduzido o poder de compra e dificultado a aquisição até mesmo de alimentos básicos. A explosão nos preços vem produzindo o empobrecimento dos brasileiros e a redução cada vez maior do padrão alimentar.

A pandemia e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, além das mudanças climáticas que fazem as safras ficarem imprevisíveis, são apontadas como os principais fatores desta situação. Mas não podemos ficar reféns deste quadro, permitindo que a pobreza e a miséria ganhem maior dimensão.

O nosso País precisa avançar, não retroceder. São nas páginas do passado que deve ficar a hiperinflação ocorrida nos anos 80 e início dos anos 90, quando o índice galopante chegou a superar os 80% ao mês, o que significava que o mesmo produto custava quase o dobro do preço de um mês para o outro. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no País foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%.

O Brasil precisa de foco. E neste momento, a grande questão não são apenas as eleições de outubro, mas a inflação, que tira o sono de milhares de pessoas, que a cada dia veem seu poder de compra diminuir e, nessa sequência interminável, temem não ter como levar comida para suas famílias, engrossando uma estatística cruel.

A pobreza e a extrema pobreza alcançaram na América Latina níveis que não foram observados pelo menos nos últimos 12 anos. De acordo com a Comissão Econômica para a região, a taxa da extrema pobreza pode ter atingido 12,5% da população e a da pobreza 33,7%. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, sendo 22 milhões a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões estão em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do

que em 2019. Não são números apenas. São pessoas lutando para sobreviver.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 63/79

40.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/04/2022-09:40
Publ.: DCD 21/04/2022 -	- VITOR LIPPI-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Congratulações ao Governo do Estado de São Paulo pelos investimentos realizados nas escolas de tempo integral e na recuperação de estradas vicinais.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero consignar nesta Casa o grande esforço do Governo do Estado de São Paulo, através, primeiro, do Governador João Doria, e, agora, do Governador Rodrigo Garcia, que, além de ter providenciado vacinas que salvaram milhões de brasileiros, também está fazendo o maior programa educacional do País, para levar escola em tempo integral para crianças e jovens do Estado de São Paulo.

Nós passamos de 100 mil para um 1 milhão e 100 mil crianças em escolas em tempo integral e vamos chegar a 2 milhões de jovens e crianças com ensino de qualidade. Lembro que as escolas em tempo integral aumentam em mais de 30% o aprendizado das nossas crianças, dos nossos estudantes. Isso é política de Estado.

O Governo do Estado de São Paulo também fez o maior programa da história para recuperação de vicinais e investimento nas estradas paulistas, além do maior programa social já feito até hoje no Estado.

Então, meus cumprimentos ao Governo do Estado de São Paulo, que tem feito um trabalho diferenciado, à altura da necessidade dos paulistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

40.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2022-
CD 11:16

Publ.: DCD - 21/04/2022 - PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 2.730, de 2020, sobre a instituição do Mês de Conscientização da Doença de Parkinson, e a escolha da tulipa vermelha como seu símbolo. Vinculação entre a morte de 661 mil brasileiros pela Covid-19 e à recusa do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição de vacina contra a doença em tempo hábil. Tentativa do Governo Federal de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, relativa ao congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social; de valorização do Sistema Único de Saúde - SUS; e de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, acerca da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a nossa bancada parabeniza a Deputada Carmen Zanotto pelo parecer e o Deputado Ricardo Izar pela proposição. Parabenizamos também a Frente Parlamentar pelo trabalho que dá visibilidade, através de um projeto de lei, à doença de Parkinson!

Nós votaremos favoravelmente ao projeto nesta época de profunda desresponsabilização com a política pública na área da saúde, com a proteção da vida, que está sendo negada para milhões de brasileiros. Uma decisão irracional e política deste Governo sobre o tema da pandemia, da crise sanitária, proliferou o vírus e patrocinou a morte de mais de 660 mil brasileiros e brasileiras. Todas essas pessoas perderam a vida para a COVID devido à irresponsabilidade deste Governo, que não providenciou a vacina em tempo hábil, que negou a ciência, que proliferou a cloroquina.

Este Governo não considera o Sistema Único de Saúde prioridade pública. Tentou aprovar a PEC 32, que destruiria, desmontaria as políticas sociais do Estado brasileiro. Graças à mobilização de servidores, de sindicalistas, do povo brasileiro, derrotamos a PEC 32 nesta Casa!

Precisamos defender a vida, defender a saúde neste período histórico de negação, de proliferação do sofrimento humano, de doenças e da própria morte, quando o Presidente da República é o grande

responsável por esses mais de 661 mil mortos na pandemia. Somos o segundo país do mundo em número de mortos. Tem nome e tem história cada um e cada uma que perdeu a vida. Suas famílias sofrem essa perda.

A votação desse projeto é a esperança de trazermos à tona o debate da saúde, o fortalecimento do SUS, a revogação da Emenda Constitucional nº 95. Apresentei proposta de emenda à Constituição para revogar as determinações da EC 95 relativas à saúde, à educação, à segurança pública, à assistência social ou mesmo para revogá-la como um todo, porque, caso contrário, não teremos, no futuro, a proteção e a defesa da vida.

Queremos votar esse projeto, sim; revogar a Emenda Constitucional nº 95, sim; valorizar o SUS, o Sistema Único de Saúde, sim; e aprovar o piso nacional salarial das enfermeiras, das técnicas, das auxiliares de enfermagem, sim, como forma de valorizar essas profissionais. Assim, nós vamos defender, sim, a vida e a saúde.

Documento 65/79

40.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2022- CD 13:00
Publ.: DCD - 21/04/2022 - CÉLIO STUDART-PSD -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Anúncio, pelo Presidente Arthur Lira, da data de votação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, relativo à fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Relevância da atuação dos enfermeiros no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CÉLIO STUDART (PSD - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, boa tarde.

Venho a esta tribuna inicialmente comemorar que nós já temos uma notícia para a enfermagem nacional, que é a data de votação do piso salarial da enfermagem. Já foi confirmado pelo Presidente Arthur Lira ontem o dia 4 de maio.

Maio é o mês da enfermagem. Quero lembrar que pouco tempo atrás, umas 5 semanas atrás, nós votamos um requerimento de minha autoria que solicitava a urgência desse projeto do piso salarial, que já

vinha do Senado, foi aprovado lá. E aqui nesta Casa foi aprovado o nosso requerimento de urgência quase por unanimidade. Então, este é um momento de celebrar, de comemorar algo justo e digno para a enfermagem, mas é um momento também de dizer, como Deputado Federal cearense que representa a enfermagem nesta Casa e que teve o voto de milhares e milhares de técnicos, auxiliares, enfermeiros, que essa luta não acaba no piso salarial.

Eu presido a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem aqui na Câmara dos Deputados, subscrita por muitos e muitos Deputados desta Casa. Muitos de fato reconhecem o valor da enfermagem e o valor de pautas antigas desta Casa. E nós iremos, sim, aprovar o piso salarial da enfermagem, mas também queremos, sim, aprovar as 30 horas. Nós queremos, sim, que esta Casa cobre o dimensionamento da enfermagem, cobre como isso está sendo cumprido - o STF já se pronunciou sobre esse caso em outros momentos -, cobre também como Municípios, Estados, tanto rede pública como rede privada, estão tratando a sala de descompressão, o repouso.

Nós temos uma enfermagem no Brasil que morreu, que deu a vida para a pandemia num momento em que não havia ainda nem material de proteção adequado. A enfermagem foi a primeira categoria a morrer, a perder vidas para a COVID-19, mas não parou, não desistiu, não deixou de salvar vidas.

No meio da pandemia, participamos, aqui em Brasília, de protestos clamando pela atenção do poder público, clamando pela atenção desta nossa Casa, clamando pela atenção do Senado, do Congresso, do Poder Executivo Federal, do Governo Federal para o que estava ocorrendo com a enfermagem: altos números infelizmente de suicídio; altos números infelizmente de depressão; altos números infelizmente das mais diversas doenças psíquicas, causadas pela estafa, causadas pela síndrome de Burnout.

Esta Casa vai, sim, repito, não tenho dúvidas, aprovar o piso salarial da enfermagem. Lembro que o piso é o valor mínimo, para dizer que a enfermagem merece pelo menos dignidade no seu provento, dignidade para receber o mínimo. E a categoria não vai se calar, nós não vamos desistir - falo isso enquanto Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem no Congresso e como representante nesta Casa da enfermagem do Ceará - do projeto das 30 horas, que tramita há 2 décadas. Não iremos desistir de mais de seis projetos muito importantes que temos, como autor ou coautor, na luta, nesta Casa, por mais dignidade, por mais respeito à enfermagem brasileira e pelo valor que a categoria merece.

A enfermagem não trabalhou nem irá trabalhar só na pandemia. Ela

trabalha manhã, tarde e noite pela saúde do povo brasileiro.

Valorizar a enfermagem é valorizar a saúde do nosso povo.

Essa é a mensagem educativa para a população e a mensagem de cobrança, exigência e urgência para a classe política.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 66/79

40.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 20/04/2022-13:32
Publ.: DCD 21/04/2022 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Decretação do fim do estado de emergência em saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus. Importância de manutenção das medidas preventivas da Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, finalmente, o Brasil conquista a condição mais desejada dos últimos 2 anos. A significativa melhora do cenário da pandemia veio com a ampla cobertura vacinal da população e a capacidade de assistência do SUS. Diante do quadro favorável, o Governo Federal decidiu pelo fim do estado de emergência em saúde pública de importância nacional.

A medida, entretanto, não representa o fim da COVID-19. O vírus ainda circula, mas o Ministério da Saúde permanecerá vigilante e preparado para qualquer eventualidade, visando à garantia da saúde da população. Desde o início da pandemia, o Brasil registrou mais de 662 mil óbitos. A média móvel, entretanto, está há quase 2 meses em acentuada queda.

O Brasil realiza a maior campanha de vacinação de sua história. Foram distribuídos mais de 476 milhões de vacinas. Hoje, cerca de 73% da população brasileira completou o esquema vacinal, e mais de 71 milhões já receberam a dose de reforço. As vacinas continuam disponíveis, portanto continua possível acessar livremente esta política pública.

Alguns infectologistas veem com preocupação o fato de alguns países relaxarem as medidas de comportamento e de saúde pública tomadas para diminuir a transmissão do vírus. É justamente este ponto que nós precisamos reforçar. Cada cidadão deve manter as medidas de cuidado e de prevenção, como o uso de máscaras em lugares com aglomerações, mesmo com o fim da obrigatoriedade.

Medidas de higiene são fundamentais. Lavar as mãos e usar álcool em gel são condutas imprescindíveis, porque as partículas virais ou bacterianas das doenças respiratórias ficam nas mãos, quase sempre utilizadas no momento de tossir ou de espirrar. Portanto, é fundamental que as medidas continuem valendo para todos.

A Organização Mundial da Saúde ainda não reavaliou a situação de emergência internacional. Não há prazo para isso acontecer. Cada país, entretanto, pode tomar sua decisão com base na situação epidemiológica de seu território. O Brasil decidiu pelo fim da emergência, mas cabe a cada um de nós manter as medidas de civilidade, respeito e empatia.

Muito obrigado.

Documento 67/79

44.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/04/2022-15:36
Publ.: DCD 27/04/2022 -	MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Ajuizamento, pelo Núcleo Agrário do PT, de ação judicial contra o Governo Federal pela não execução da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Protesto contra a extinção Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar - PRONAF. Aplausos à 9ª Vara da Justiça Federal, em Porto Alegre, pela suspensão da pesca de arrasto nos litorais do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Eu venho hoje à tribuna para falar, primeiro, da Lei Assis Carvalho II. O Núcleo Agrário do PT foi à Justiça, para que ela determine ao Governo que implemente essa lei, que favorece a agricultura familiar. Essa lei prevê auxílio de 2.500 a 3 mil reais a juro zero para os agricultores se reestruturarem e produzirem alimentos, mas até agora nada foi feito.

Não bastasse isso, agora o Governo oficializou o término do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Aonde o Governo de Jair Messias Bolsonaro, que para alguns é um mito e para a maioria é um pesadelo, quer chegar com essa decisão de terminar com a linha de crédito do PRONAF, que sempre teve recursos a juros subsidiados para os nossos agricultores? Aonde este Governo quer chegar?

Que fique claro que este não é o Governo dos pequenos, mas dos grandes. Este é o Governo que incentiva a fome e que incentiva os agricultores a saírem de suas propriedades. Para este Governo, quanto menos agricultores produzindo alimento houver, melhor. Mas nós precisamos incentivar a produção de alimentos para que ele chegue mais barato à mesa do consumidor.

Registramos nossa indignação com este Governo, que terminou com as políticas públicas que foram conquistas da agricultura familiar e muito bem executadas, no tempo do Governo Lula e do Governo Dilma.

Quero também parabenizar aqui a Justiça Federal no Rio Grande do Sul. A 9ª Vara da Justiça Federal em Porto Alegre suspendeu duas portarias do Governo Federal que liberavam a pesca de arrasto nos litorais norte e sul do Rio Grande do Sul. Essa liberação da pesca de arrasto iria destruir a pesca naquele Estado, uma conquista dos pescadores.

Os pescadores do Rio Grande do Sul têm que aplaudir essa decisão da Justiça. Eles são fortes, construíram uma política de pesca, mas o tal do Bolsonaro queria destruí-la para que a pesca de arrasto voltasse a acontecer no Rio Grande do Sul. Mas ontem a Justiça Federal fez justiça no nosso Estado e suspendeu essas duas portarias para dizer: "*Não se faz mais pesca de arrasto no Rio Grande do Sul*".

Parabéns aos pescadores e a todos aqueles que lutam para que os nossos pescadores tenha dias melhores!

Sra. Presidente, gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 68/79

44.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/04/2022-21:52
Publ.: DCD 27/04/2022 -	BOSCO COSTA-PL -SE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Necessidade de melhoria e aprimoramento do setor nacional de transportes. Defesa de aprovação dos Projetos de Lei de nºs 2.261, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 11.442, de 2007, com vista à regulamentação do transporte de cargas de terceiros, mediante remuneração, por veículo de produtor rural; 7.392, de 2017, relativo à concessão do uso remunerado de faixas de domínio de rodovias federais para implantação de lavouras de culturas anuais; e 1.046, de 2021, referente ao estabelecimento de ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de transporte escolar, para compensação dos efeitos decorrentes do isolamento/quarentena no enfrentamento da Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BOSCO COSTA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no começo desta sessão legislativa, o Presidente Arthur Lira fez um discurso muito bonito, no qual ele ressaltou o quanto é importante que a Casa continue trabalhando a pleno vapor pela recuperação da economia brasileira, mesmo num ano eleitoral. Falou da necessidade das reformas tributária e administrativa. Conclamou à união de esforços em favor do País, acima de qualquer bandeira partidária.

Eu acredito muito no poder dessa união, porque aqui nós temos Parlamentares de diferentes origens, cada um com uma especialidade,

que se complementam uns aos outros. Eu, por exemplo, tenho orgulho de dizer que fui caminhoneiro por 15 anos da minha vida. E posso dizer que conheço bem de perto problemas que também diminuem a nossa produtividade, mesmo que nem sempre recebam a devida atenção da imprensa. Falo das dificuldades do setor de transportes.

Não me refiro apenas à estrutura física de rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, mas também às condições de trabalho dos condutores profissionais e aos desajustes econômicos do setor.

A recuperação econômica do Brasil - que, como disse o Presidente Lira, nós precisamos buscar com afinco neste ano de 2022 - exige também a melhoria dos nossos sistemas de transportes.

O Brasil não pode deixar para se preocupar com o assunto apenas quando o preço do combustível explode, quando caminhoneiros ameaçam greve, ou em outros momentos de crise. O compromisso precisa ser constante.

Em matéria de transportes, nem tudo está a cargo do Executivo. Nem tudo supõe a realização de obras públicas, nem a aplicação dos escassos recursos do Erário. Existe muito que nós do Legislativo podemos fazer, por meio da melhoria da regulação.

É por isso que, mesmo tendo a honra de já ter passado por várias Comissões desta Casa, meu maior orgulho é participar da Comissão de Viação e Transportes (CVT), na qual eu posso melhorar a vida de pessoas como eu, que hoje percorrem as estradas do Brasil, como eu já percorri.

Quero citar algumas propostas que tive a honra de relatar ao longo dos últimos anos, que mostram algumas das formas de o Legislativo aprimorar nosso sistema de transporte sem precisar de obras públicas.

Um exemplo é o Projeto de Lei nº 2.261, de 2021, da Deputada Dra. Soraya Manato, que elimina uma regra que obriga os caminhões de produtores rurais, em certas circunstâncias, a trafegar vazios. Numa época em que a redução das emissões de carbono se tornou uma prioridade para o mundo, não faz sentido impor que caminhões façam viagens improdutivas. Apresentei parecer favorável à matéria, que foi aprovado pela Comissão.

No mesmo sentido vai o Projeto de Lei nº 7.392, de 2017, do Deputado Misael Varela, que permite ao Poder Executivo outorgar concessões de uso para implantação de lavouras no espaço ao redor de rodovias federais. Isso também é uma forma de ganhar eficiência logística que não exige gasto de dinheiro público. A Comissão de Agricultura já havia apoiado a proposta, e a CVT referendou meu parecer também

favorável.

O Projeto de Lei nº 1.046, de 2021, do Deputado Jerônimo Goergen, propõe todo um plano de recuperação do transporte escolar, um dos mais afetados pela pandemia de COVID-19. É claro que apoiei a proposta, que beneficia os profissionais do transporte.

Obviamente, não pretendo fazer a listagem completa de todas as proposições que analisei na CVT. Muitas delas podem soar muito técnicas e áridas. Não são propostas que incendeiam o debate público e as redes sociais.

Mas são matérias que, sim, fazem diferença concreta na vida das pessoas. São políticas de resultados.

Eu me orgulho de participar da CVT e de dedicar meus mandatos à melhoria do transporte no Brasil, porque esse é um assunto em que não cabem guerras culturais e disputas de identidade. Só o que cabe é a melhoria efetiva das condições de vida da população.

Discutir e aprovar regras que defendem a vida, aumentando a segurança viária ou fortalecendo a educação para o trânsito; que apoiam os profissionais do transporte, como caminhoneiros, entregadores, motoristas de ônibus, de transporte escolar etc.; que estimulam o uso eficiente de rodovias e ferrovias, portos e aeroportos; tudo isso é um trabalho silencioso e discreto, mas que gera benefícios reais para a população.

É assim que gosto de trabalhar. Por isso mencionei o discurso de abertura do Presidente Lira. Ele falou da urgência de deixar disputas partidárias de lado e somar esforços pela recuperação do País. Esse é o espírito com que pretendo continuar trabalhando na CVT.

Muito obrigado pela atenção.

Documento 69/79

44.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/04/2022-21:52
Publ.: 27/04/2022 -	DCD	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Efeitos corrosivos da elevação dos índices inflacionários sobre os preços de gêneros alimentícios. Adoção de medidas imediatas e efetivas de combate à inflação no País. Avanço da pobreza e da extrema pobreza na América Latina.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara:

A inflação que corrói salários e compromete o orçamento doméstico torna-se ainda mais vilã quando atinge de forma drástica a alimentação, principalmente dos mais pobres, em todo o mundo. De acordo com a série histórica do Fundo Monetário Internacional, produzida a partir de 1990, a comida tem o maior preço em 100 anos. Este patamar só é menor que o registrado na Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918.

Os dados traduzem o fim do ciclo de acesso mais fácil aos alimentos. O índice global de preços das Nações Unidas chegou a atingir o maior nível em 61 anos. A alta supera o índice referente ao período da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945, e da primeira crise do petróleo no mundo, entre 1973 e 1974.

No Brasil, a população vem enfrentando uma dura inflação, que tem reduzido o poder de compra e dificultado a aquisição até mesmo de alimentos básicos. A explosão nos preços vem produzindo o empobrecimento dos brasileiros e a redução cada vez maior do padrão alimentar.

A pandemia e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, além das mudanças climáticas que fazem as safras ficarem imprevisíveis, são apontadas como os principais fatores desta situação. Mas não podemos ficar reféns deste quadro, permitindo que a pobreza e a miséria ganhem maior dimensão.

O nosso País precisa avançar, não retroceder. São nas páginas do passado que deve ficar a hiperinflação ocorrida nos anos 80 e início dos anos 90, quando o índice galopante chegou a superar os 80% ao mês, o que significava que o mesmo produto custava quase o dobro do preço de um mês para o outro. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no País foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os

anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%.

O Brasil precisa de foco. E neste momento, a grande questão não são apenas as eleições de outubro, mas a inflação, que tira o sono de milhares de pessoas, que a cada dia veem seu poder de compra diminuir e, nessa sequência interminável, temem não ter como levar comida para suas famílias, engrossando uma estatística cruel.

A pobreza e a extrema pobreza alcançaram na América Latina níveis que não foram observados pelo menos nos últimos 12 anos. De acordo com a Comissão Econômica para a região, a taxa da extrema pobreza pode ter atingido 12,5% da população e a da pobreza 33,7%. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, sendo 22 milhões a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões estão em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019. Não são números apenas. São pessoas lutando para sobreviver.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 70/79

12.2022.N	Sessão Não Deliberativa Solene - CD 27/04/2022-17:04
Publ.: DCN - 28/04/2022 - TIAGO DIMAS-PODE -TO	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM
	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promulgação da Emenda Constitucional nº 119, de 2022, originária da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a não responsabilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos seus agentes, pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Carta Magna.

O SR. TIAGO DIMAS (PODE - TO. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde a todos e a todas. É uma grande alegria estar aqui hoje no Senado Federal da República.

Quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Pacheco, a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Marcos Rogério também, que foram fundamentais para que pudéssemos aprovar a matéria na Câmara dos Deputados. Cumprimento o Deputado Silvio Costa Filho - e quero dizer que tenho a grata satisfação de ser seu colega de Parlamento. Está chegando agora aqui o nosso 1º Vice-Presidente, o Deputado Marcelo

Ramos. Podem ter certeza de que tomamos a melhor decisão em prol do nosso País. Estou muito feliz em poder estar hoje aqui.

Quero cumprimentar todos os gestores municipais presentes e os que estão nos assistindo, em nome do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, o Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju. E, de modo muito especial também, quero cumprimentar o Presidente da ATM - Associação Tocantinense de Municípios, que hoje nos honra com sua presença, o Prefeito Diogo Borges, de Talismã, que foi fundamental para que pudéssemos nos envolver e atuar diretamente dentro dessa pauta. Eu tenho que render homenagens e parabenizá-lo, Diogo Borges, pela sua atuação, porque tem feito a diferença na defesa do municipalismo.

Quero cumprimentar também Julvan Lacerda, 1º Vice-Presidente da CNM, entidade que esteve profundamente envolvida nos debates para que pudéssemos avançar dentro do Congresso nessa questão.

Quero cumprimentar o Prefeito Sebastião Melo, da querida Porto Alegre, que também foi uma peça importante durante as discussões e as articulações para a aprovação desta PEC.

Quero cumprimentar os Prefeitos do meu querido Tocantins que estão aqui: o Wagner, da minha querida Araguaína;

o Max, de Araganã; o Neurivan, de Carmolândia; e o Alessandro, de Muricilândia. Sejam sempre muito bem-vindos ao Congresso.

Hoje é um dia histórico para os Municípios e também para a educação do País. A Emenda Constitucional nº 119 faz justiça principalmente a quem é responsável pela política pública na ponta, os Municípios, onde as pessoas moram e precisam que a qualidade de vida efetivamente aconteça. Ao mesmo tempo, a emenda prevê a recomposição dos recursos não gastos na educação nos anos de 2020 e 2021, mais de 9 bilhões de reais, que estarão assegurados para a educação ao longo deste ano de 2022 e também de 2023.

É indiscutível que a pandemia nos trouxe desafios gigantes. Lamentavelmente, o novo coronavírus mudou o curso da humanidade, ao matar milhões de pessoas no mundo, milhares no Brasil, também no Tocantins. Agradeço a Deus por hoje estarmos aqui, sãos e salvos, já retornando à normalidade, com o Congresso repleto de Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadoras, por ocasião da Marcha. Muito nos honra e nos deixa felizes recebê-los nas Casas que representam o povo brasileiro. Todos aqui temos plena consciência dos esforços dos senhores, fundamentais para salvar milhões de vidas. Foram os gestores municipais que enfrentaram o problema lá na ponta, lidando com o sofrimento da população e buscando soluções imediatas. Esse



trabalho foi incansável e é digno de todos os elogios. A concentração de esforços, somada às medidas restritivas para contenção do vírus, obviamente não afetou apenas a saúde, afetou muitas outras áreas, e afetou amplamente a educação. O impacto das escolas fechadas e da dificuldade de acesso a um ensino digno durante a pandemia é evidente. Infelizmente, levaremos muitos anos para recompor essa imensa perda. E, vamos admitir, apesar de as aulas terem sido retomadas, elas ainda não estão a todo vapor, como gostaríamos.

Prefeitos e Prefeitas, Governadores e Governadoras de Estado estavam na berlinda, lidando com todos esses impactos, além de desequilíbrio nas finanças e o mesmo dilema que todos enfrentávamos: não saber o que o futuro nos preparava. Em razão disso, cerca de 1.200 Municípios não conseguiram cumprir o disposto no art. 212 da Constituição, que determina aplicação mínima em educação de 25% da sua receita. Historicamente, Sr. Presidente, menos de 1% dos Municípios descumpriam essa regulamentação, e, com a excepcionalidade da pandemia, esse número saltou para mais de 15%. Muitos Municípios não conseguiram aplicar esse percentual, prezando inclusive por não gastá-lo de qualquer forma. E, paralelamente, ainda tivemos outro imbróglio jurídico - não posso deixar de mencioná-lo -, que envolveu inclusive Tribunais de Contas, decorrente do novo FUNDEB *versus* a Lei Complementar nº 173, de 2020, o que acabou limitando a execução de despesas com pessoal e também com custeio. Portanto, não era justo impor nenhum tipo de punição a esses gestores, que já estavam correndo o risco de sofrer sanções na contratação de empréstimos, de financiamentos, ou no recebimento de outros recursos, por causa de inadimplências cadastradas tanto na sua gestão, quanto na gestão de ex-Prefeitos, uma vez que, em meio a isso tudo, houve eleição municipal.

Esta emenda constitucional, que eu tive a satisfação e a honra de relatar na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, veio para solucionar uma situação totalmente excepcional e sem precedentes. Ela faz justiça e, ao mesmo tempo, abre portas para melhorarmos a educação em 2022 e em 2023, por meio de uma recomposição financeira necessária e fundamental para alavancar essa área que sempre vai precisar de investimentos.

Quero render nossos agradecimentos ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, que não está presente, mas que se empenhou, do começo ao final da tramitação da matéria, para que pudéssemos fazer uma votação o mais célere possível. Ele está muito bem representado aqui pelo nosso Vice-Presidente, o Deputado Marcelo Ramos. Tenho muita convicção de que seguiremos trabalhando para apoiar outras pautas tão importantes quanto esta.

Com esses mais de 9 bilhões de reais, os Municípios vão poder

recuperar o tempo perdido na educação. O dinheiro pode bancar reforços, novas tecnologias e investimentos e possibilitar a Prefeitos e Prefeitas a adoção de políticas públicas que propiciem às nossas crianças e aos nossos jovens um melhor nível de ensino, para que os alunos sejam capazes de recuperar o tempo perdido. Nós sabemos o quão grave foi essa perda, e buscaremos o salto de qualidade que tanto desejamos. Recursos para a educação não são gastos, são investimentos, e, com a valorização da educação, vamos avançar muito e contribuir para termos um País melhor.

Estou muito feliz de me encontrar em meio a tantos Prefeitos e a tantas Prefeitas e de poder, como representante do jovem tocaninense, deixar a nossa parcela de contribuição na Constituição Federal, ajudando quem faz a política acontecer lá na ponta.

Continuem contando com o nosso empenho.

Parabéns, Presidente, e muito obrigado pela oportunidade.

Documento 71/79

12.2022.N	Sessão Não Deliberativa Solene - CD 27/04/2022-17:12
Publ.: DCN - 28/04/2022 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Promulgação da Emenda Constitucional nº 119, de 2022, originária da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021, sobre a não responsabilização dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos seus agentes, pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Carta Magna.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, hoje um ativo do Congresso Nacional, tal o seu espírito público e compromisso com a Agenda Brasil. Rodrigo Pacheco trouxe, sem dúvida alguma, equilíbrio e institucionalidade ao Senado Federal, ao Parlamento Brasileiro, que tem procurado cada vez mais dialogar com todos os canais institucionais da sociedade brasileira.

Quero cumprimentar o Vice-Presidente da Câmara, meu amigo o competente Deputado Marcelo Ramos, que tem ajudado muito o



Parlamento brasileiro.

Cumprimento o autor da proposta, o Senador Marcos Rogério, que cumpre papel fundamental no Senado Federal e teve o talento e a competência de compreender as dificuldades enfrentadas por todos os gestores públicos municipais e estaduais e de apresentar, ao lado da Confederação Nacional de Municípios, esta bela proposta.

Cumprimento a Senadora Soraya Thronicke, que teve talento para dialogar com todos os pares do Parlamento e dirimir dúvidas e interrogações e conseguiu aprovar uma matéria sensível. Muitas vezes, por falta de comunicação, o que chega à ponta é diferente daquilo que está no texto.

Cumprimento também o Presidente da FNP, o meu querido Prefeito Edvaldo, e também o meu amigo e companheiro de Parlamento Deputado Tiago Dimas, que fez um excelente relatório na Câmara dos Deputados.

Serei muito breve, Senador Rodrigo Pacheco.

A Emenda Constitucional nº 119, sem dúvida alguma, tem caráter pedagógico para o Brasil. A proposta, apreciada e aprovada pelas duas Casas, teve um componente fundamental para preservar a boa gestão dos recursos públicos na educação. Não adiantava, a toque de caixa, os Prefeitos gastarem de qualquer jeito esses recursos, de forma equivocada ou errada, sem nenhum planejamento pedagógico e educacional, prejudicando a educação. Com esta emenda, conseguimos preservar quase 10 bilhões de reais, que serão investidos ao longo deste ano e ao longo de 2023. Esses recursos serão gastos da melhor forma possível, valorizando o aluno, valorizando o professor, valorizando a recuperação das nossas escolas. Sem dúvida alguma, o investimento será em educação. Como dizia o Prof. Paulo Freire, só através da educação nós construiremos uma sociedade mais justa e mais solidária.

É fundamental, Presidente Rodrigo Pacheco e Senadora Soraya, que o Congresso Nacional esteja junto dos Municípios. O futuro do Brasil está não apenas em Brasília, está sobretudo nos Estados e nos Municípios. É nos Municípios que estão as nossas principais carências sociais, como a falta de creche, a falta de escola, a falta de um posto de saúde de qualidade, a falta de investimento para a agricultura familiar, para o homem do campo, a falta de investimento para o transporte público, que é um desafio para a próxima década, a falta de investimento nas grandes metrópoles e nas pequenas cidades do Brasil. É preciso que, cada vez mais, o Parlamento brasileiro se aproxime da agenda municipalista, para que possamos refundar o federalismo brasileiro. Antes da Constituição de 1988, do que se arrecadava no Brasil, 60%

ficava nas mãos dos Municípios e dos Estados, 40% nas mãos da União, Senador Marcos Rogério. Nesses últimos 30 anos, a pirâmide se inverteu, e hoje 60% ficam nas mãos da União e 40% nas mãos de Estados e Municípios. Isso significa que, cada vez mais, os Municípios dependem do Governo Federal, dependem de operações de crédito, dependem de emendas parlamentares para prover os seus programas sociais e o investimento público.

Eu recebi recentemente, Presidente, um dado da CNM e da FNP que me preocupa: mais de 85% os Municípios no Brasil não têm capacidade de fazer investimento, investem menos de 3% sua receita, ou seja, claramente dependem da União.

Presidente, eu tenho certeza de que, com a liderança de V.Exa. e com diálogo com o Presidente Arthur Lira na Câmara Federal, será possível, se não agora, na próxima legislatura, trazermos um novo pacto federativo para a agenda congressual, para fortalecer o municipalismo, fortalecer os Municípios e avançar nessas pautas fundamentais para o Brasil. Votamos a Lei de Licitações, votamos a Lei de Improbidade Administrativa, votamos aqui no Senado a PEC 112, que será aprovada na Câmara Federal, votamos a PEC 13 e hoje estamos promulgando a Emenda Constitucional nº 119. Com essas ações, vamos fortalecer, a cada dia, a cada momento, a agenda municipalista brasileira.

Presidente Rodrigo, eu quero desde já agradecer ao Presidente Arthur por, desde o primeiro momento, ter confiado a mim a relatoria da matéria na CCJ, onde fiz o debate com todos os entes federativos do Brasil. Hoje, na semana municipalista, estamos promulgando esta emenda constitucional que preserva o gasto público, fortalece a educação brasileira, fortalece os entes federativos e, sobretudo, dá previsibilidade, segurança jurídica e equilíbrio para o nosso País.

Quero parabenizá-lo, Presidente. É a primeira vez que falo aqui no Senado Federal, e falar no Senado Federal sob a sua Presidência vai ficar marcado na minha história, no meu coração. Sou um admirador de V.Exa. Acho que, se todos os brasileiros, principalmente a nova geração política do Brasil, tivessem o seu equilíbrio e o seu espírito público, Senador Marcos Rogério, o Brasil estaria em outra direção. Pautas como esta, que não é de Esquerda, de Direita, de Centro, é uma pauta do Brasil, precisam nos unir numa agenda Brasil.

Parabéns.

Muito obrigado.

46.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 27/04/2022-14:16

Publ.: DCD
28/04/2022 -

NILTO TATTO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Tentativa de Parlamentares da base governista de criação de fatos e de ameaça às instituições democráticas, para desvio do foco do recrudescimento das espirais inflacionárias; da elevação dos índices de desmatamento; de assassinatos pela posse da terra; da carestia e da fome reinantes no País. Protesto contra a não regulamentação, pelo Presidente da República, da Lei nº 14.275, de 2021, sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, na verdade, eu venho a esta tribuna para falarmos um pouco da situação por que está passando o povo brasileiro neste momento.

A todo momento, Parlamentares desta Casa, inclusive da base do Governo Bolsonaro, tentam criar fatos, muitos fatos até mesmo ameaçando as próprias instituições do sistema da democracia, para tentar desviar o foco. Tentam desviar o foco de uma inflação que chega a mais de 12%. Todo mundo que está nos acompanhando nesta sessão sabe quanto está custando o quilo do arroz, do feijão, da mandioca, do tomate, da cebola. Tentam desviar o foco do fato de que o Brasil voltou a bater recorde de desmatamento. Nós estamos chegando a um patamar de mais de 10 mil quilômetros quadrados de desmatamento por ano, no Governo Bolsonaro. Querem desviar o foco do que mostrou o relatório da Comissão Pastoral da Terra: só no ano passado, houve 35 assassinatos em função da luta por terra, de gente que está lutando para sobreviver, pelo seu pedaço de terra.

E tentam desviar o foco dessa carestia. Ao mesmo tempo em que o nosso País produz muitas *commodities* para a exportação, e todo dinheiro, todo subsídio vai para este setor, não tem dinheiro para quem produz alimento saudável para a casa dos brasileiros. O Brasil, que já tinha saído do Mapa da Fome, hoje tem cerca de 20 milhões de pessoas sobre as quais não sabemos se tiveram a oportunidade de comer alguma coisa hoje ou se amanhã vão ter alguma coisa para comer. Cerca de 20 milhões de pessoas estão passando fome.

E esta Casa aqui aprovou um projeto de lei de apoio emergencial à

agricultura familiar, que Bolsonaro vetou. Esta Casa, com grande articulação dos movimentos populares do campo, com o apoio da bancada do PT, especialmente da Oposição, derrubou o veto. É lei, e este Governo genocida, que está matando o povo de fome, não implementa a lei.

É dessa forma que eles querem desviar o foco, com outros assuntos, achando que o povo não está percebendo a crise econômica e social por que está passando este País.

Por isso, Deputado João Daniel, nós vamos continuar denunciando este Governo da morte e anunciando que logo, logo, no final do ano, nós vamos mudar o rumo deste País.

Eu gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no meios de comunicação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 73/79

46.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	27/04/2022-14:44
Publ.: DCD 28/04/2022 -	- ALÊ SILVA-REPUBLICANOS -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Controle da inflação pelo Governo Federal. Vinculação entre a crise da economia brasileira e a decretação de lockdown por Governadores e Prefeitos Municipais. Tentativa, pelas grandes empresas de transportes, de impedimento do funcionamento do aplicativo Buser, plataforma de fretamento colaborativo de ônibus.

A SRA. ALÊ SILVA (REPUBLICANOS - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde, Brasil; boa tarde, minha querida Minas Gerais.

De fato, a inflação está alta, mas quero destacar aqui que o Brasil é o país que melhor tem feito o controle da sua inflação, se comparado aos demais países, inclusive os de primeiro mundo. Basta buscar essas informações. E eu quero destacar esses políticos que tanto defenderam *lockdown*, que mandaram todo mundo ficar em casa, dizendo que a economia ia ser vista depois. Pois bem, agora estamos

vendo a economia que ia ser vista depois, a conta chegou. Mandaram fechar tudo, bloquear tudo. Nem eu nem o Presidente Bolsonaro mandamos fechar nenhum botequim sequer.

E não precisa nem mesmo ser especialista em economia para entender que, mantendo o consumo como foi mantido durante o período da pandemia, em virtude, graças a Deus, dos benefícios do auxílio emergencial que chegaram aos lares brasileiros, e com baixa produtividade - produtividade esta que até hoje, no exterior, não foi retomada em sua plenitude -, a inflação é certa, o aumento de preços é certo. Se há distância entre o consumo e a produtividade, o que preenche esse vão é a inflação.

Parabéns ao Governo Bolsonaro, porque, apesar de estarmos sofrendo este momento drástico em nossa economia, por culpa dos Governadores e dos Prefeitos que mandaram fechar tudo, nós ainda estamos mantendo a inflação sob controle, e vamos mantê-la ainda mais. Vamos vencer essa luta! E digo isso porque eu confio no nosso Ministro da Economia Paulo Guedes, confio no nosso Presidente da República Bolsonaro.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que me trouxe a esta tribuna - inclusive, já peço o tempo adicional de 30 segundos. Quero falar sobre a Buser, empresa que se tem tornado sinônimo de transporte compartilhado de passageiros. Este novo modelo de transporte está chegando ao Brasil e está enfrentando o *lobby* das grandes transportadoras, desses oligopólios que fazem de tudo para impedir o seu funcionamento.

Venho aqui alertar aos interessados e aos meus colegas Deputados que, quando se ataca a Buser, não se está atacando o aplicativo. Quando se tenta impedir o funcionamento da Buser, não se está impedindo o uso do aplicativo, mas sim o trabalho dos pequenos fretadores de ônibus - esses heróis e essas heroínas proprietários de ônibus, pequenos fretadores, que sobreviveram a toda essa crise econômica e que garantem o sustento de várias famílias.

Infelizmente, Sr. Presidente, estamos enfrentando um grande problema, porque não estão flexibilizando as normas. Estão fazendo pior, estão enrijecendo as normas ainda mais para tornar impossível a atividade de transporte compartilhado de passageiros por pequenos fretadores neste País, em benefício das grandes transportadoras.

Deixo aqui o meu apelo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas para que abracem essa causa dos pequenos fretadores junto comigo. Vamos juntos abrir este mercado, expandir este mercado e garantir trabalho e emprego a milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, peço, por gentileza, a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 74/79

46.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/04/2022-15:08
Publ.: 28/04/2022 -	DCD - MERLONG SOLANO-PT -PI	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transformação do Ministério da Educação em balcão de negócios. Denúncia de superfaturamento na compra de livros didáticos e ônibus escolares pela pasta educacional. Prática de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde e de viagra, (medicamento para disfunção erétil), pelas Forças Armadas brasileiras. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de esvaziamento da Lei de Acesso à Informação. Transformação, pelo governo petista, do combate à corrupção em política de Estado.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje eu quero tratar aqui do tema da corrupção e do combate à corrupção. Em 2018, o Presidente Bolsonaro foi eleito levantando bem alto a bandeira do combate à corrupção. Dizia que ia acabar com a corrupção de um golpe só, dizia também - uma enorme *fake news* - que o PT era o pai e a mãe de toda a corrupção do Brasil.

Estamos no último ano desse Governo, e o que nós vemos? Nós vemos o MEC sendo transformado em um balcão de negócios: ônibus de 280 mil de reais que queriam comprar por 480 mil reais; superfaturamento na compra de livros didáticos; e agora um balcão de negócios sob a liderança do Sr. Arilton Moura e do Sr. Gilmar Santos. Graças à Lei de Acesso à Informação, Deputado Paulão, ficamos sabendo que esses senhores estiveram 127 vezes, no MEC e no FNDE, e 45 vezes no Planalto. No MEC, tinham acesso privativo pela portaria e pelo elevador do Sr. Ministro de Estado. Havia uma tabela de preços definidos: 15 mil reais para protocolar um processo no MEC; barras de ouro e mais dinheiro na hora do empenho e na hora da liberação dos recursos.

No Ministério da Saúde, há suspeita de corrupção na compra de vacina, superfaturamento na compra de Viagra para as Forças

Armadas do Brasil.

Há a uma clara tentativa de esvaziamento da Lei de Acesso à Informação.

O Partido dos Trabalhadores e seus Governos, sempre acusados de corruptos, adotaram persistentemente uma política de transformar o combate à corrupção em política de Estado e não apenas de um Governo. Logo em 2003, Lula transformou a frágil Corregedoria-Geral da União em Controladoria-Geral da União. Em 2004, veio o Portal da Transparência. A Polícia Federal teve recursos para contratar pessoal e fazer operações. O Ministério Público foi respeitado em sua autonomia de eleger o Procurador-Geral da República, que deixou de ser um engavetador durante os nossos Governos. Agora voltou a ser um engavetador.

Além disso, em 2011, concluímos esse o trabalho, Deputado Paulão, com a Lei de Acesso à Informação, sancionada pela Presidente Dilma. É essa lei que nos dá condições de saber dos atos governamentais e que nos permite, apesar da má vontade do Governo, saber o que está acontecendo. O Governo, em vez de fortalecer a Lei de Acesso à Informação, tenta enfraquecê-la, com um aumento muito grande das atividades colocadas sob sigilo. Bolsonaro tem tanto medo da transparência que tem decretado sigilo por até 100 anos. Esse não é o caminho para o Brasil. O sigilo agrada a corruptos e a ditadores. O caminho da democracia é o caminho da transparência.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 75/79

46.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2022- CD	16:32
Publ.: DCD - 28/04/2022 - JOÃO ROMA-PL -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.076, de 2021, sobre a criação do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 2021; e às Emendas de nºs 1, a 51, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do

Senado Federal.

O SR. JOÃO ROMA (PL - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço licença para ir direto ao voto.

"II - Voto do Relator

II.1 - Da admissibilidade

II.1.1 - Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que lhe segue, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela premente necessidade de continuar a proteger os segmentos mais vulneráveis da população ainda nesse ano de 2021 e também neste ano de 2022. Com o fim do auxílio emergencial, considerados os efeitos econômicos ocasionados pela pandemia da COVID-19 que ainda se fazem presentes, avaliamos que a criação do benefício extraordinário atende plenamente aos pressupostos de urgência e relevância exigidos para a edição da medida provisória.

II.1.2 - Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas nos art. 62, §§ 1º e 10º, e no art. 246 da Constituição Federal - CF.

Ademais, consoante dispõe o inciso XXIII do art. 22 da Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre seguridade social, que compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à assistência social, objeto da medida provisória em análise, além de saúde e Previdência, nos termos do art. 195 da CF.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Decerto, a MPV introduz políticas públicas para assegurar direitos sociais previstos no *caput* do art. 6º da CF, dos quais destacamos a assistência aos desamparados, que abrange as pessoas em estado de

vulnerabilidade.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a MPV 1.076/21 e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios de uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

II.1.3 - Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial, a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A respeito da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.076, de 2021, em exame, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, emitiu a Nota Técnica nº 56, de 2021, dela fazendo constar, em síntese, que, de acordo com a Exposição de Motivos EM 00042/2021- MCID, de 07 de dezembro de 2021, as despesas correrão à conta das dotações alocadas ao Programa Auxílio Brasil. Dessa forma, a Medida Provisória nº 1.076, de 2021, deve ser considerada adequada financeira e orçamentariamente.

Foram apresentadas 51 emendas.

Verifica-se que apenas as Emendas nºs 19 e 32, que tratam de questões administrativas, devem ser consideradas sem implicação financeira ou orçamentária.

Quanto às demais emendas, compreendemos que elas acarretam aumento de despesas públicas, sobretudo aquelas que propõem o aumento do valor do benefício extraordinário ou que preveem o seu pagamento em duplicidade em determinados casos. Tais emendas nos causam preocupação, pois sabemos que, em ano eleitoral, é proibido



ao Presidente da República conceder benefícios sociais que já não estejam autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, conforme previsto no § 10 do art. 73 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Assim, caso este Parlamento aprovasse um projeto de lei de conversão aumentando o valor da complementação feita pelo benefício extraordinário às famílias participantes do Auxílio Brasil, juridicamente não restaria outra providência a ser adotada pelo Presidente da República, a não ser vetar o dispositivo que contivesse tal previsão, de forma a não incorrer nessa conduta vedada em ano eleitoral e, por consequência, evitar tornar-se inelegível.

Esse provável veto, convém lembrar ainda, colocaria em risco social mais de 18 milhões de famílias que hoje recebem o benefício extraordinário, pois o valor médio de transferências de renda a serem recebidas pelas famílias pobres voltaria para os R\$ 224,00, em média, que são pagos pelo programa Auxílio Brasil. Por isso, chamo a atenção dos nobres pares desta Casa para que sejamos responsáveis e evitemos propostas temerárias que possam colocar em perigo a segurança de renda e a sobrevivência de tantas famílias necessitadas neste difícil período de recuperação, pós-crise provocada pela pandemia de COVID-19.

Assim, com exceção das Emendas nºs 19 e 32, as emendas restantes devem ser consideradas inadequadas orçamentária e financeiramente, pois produzem impactos sobre as despesas públicas da União, sem apresentar estimativas desses impactos e medidas de compensação exigidas pelas normas fiscais em vigor (arts. 16 e 17 da LRF, art. 125 da LDO-2021 e art. 113 do ADCT).

II.2 - Do mérito

A Medida Provisória nº 1.076, de 2021, foi editada no final do ano passado com o intuito de reforçar as transferências de renda aos segmentos mais pobres da população brasileira, beneficiados pelo programa Auxílio Brasil. O benefício extraordinário, criado pela referida MP, corresponde ao valor necessário para que o conjunto das transferências de renda feitas pelo programa Auxílio Brasil alcance, no mínimo, R\$400,00 (quatrocentos reais) por família, sendo que as despesas correspondentes correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao mencionado programa.

A decisão do Governo de editar a medida em questão levou em consideração o cenário socioeconômico brasileiro, que, infelizmente, ainda reflete os negativos impactos gerados pela pandemia de COVID-19. O quadro de perda de renda das famílias, ainda hoje vivido pelo Brasil, já no final de 2021 apresentava sinais de que persistiria até o

final deste ano de 2022, com a lenta recuperação dos indicadores sociais.

Nunca é demais lembrar que essa crise econômica afetou com muito mais intensidade os rendimentos dos estratos mais pobres do País, que ainda estão longe de recuperar o patamar de renda observado anos atrás. A esse conjunto de dificuldades soma-se ainda a volta da inflação de dois dígitos que corrói e penaliza com muito mais severidade o poder aquisitivo dos mais pobres. Em fevereiro de 2022, convém destacar, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE, acumulado nos 12 meses anteriores, alcançou 10,54%.

Em novembro do ano passado, este Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 1.061, de 2021, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, conhecida como PEC do Precatórios, em ambos os casos reafirmando o compromisso do Estado brasileiro de combater a fome.

A lei de conversão da Medida Provisória nº 1.061, Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que atualmente disciplina o programa Auxílio Brasil, promoveu reformulações na estrutura de benefícios da proteção de renda do antigo programa Bolsa Família e criou novos auxílios financeiros como forma de incentivo ao esforço individual e à emancipação produtiva das famílias. Com essas providências, o número de beneficiários atendidos por essa política pública saltou de 14 para mais de 18 milhões. Segundo dados do Governo Federal, o valor médio das transferências por família subiu de R\$191,00 para R\$224,00.

As Emendas Constitucionais nºs 113 e 114, de 2021, em outra frente, permitiram a abertura de uma folga fiscal de mais de 50 bilhões de reais para ações de combate à pobreza, em especial para o financiamento do benefício extraordinário, instituído pela Medida Provisória nº 1.076, de 2021, que hoje atende a 16,2 milhões de famílias pobres beneficiárias do Auxílio Brasil com um benefício médio complementar de R\$ 215,25, o que representa uma despesa mensal da ordem de R\$ 3,49 bilhões por mês.

Só na Região Nordeste, o total de beneficiários da referida prestação chega a quase 7,5 milhões de famílias, sendo mais de 2,24 milhões no Estado da Bahia, cuja população tenho a honra de representar neste Parlamento. O valor médio das transferências de renda para as famílias participantes do Auxílio Brasil, em razão do benefício extraordinário, alcançou no último mês o valor de R\$409,81.

Esses recursos, portanto, desde o início do ano de 2022, estão sendo transferidos para as famílias pobres beneficiárias do programa Auxílio

Brasil, medida que se revela extremamente importante para reforçar a proteção social dos mais vulneráveis, sobretudo para que possam seguir com um mínimo de dignidade frente aos crescentes custos dos itens essenciais de consumo, como a alimentação."

Cabe lembrar que, diferentemente de outras nações mais desenvolvidas, a exemplo da Inglaterra e da França, que ficaram tanto com os postos de combustíveis quanto com os supermercados desprovidos de produtos em suas prateleiras, o Brasil não teve crise de abastecimento.

"No que concerne às Emendas nºs 19 e 32, verificamos que a questão da transparência e controle de gastos com os programas federais de transferência de renda já vem sendo objeto de esforços e de aprimoramento pelo Governo, não comportando na apreciação desta matéria urgente uma discussão sobre esses pontos, que se relacionam mais a aspectos operacionais do programa e, portanto, devem ser resolvidos em âmbito infralegal ou regulamentar.

Por fim, propomos, por meio do projeto de lei de conversão anexo, duas medidas adicionais.

A primeira é uma pequena alteração da redação do inciso V do *caput* do art. 2º da MPV, para prever que o benefício extraordinário integrará o conjunto de benefícios do Auxílio Brasil, de maneira a permitir que as operações de crédito consignado de que trata a Medida Provisória nº 1.106, de 2022, possam alcançar essa parte da renda das famílias pobres, o que permitirá a elas um maior acesso a linhas de crédito.

A segunda cuida de modificar o art. 2º da Lei nº 10.799, de 25 de novembro de 2003, que disciplina o seguro defeso, para permitir que a cobrança de valores pagos além do devido durante os 6 primeiros meses de operação do Auxílio Brasil possa ser efetuada mediante descontos de até 30% do valor transferido para a família, a fim de não prejudicar essas pessoas em razão de erro da administração e da necessidade de ressarcir os cofres públicos. Pelas regras atuais, essas famílias vulneráveis poderiam ter 100% dos valores de benefício mensal retidos para essa finalidade, o que julgamos conveniente evitar neste difícil momento.

Diante disso, no mérito, somos pela aprovação da medida provisória, nos termos do PLV anexo, e pela rejeição das emendas nº 1 a 51.

II.3 - Conclusão do voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência pela Medida Provisória nº 1.076, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.076, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.076, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas:

c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 19 e 32;

c.2) pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1, 18, 20 a 31 e 33 a 51.

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.076, de 2021, nos termos do projeto de lei de conversão anexo; e

d.2) pela rejeição das Emendas nºs 1 a 51.

Sala das sessões.

Deputado João Roma

Relator"

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 76/79

46.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2022- CD	17:52
Publ.: DCD - 28/04/2022 - HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Medida Provisória nº 1.076, de 2021, sobre a criação do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 2021, apresentadas conforme o § 1º, art. 3º, do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de forma muito breve, quero cumprimentar o Ministro João Roma, que nos ajudou à época na construção da PEC dos Precatórios, sob a liderança de V.Exa. também, numa votação histórica nesta Casa, o que possibilitou que garantíssemos a 17 milhões de famílias o pagamento do novo Bolsa Família, o Auxílio Brasil, no valor de 400 reais.

Naquela época, a maior crítica, inclusive dos que votaram contra a PEC, Líder Vinicius, era a de que estávamos garantindo apenas até dezembro de 2022 o pagamento dos 400 reais. Hoje, através de um espaço fiscal que esta Casa e o Senado Federal aprovaram, o que eu tive a honra de relatar, nesta medida provisória relatada pelo Deputado João Roma, Ministro à época, tornamos esse auxílio de 400 reais permanente. Ou seja, os 17 milhões de famílias que hoje recebem os 400 reais não os receberão somente até dezembro, e, sim, enquanto o programa durar, pelos anos consecutivos. É uma vitória desta Casa, é uma vitória do Parlamento, é uma construção conjunta com o Governo Federal. É importante dizer que esse auxílio tem ajudado muito neste momento de crise e de inflação. Sem dúvida alguma, estamos aqui construindo um Brasil melhor, mais justo para esses 17 milhões de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Parabéns, Deputado João Roma!

Parabéns, Presidente Arthur Lira!

Parabéns, Câmara dos Deputados!

Documento 77/79

46.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2022- CD	19:00
Publ.: DCD - 28/04/2022 - RICARDO BARROS-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Participação do Presidente Jair Bolsonaro, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, na XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Comprometimento do Presidente da República e do Congresso Nacional com a pauta municipalista. Aquisição, pelo Governo Jair Bolsonaro, de vacinas contra a Covid-19. Alcance social do Programa Auxílio Brasil. Transformação do benefício em política pública permanente. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário

nº 7, apresentada à Medida Provisória nº 1.076, de 2021, sobre a criação do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 2021. Congratulações ao Deputado João Roma pelo parecer oferecido à proposição.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, nobres colegas Parlamentares, hoje temos em Brasília a Marcha dos Prefeitos, da qual o nosso Presidente Bolsonaro, o Presidente Arthur Lira e o Presidente Pacheco participaram ontem e na qual se comprometeram com a pauta municipalista. E nós votaremos, então, o projeto que trata das associações de Municípios, que está sendo relatado pelo Deputado Marx Beltrão. Vamos superar essa questão.

Há um apelo muito forte também, na Marcha dos Prefeitos, para a votação do piso da enfermagem, para o qual nós ainda não temos fonte. Houve algumas tentativas aqui através da CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral, através de outras fontes, mas ainda não temos recursos. E está pautada para o dia 4 de maio a votação do piso da enfermagem.

Pedem também a PEC 122, que é o contrário do piso da enfermagem. Aí os Prefeitos querem uma PEC que impeça que nós aqui ou os Governos dos Estados imponham despesa a outro ente da Federação. Nesse sentido, nós temos muito interesse nessa votação, e o Ministro Paulo Guedes também quer que a PEC impeça o próprio Parlamento de aprovar despesas não previstas no Orçamento que nós mesmos votamos aqui.

Então nós votaremos essas medidas de forma bastante, vamos dizer assim, consensual, desde que, no ano anterior, nós façamos a provisão orçamentária para os aumentos de despesa que nós queiramos fazer no ano seguinte. É uma óbvia ordenação do processo legislativo. Essa PEC deverá vir, então, com essa nova configuração.

Nós temos também, nesse processo que estamos agora debatendo com os Srs. Prefeitos da Marcha dos Prefeitos, uma série de pontos a registrar. Eles vieram com uma pauta municipalista, e eu fui lá dizer aos Prefeitos que o Presidente Bolsonaro e este Congresso votaram muitas das pautas municipalistas que estavam sendo demandadas. Nós votamos a Lei de Licitações; o orçamento impositivo das emendas de bancada; as transferências especiais; a Lei de Improbidade; o parcelamento previdenciário; o 1% de transferência aos Municípios, que vai entrar em vigor em setembro agora.

Votamos várias leis que ajudam a gestão dos Municípios. Só referentes à pandemia, foram 30 bilhões de reais transferidos para os Municípios

do Brasil.

São muitas as leis que nós votamos aqui que favorecem os Srs. Prefeitos. Inclusive, no caso do piso dos agentes comunitários de saúde, foi feita uma devida adequação de transferência de recursos para os Municípios. Os Prefeitos, portanto, enfrentaram a pandemia com muitos recursos transferidos pelo Governo Federal. Os Governadores também receberam muitos recursos para enfrentar a pandemia.

O Presidente Bolsonaro patrocinou a compra de mais de 500 milhões de doses de vacinas. Vacinas para todos os brasileiros foram adquiridas pelo Governo Bolsonaro, pelo Ministério da Saúde. Nós temos hoje uma situação já de encerramento da pandemia. Temos uma situação de normalidade. As pessoas estão retomando a sua atividade econômica. Com isso, nós vamos ver o País crescer - crescer cada vez mais.

Nós estamos tratando nesta matéria do Auxílio Brasil, um programa que é um avanço muito grande em relação ao que era o Bolsa Escola, do Presidente Fernando Henrique, ao que era o Bolsa Família. Agora, temos o Auxílio Brasil, que é um programa diferente. Não é um programa para dar assistência às pessoas. É uma rampa de ascensão social. É um programa que não avalia a frequência escolar, como avaliava o Bolsa Família. Ele avalia o desempenho escolar da criança. Ele premia as crianças que se destacam no esporte. Ele treina o jovem dessa família carente através de um programa de formação técnica, de profissionalização no Sistema S, para que esse jovem, ao atingir a idade de trabalho, tenha uma profissão, tenha qualificação, tenha oportunidade de conseguir emprego. Agora as pessoas que adquirem alguma renda não perdem mais o auxílio do programa.

Então, o programa serve como sustentação para o crescimento da família, o crescimento da renda familiar, para a qualificação das pessoas, de modo que, ao longo do tempo, menos e menos famílias brasileiras dependerão do auxílio do Governo, porque as teremos ensinado a pescar, e não dado a elas o peixe.

É isto que o Deputado João Roma, ex-Ministro da Cidadania, está relatando aqui hoje, o projeto que se torna uma política pública permanente no Brasil, que vai permitir às pessoas terem crescimento, desenvolvimento familiar, desenvolvimento econômico, crescerem como pessoas capazes de ajudar os outros, de modo que a renda familiar cresça e elas não precisem mais desse apoio de 400 reais do Bolsa Família, embora elas não percam esse apoio quando começarem a ter renda e a crescer durante o período de aquisição da sua independência financeira, para poder, com dignidade, sustentar

suas famílias.

Então, quero parabenizar o Deputado João Roma pelo relatório que fez e agradecer aos Parlamentares da Oposição que vieram ao plenário manifestar-se, na discussão, pela aprovação dessa matéria, que subiram à tribuna para falar a favor dessa matéria, porque reconhecem que, sim, esse é um novo e importante passo para a autonomia e para o crescimento dos brasileiros, para que adquiram a sua independência financeira e o seu desenvolvimento como pessoas. É isso que nós estamos votando nessa matéria.

O Governo está orientando o voto "não" a esse destaque, mas o voto "sim" ao projeto de conversão.

Mais uma vez, quero parabenizar o Presidente Lira pela articulação da votação dessa matéria, o que fizemos nesta tarde de forma harmônica e tranquila, com o reconhecimento de todos de que é algo bom para o Brasil. Quero também parabenizar o Presidente Bolsonaro pela iniciativa de implementar esse modelo de crescimento...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 78/79

46.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/04/2022-23:08
Publ.: DCD 28/04/2022 -	- PINHEIRINHO-PP -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família. Ações promovidas pelo Parlamentar nas áreas de saúde e assistência social, à frente da Prefeitura Municipal de Ibité, Estado de Minas Gerais. Discussão da saúde pública brasileira pós-pandemia. Subfinanciamento das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos. Desafios impostos à saúde pública brasileira em 2022.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO

PINHEIRINHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sinto grande honra e alegria de servir como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, mas também o peso de passar a conduzir aquela que considero a mais importante Comissão da Câmara dos Deputados.

Quero agradecer primeiramente a Deus, a quem tudo devemos, e, depois, aos quase 100 mil eleitores mineiros que me trouxeram até este Parlamento.

Também agradeço ao meu partido, o Progressistas, a confiança, sobretudo ao Líder André Fufuca, em me conferir tão elevada missão.

Agradeço ainda aos membros da Comissão os votos recebidos. S.Exas. tenham a certeza de que não pouparei esforços para honrar a confiança hoje recebida.

Não posso deixar de felicitar o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr., meu correligionário do Estado do Rio de Janeiro, pelo seguro, moderado e profícuo trabalho à frente da Comissão no ano de 2021, em um dos momentos mais difíceis já experimentados pela seguridade social no Brasil. Manter o nível da Presidência de S.Exa. é um dos objetivos que vamos perseguir.

A Constituição Federal de 1988 solidificou o retorno do regime democrático ao País ao trazer avanços expressivos para os direitos e as liberdades fundamentais, assim como para o sistema de proteção social do Brasil.

Em capítulo específico, a seguridade social recebe a definição de conjunto integrado de ações que visam assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Quando disse, prezados colegas, que essa é a Comissão mais importante da Casa, fiz isso porque é aquele colegiado que opina sobre o mérito das proposições que tocam a todos os brasileiros, sem dúvida, mas especialmente aos mais pobres, aos vulneráveis, às mães, às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, aos doentes, aos homens e mulheres que foram deixados para trás pelas agruras e injustiças da vida.

Nenhum brasileiro pode ser abandonado, ignorado, deixado de lado, sem saúde e o mínimo necessário para ter uma vida digna.

Peço a boa vontade dos colegas para uma brevíssima digressão



pessoal, a fim que todos possam me conhecer um pouco melhor. Entrei na vida pública para ajudar os meus conterrâneos, a minha cidade, seguindo os passos de meu pai, Toninho Pinheiro.

Como Prefeito de Ibitité, conheci os obstáculos enfrentados pelos gestores de saúde para oferecer um atendimento de qualidade. A saúde pública e a assistência social sempre tiveram máxima prioridade. Muito tentamos e muito conseguimos caminhar na direção de transformar as políticas públicas de seguridade no Município.

A ampliação do hospital municipal e a construção de postos de saúde foram fatores-chave de nosso mandato na Prefeitura, bem como a capacitação e valorização profissional, além do aprimoramento administrativo da área da saúde, com a implantação de novos modelos de gestão, os quais elevaram a qualidade dos serviços e do atendimento aos pacientes.

Eleito Deputado Federal, fiz questão de tomar assento na referida Comissão como membro titular, em 2019, no meu primeiro ano de mandato. Retorno ao colegiado, onde revejo muitos rostos da antiga composição, com a finalidade de contribuir para organizar o debate e de construir o entendimento, a convergência, daquele jeito mineiro tradicional que todos conhecem: procurando fomentar colaboração em vez de atrito.

V.Exas. sabem da nossa responsabilidade e da enorme responsabilidade da Comissão para apreciar matérias que podem fazer a diferença para milhões de brasileiros.

Creio que todos concordarão em que há muito a fazer pela seguridade na esfera executiva, sem dúvida, mas também na esfera legislativa. Nossa pauta é vasta, mas tenho certeza de que seremos capazes de realizar bons trabalhos e deliberações acertadas, sempre com o fito de atender às necessidades da população brasileira.

Atravessamos uma nova fase da pandemia de COVID-19. No último dia 22, o Ministério da Saúde declarou o encerramento da emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência do novo coronavírus. Acredito que devemos estar muito próximos do Ministério nessa questão e examinar as consequências da medida, a fim de que não sejam prejudicados os serviços de saúde relacionados à COVID-19.

Precisamos discutir o Brasil no pós-pandemia. A saúde brasileira tem muitos outros problemas além da COVID. O Sistema Único de Saúde é responsável pelo atendimento de mais de 190 milhões de pessoas, e 80% delas dependem, exclusivamente, dos serviços públicos para

qualquer atendimento de saúde.

Merece especial atenção a situação das santas casas e dos hospitais filantrópicos, que, possuindo quase 170 mil leitos hospitalares e 26 mil leitos de UTI, representam 70% do atendimento de alta complexidade do SUS e mais da metade do atendimento de média complexidade. Em mais de 800 Municípios brasileiros, a santa casa ou o hospital filantrópico é o único estabelecimento de saúde pública disponível.

O subfinanciamento dessas instituições é assunto bem conhecido e persiste há décadas. A situação chegou a tal gravidade que o endividamento põe em risco a sobrevivência delas e a continuidade das atividades.

A Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos está organizando um ato nacional para sensibilizar as autoridades e tem dirigido apelo ao Congresso em busca de uma solução. A entidade informa-nos que, nos últimos 5 anos, mais de 300 instituições foram obrigadas a fechar por motivo financeiro.

Atenção básica; qualificação profissional; falta de médicos no interior do Brasil; longa espera para consultas, cirurgias e até mesmo no atendimento de urgências; tratamento de câncer; dependência química; superlotação hospitalar; doenças raras e doenças negligenciadas; vigilância sanitária: esses são alguns dos muitos assuntos que certamente vamos enfrentar durante este ano.

Concluo reiterando meu compromisso de dedicação absoluta à Comissão e rogando aos colegas apoio para o bom termo de nossas reuniões, audiências públicas, debates, pareceres e votações.

Muito obrigado.

Documento 79/79

013.4.56.N	Sessão Extraordinária - CN	28/04/2022-12:37
Publ.: DCN - 29/04/2022 -	MÁRCIO MACÊDO-PT -SE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Retrospectiva da situação socioeconômica e ambiental do País durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas - ONU, da parcialidade do ex-Juiz Federal

Sérgio Moro no julgamento de processos contra o ex-Presidente da República.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu utilizo o tempo da Liderança do meu partido, o PT, cedido pela Líder Reginaldo Lopes, para falar que estou voltando à Câmara dos Deputados depois de sete anos, com o mesmo entusiasmo, com a mesma alegria, com a mesma determinação e com a mesma honra com que tomei posse em 2011.

A votação que tive na eleição de 2018 me permitiu estar entre os oito mais votados nas oito vagas destinadas ao Estado de Sergipe. A regra da sobra eleitoral utilizada naquela eleição me tirou a vaga que o povo legitimamente me outorgou. Hoje, pelas razões conhecidas, aqui estou. Mesmo que tardiamente, faço justiça ao voto soberano do povo e à democracia representativa.

Convivi nesta Casa por 4 anos respeitando democraticamente todas as matizes ideológicas. Aqui fiz muitos amigos, de diferentes partidos, que guardo e carrego comigo até hoje. Aqui sempre defendi as minhas convicções, as teses do meu partido, o PT, os anseios da classe trabalhadora e a prioridade de atender as necessidades do nosso povo.

Nós não escolhemos o tempo em que nascemos e vivemos, mas podemos e devemos escolher como reagir a ele, e a minha escolha é clara: lutar ao lado dos trabalhadores, dos menos favorecidos, dos excluídos, dos desvalidos, em busca da justiça social. Mudar a vida das pessoas para melhor, essa é a nossa luta; esse, Deputado Bira, é o meu lado na história.

Estava com saudade desta tribuna, do púlpito da Casa do Povo do Brasil.

Eu sou de um tempo aqui nesta Casa em que se subia na tribuna para falar ao Brasil do pleno emprego, da inflação controlada, do dólar em cotação compatível com um país livre e soberano, do Brasil que Luiz Inácio Lula da Silva tinha construído e legado ao povo brasileiro. Naquele momento, o desemprego era de 6,2%, hoje corresponde ao dobro, 11,2%; o dólar custava R\$1,72, hoje custa R\$5; a inflação era de 4% e hoje bate, no acumulado, nos 12%. O ano de 2021 trouxe de volta uma das maiores inflações de todos os tempos e, infelizmente, não será diferente em 2022.

Daqui desta tribuna falava de um país com economia aquecida, gerando desenvolvimento e renda para o Brasil e para os brasileiros, falava de cadeias produtivas do petróleo, do gás e da construção civil fortalecidas, gerando empregos e divisas para uma nação que crescia e era respeitada no cenário internacional. A gasolina era R\$2,5, hoje custa R\$7,5; o etanol era R\$1,55, hoje custa R\$6; o gás de cozinha custava de R\$35 a R\$38, hoje custa ao bolso

do trabalhador R\$120.

Aqui nesta tribuna eu subia para falar que o Brasil não estava mais no Mapa da Fome, que o Bolsa Família atendia a população mais pobre e levava consigo as crianças para a escola, além de promover o acesso a atendimento digno à saúde; dizia que o salário mínimo tinha poder de compra e a carestia não assolava as famílias brasileiras como nos tempos atuais. Esse era o tempo do Lula, quando o Minha Casa, Minha Vida estava em pleno funcionamento, tornando realidade o sonho da casa própria para a população mais carente. O Brasil do Presidente Lula estava sorridente, a juventude estava nas universidades através do Prouni, do Fies, do Ciência sem Fronteiras e da criação de centenas de universidades e de institutos de ensino superior públicos pelo país afora.

Do alto desta tribuna, Sr. Presidente, com muito orgulho, afirmei várias vezes...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - ... que o desmatamento na Amazônia era o menor da história, que a legislação de mudanças climáticas do Brasil era exemplo para o mundo e que promovíamos a participação popular na proteção dos biomas brasileiros.

Daqui desta tribuna discutimos o sucesso da diplomacia brasileira e o respeito que o mundo demonstrava ao Brasil, que ajudou a criar o Brics, fortalecer o Mercosul e tinha participação ativa nas decisões da América Latina e no planeta como um todo.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - Sr. Presidente, dessa tribuna falei desse Brasil que fez uma revolução democrática, lastreado na paz, na distribuição de renda, na geração de oportunidades e no compromisso com o desenvolvimento do seu povo, um Brasil liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Hoje, Esperidião Amin, meu querido amigo, nós vivemos tempos difíceis. Um Presidente instalado no Palácio do Planalto que trabalha para destruir as...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - Estou caminhando para o fim.

Um Presidente instalado no Palácio do Planalto que trabalha para destruir as conquistas da Constituição Federal de 88, afronta os outros Poderes da República, fere a democracia, leva o país ao empobrecimento e foi responsável por um verdadeiro genocídio, com a morte de mais de 660 mil brasileiros durante a pandemia da covid-19.

Eu retorno a essa tribuna para dizer que aquela era vai voltar, que o tempo de Lula vai voltar...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - ... pela vontade soberana do povo, com os mesmos ideais e sintonizado com os desafios do presente.

Quem me ouve e tiver compromisso com a democracia, com a defesa da Constituição Cidadã, com a erradicação da fome e com o desenvolvimento sustentável do Brasil é convidado a vir conosco.

Hoje eu tomo posse com um presente, Sr. Presidente - e peço a tolerância para eu caminhar para o fim. Hoje eu tomo posse com um presente que o ex-Presidente Lula me deu...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - ... essa gravata que ele usava nas suas viagens internacionais.

Eu quero agradecer a ele esse gesto, a deferência, a confiança e o apreço e dizer ao Presidente Lula que nesta batalha que será travada em 2022 para mudar a vida da nossa gente eu estarei ao lado dele, ao lado do povo brasileiro, ao lado da nossa pátria, de um projeto justo, digno e confiável, que já mostrou sua força e suas realizações.

Como diz a letra do nosso Hino Nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - "Verás que um filho seu não foge à luta".

Hoje a ONU disse para o mundo que o Lula foi perseguido politicamente, foi preso injustamente, foi retirado da disputa eleitoral de 2018 e que o ex-Juiz Sergio Moro é parcial e rasgou a Constituição brasileira.

Finalizo, agradecendo a generosidade do povo sergipano, que me fez Deputado Federal, reafirmando todos os meus compromissos com o Brasil e com Sergipe, firmados na campanha eleitoral e ao longo da minha trajetória política.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO MACÊDO (Bloco/PT - SE) - Agradeço do fundo do meu coração, Sr. Presidente, aos meus amigos, companheiros; à minha família; à minha mãe, D. Neném, com 89 anos de lucidez e sabedoria; à memória de honestidade e ética de meu pai; aos meus filhos, Ana, Lucca e Mariana; e à minha mulher, Karina Marx, que sempre estão ao meu lado, nas dores da derrota e nas alegrias da vitória.

Sigamos em frente, com a força do povo e com fé em Deus.

Muito obrigado, companheiros e companheiras.

(Soa a campanha.)